



GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
CONSELHO GESTOR DE PARCERIA PÚBLICO-PRIVADA - CGPPP
EMPRESA DE SANEAMENTO DE MATO GROSSO DO SUL S.A. - SANESUL



CADERNO 5 - MODELAGEM JURÍDICO - INSTITUCIONAL
Arranjo Institucional e Jurídico
Volume 2 - Anexos

REV. 01 - Entrega Final



Procedimento de Manifestação de Interesse
Março 2017

ANEXO V - MINUTA DO EDITAL

(Item 3.5, Subitem 7, b), do Termo de Referência)

CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº [•]

**PARCERIA PÚBLICO-PRIVADA, NA MODALIDADE DE CONCESSÃO ADMINISTRATIVA,
PARA A PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS PÚBLICOS DE ESGOTAMENTO SANITÁRIO EM
68 (SESSENTA E OITO) MUNICÍPIOS DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**

ÍNDICE

CAPÍTULO I - DISPOSIÇÕES PRELIMINARES	5
SEÇÃO I Preâmbulo	5
SEÇÃO II Definições.....	6
SEÇÃO III Anexos.....	9
SEÇÃO IV Legislação Aplicável.....	10
capítulo II - Condições Gerais	10
SEÇÃO I Objeto	10
SEÇÃO II Edital e Informações da Licitação.....	11
SEÇÃO III Visita Técnica	12
SEÇÃO IV Esclarecimentos, Correções, Impugnações e Recursos.....	12
SEÇÃO V Condições de Participação	14
SEÇÃO VI Consórcios	15
CAPÍTULO III - DOCUMENTAÇÃO.....	16
SEÇÃO I Preparação e Apresentação da Documentação.....	16
SEÇÃO II Documentos de Representação e Garantia de Proposta	18
SEÇÃO III Proposta Comercial.....	21
SEÇÃO IV Documentos de Habilitação	22
CAPÍTULO IV - PROCEDIMENTO DE ANÁLISE E JULGAMENTO	32
SEÇÃO I Abertura, Exame e Análise das Garantias de Proposta.....	32
CAPÍTULO V - CONDIÇÕES PARA A FORMALIZAÇÃO DO CONTRATO	34
SEÇÃO I Convocação para a Celebração do Contrato.....	34
SEÇÃO II Constituição da SPE	34
SEÇÃO III Garantia de Execução do Contrato.....	36
SEÇÃO IV Ressarcimento dos Estudos vinculados à Concessão Administrativa e da BM&F BOVESPA	36
CAPÍTULO VI - CONDIÇÕES GERAIS DO CONTRATO	37
SEÇÃO I Objeto do Contrato.....	37
SEÇÃO II Prazo de Vigência do Contrato	37
SEÇÃO III Direitos e Obrigações da SPE, da SANESUL e dos Usuários	37
SEÇÃO IV Remuneração da SPE	37
SEÇÃO V Reajuste da Contraprestação	38
SEÇÃO VI Revisão do Contrato.....	38
SEÇÃO VII Da Regulação e Fiscalização	38
SEÇÃO VIII Bens Afetos	38
SEÇÃO IX Seguros	39
CAPÍTULO VII - DISPOSIÇÕES FINAIS	39
SEÇÃO I Comunicações	39
SEÇÃO II Contagem de Prazos.....	39
SEÇÃO III Valor Estimado do Contrato.....	39
SEÇÃO IV Disposições Diversas.....	40

CAPÍTULO I - DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

SEÇÃO I Preâmbulo

1. A Empresa de Saneamento de Mato Grosso do Sul S.A. - SANESUL, sociedade de economia mista, inscrita no CNPJ sob nº 03.982.931/0001-20, com sede na Rua Dr. Zerbini, 421, Chácara Cachoeira, na Cidade de Campo Grande, Estado de Mato Grosso do Sul, com fundamento no artigo 175 da Constituição Federal, na Lei estadual nº 4.303, de 20 de dezembro de 2012, na Lei federal nº 11.079, de 30 de dezembro de 2004, na Lei federal nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, na Lei federal nº 9.074, de 7 de julho de 1995, na Lei federal nº 11.445, de 05 de janeiro de 2007, e na Lei federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, torna público para conhecimento dos interessados que receberá de [•] às [•] horas do dia [•] de [•] de [•], na BM&F BOVESPA, situada na Rua XV de Novembro, 275, Centro, Município de São Paulo, Estado de São Paulo, os envelopes contendo os documentos para participação na licitação promovida para a contratação de parceria público-privada, na modalidade de concessão administrativa, para a prestação dos serviços públicos de esgotamento sanitário em 68 (sessenta e oito) Municípios do Estado de Mato Grosso do Sul, conforme especificações contidas neste Edital, pelo critério de menor contraprestação a ser paga pela SANESUL.
2. A minuta deste Edital, do Contrato de Parceria Público-Privada e demais anexos estiveram disponíveis para consulta pública no período de [•] a [•], no site [•] e na sede da Empresa de Saneamento de Mato Grosso do Sul S. A. - SANESUL, bem como foram objeto de audiência pública realizada no dia [•], sendo que tanto a consulta quanto a audiência públicas foram devidamente divulgadas no Diário Oficial do Estado de Mato Grosso do Sul e em jornal de grande circulação no Estado, nos termos do artigo 11, inciso IV, da Lei federal nº 11.445/07.
3. Os serviços ora licitados objetivam atender à solicitação da Empresa de Saneamento de Mato Grosso do Sul S.A. - SANESUL, devidamente autorizados pela autoridade competente, e serão contratados por meio de licitação do tipo menor valor da contraprestação a ser paga pela Administração Pública, com inversão da fase de habilitação.
4. Os interessados poderão adquirir o Edital por meio do site oficial da Empresa de Saneamento de Mato Grosso do Sul S.A. - SANESUL, no endereço <http://www.sanesul.ms.gov.br>.

5. A sessão pública de abertura dos envelopes contendo a proposta comercial e os documentos de habilitação das licitantes será realizada no dia [•], às [•] horas, na sede da BM&F BOVESPA.

SEÇÃO II Definições

6. Os termos a seguir indicados, sempre que grafados com primeiras letras maiúsculas, no singular ou no plural, terão o significado a seguir transcrito, salvo se do seu contexto resultar sentido claramente diverso:

Área da Concessão Administrativa: é a área urbana da sede dos Municípios e o distrito de Nova Esperança (pertencente ao Município de Jateí), delimitados, na data de publicação do Edital, no Anexo V (Termo de Referência) deste Edital.

Bens Afetos: é o conjunto das instalações, equipamentos, edificações e outros bens necessários e vinculados à adequada prestação dos Serviços de Esgoto, existentes à época da publicação do Edital e relacionados no Anexo VI (Bens Afetos Existentes) deste Edital ou que venham a ser adquiridos ou construídos pela SPE durante a vigência do Contrato, incluindo as Obras de Responsabilidade da SANESUL.

BM&F BOVESPA: é a BM&F BOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros, situada no Município de São Paulo, Estado de São Paulo, à Rua XV de Novembro, 275 - Centro, assessora da Comissão de Licitação, gestora de garantias financeiras e responsável pela condução da sessão pública.

Comissão de Licitação: é a Comissão Especial de Licitação designada para promoção e execução da Licitação, incluindo a análise e julgamento da Documentação.

Concessão Administrativa: é a parceria público-privada, na modalidade de concessão administrativa, que tem por objeto a prestação, pela SPE à SANESUL, dos Serviços de Esgoto, nos termos deste Edital e do Contrato.

Contraprestação: é a remuneração paga mensalmente pela SANESUL à SPE em virtude da execução das obras e prestação dos Serviços de Esgoto objeto do Contrato, calculada conforme especificado neste Edital e no Contrato, e com base no valor constante da Proposta Comercial da Licitante Vencedora.

Contrato: é o instrumento jurídico a ser celebrado entre a SANESUL e a SPE, que regerá a Concessão Administrativa, cuja minuta consta do Anexo I (Minuta do Contrato) deste Edital.

Documentação: é a documentação a ser entregue pelas Licitantes, nos termos deste Edital, abrangendo a Garantia de Proposta, a Proposta Comercial e os Documentos de Habilitação.

Documentos de Habilitação: são os documentos das Licitantes relativos à sua habilitação jurídica, regularidade fiscal e trabalhista, qualificação técnica, qualificação econômico-financeira e de cumprimento ao disposto no inciso XXXIII, do artigo 7º, da Constituição Federal, de acordo com este Edital.

Edital: é o presente instrumento convocatório e seus anexos, que regulam os termos e condições da Licitação.

Garantia de Execução do Contrato: é a garantia do fiel cumprimento das obrigações deste Contrato, a ser prestada pela SPE, e que poderá ser executada pela SANESUL em caso de descumprimento de obrigações contratuais.

Garantia de Proposta: é a garantia a ser prestada pelas Licitantes, de forma a assegurar a manutenção das Propostas Comerciais por elas apresentadas durante a Licitação.

Licitação: é o presente procedimento administrativo da Concorrência Pública nº [•], objeto deste Edital, por meio do qual será selecionada a proposta mais vantajosa com vistas à celebração do Contrato.

Licitante: é a empresa ou consórcio de empresas que participa da Licitação.

Licitante Vencedora: é a empresa ou consórcio de empresas que vencer a Licitação e que deverá constituir a SPE, para a celebração do Contrato com a SANESUL.

Manual de Procedimentos: é o documento divulgado pela BM&F BOVESPA na sua página da Internet, contendo orientações, regras e modelos de documentos para os procedimentos de prestação de Garantia de Proposta, Proposta Comercial, Documentos de Habilitação e da sessão pública.

Municípios: são os Municípios de Água Clara, Alcinópolis, Amambai, Anastácio, Anaurilândia, Angélica, Antônio João, Aparecida do Taboado, Aquidauana, Aral Moreira, Bataguassu, Batayporã, Bodoquena, Bonito, Brasilândia, Caarapó, Camapuã, Caracol, Chapadão do Sul, Coronel Sapucaia, Corumbá, Coxim, Deodápolis, Dois Irmãos do Buriti, Douradina, Dourados, Eldorado, Fátima do Sul, Figueirão, Guia Lopes da Laguna, Iguatemi, Inocência, Itaporã, Itaquiraí, Ivinhema, Japorã, Jardim, Jateí, Juti, Ladário, Laguna Carapã, Maracaju, Miranda, Mundo

Novo, Naviraí, Nioaque, Nova Alvorada do Sul, Nova Andradina, Novo Horizonte do Sul, Paranaíba, Paranhos, Pedro Gomes, Ponta Porã, Porto Murtinho, Ribas do Rio Pardo, Rio Brillhante, Rio Negro, Rio Verde de Mato Grosso, Santa Rita do Pardo, Selvíria, Sete Quedas, Sidrolândia, Sonora, Tacuru, Taquarussu, Terenos, Três Lagoas e Vicentina.

Obras de Responsabilidade da SANESUL: são as obras de responsabilidade da SANESUL listadas no Anexo VII (Obras de Responsabilidade da SANESUL e Cronograma de Entrega) deste Edital que serão concluídas e entregues pela SANESUL à SPE, na forma e nos prazos previstos no referido anexo e no Contrato.

Ordem de Serviço: é a ordem emitida pela SANESUL que dará início à exploração da Concessão Administrativa pela SPE, por meio da execução das obras e da prestação dos Serviços de Esgoto objeto do Contrato.

Partes: são a SANESUL e a SPE.

Plano de Negócios: é o plano de negócios a ser elaborado e apresentado pelas Licitantes juntamente com a Proposta Comercial, de acordo com as diretrizes constantes do Anexo II (Diretrizes para Elaboração da Proposta Comercial) deste Edital, que será utilizado como base para a aferição do equilíbrio econômico-financeiro do Contrato.

Proposta Comercial: é a proposta das Licitantes contendo a oferta do preço unitário, correspondente ao valor R\$ [•]/m³ de esgoto e que será utilizado para fins de cálculo da Contraprestação, a ser elaborada de acordo com o Anexo II (Diretrizes para Elaboração da Proposta Comercial) deste Edital.

Receitas Extraordinárias: são as receitas alternativas, acessórias ou oriundas de projetos associados, referidas no artigo 11 da Lei federal nº 8.987/95, que a SPE poderá auferir, direta ou indiretamente, nos termos do Contrato.

Regulamento dos Serviços: é o Decreto estadual nº 6.689, de 09 de setembro de 1992, e suas alterações posteriores, que aprova o Regulamento dos Serviços de Abastecimento de Água e de Esgotamento Sanitário, prestados pela SANESUL, ou qualquer outra norma que venha a substituí-lo.

SANESUL: é a Empresa de Saneamento de Mato Grosso do Sul S.A., sociedade de economia mista criada pelo Decreto municipal nº 71, de 05 de janeiro de 1979, contratante da Concessão Administrativa, ou seu(s) sucessor(es) a qualquer título.

Serviços de Esgoto: são as atividades, infraestruturas e instalações operacionais de coleta, transporte, tratamento e disposição final adequados dos esgotos sanitários, desde as ligações prediais até o seu lançamento final no meio ambiente, incluindo as ações de ampliação, operação e manutenção dos Sistemas de Esgotamento Sanitário dos Municípios.

Sistema de Esgotamento Sanitário: é cada um dos sistemas de coleta e de tratamento, instalações, equipamentos, redes, estações elevatórias, estações de tratamento de esgoto, emissários e demais bens necessários à prestação dos Serviços de Esgoto.

SPE: é a sociedade de propósito específico a ser constituída pela Licitante Vencedora, com o fim exclusivo de exploração da Concessão Administrativa, signatária do Contrato e responsável pela execução dos Serviços de Esgoto.

Usuários: são todas as pessoas físicas e jurídicas que sejam tomadoras diretas ou indiretas dos Serviços de Esgoto prestados pela SPE à SANESUL, localizadas na Área da Concessão Administrativa.

SEÇÃO III Anexos

7. Constituem parte integrante do presente Edital os seguintes anexos:

7.1. Anexo I - Minuta do Contrato

7.2. Anexo II - Diretrizes para Elaboração da Proposta Comercial

7.3. Anexo III - Modelos de Cartas e Declarações

7.4. Anexo IV - Manual de Procedimentos da BM&F BOVESPA

7.5. Anexo V - Termo de Referência

7.6. Anexo VI - Bens Afetos Existentes

7.7. Anexo VII - Obras de Responsabilidade da SANESUL e Cronograma de Entrega

7.8. Anexo VIII - Sistema de Mensuração de Desempenho de Níveis de Serviço

7.9. Anexo IX - Diretrizes Ambientais

7.10. Anexo X - Regulamento dos Serviços

7.11. Anexo XI - Planos de Esgotamento Sanitário dos Municípios

SEÇÃO IV Legislação Aplicável

8. A Licitação e seu objeto serão regidos pela:
 - 8.1. Constituição Federal, em especial o artigo 37, inciso XXI, e o artigo 175;
 - 8.2. Lei federal nº 11.079, de 30 de dezembro de 2004;
 - 8.3. Adicionalmente, as disposições da Lei federal nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, e da Lei federal nº 9.074, de 7 de julho de 1995;
 - 8.4. Supletivamente, a Lei federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993;
 - 8.5. Lei federal nº 11.445, de 05 de janeiro de 2007;
 - 8.6. Decreto federal nº 7.217, de 21 de junho de 2010;
 - 8.7. Disposições da Lei Complementar federal nº 101, de 04 de maio de 2000;
 - 8.8. Lei estadual nº 4.303, de 20 de dezembro de 2012;
 - 8.9. Decreto estadual nº 6.689, de 09 de setembro de 1992;
 - 8.10. Decreto estadual nº 12.530, de 28 de março de 2008;
 - 8.11. Condições previstas neste Edital e nos seus anexos;
 - 8.12. Demais disposições constitucionais, legais e regulamentares aplicáveis.

CAPÍTULO II - CONDIÇÕES GERAIS

SEÇÃO I Objeto

9. Constitui objeto da presente Licitação a seleção da Licitante que apresentar a Proposta Comercial mais vantajosa, com vistas à contratação da Concessão Administrativa para a prestação dos Serviços de Esgoto, bem como a exploração de Receitas Extraordinárias, na Área da Concessão Administrativa, em caráter de

exclusividade, compreendendo a realização dos investimentos necessários à ampliação, operação e manutenção dos Sistemas de Esgotamento Sanitário.

10. A execução dos Serviços de Esgoto e a exploração de Receitas Extraordinárias deverá respeitar todas as disposições, prazos e diretrizes técnicas constantes deste Edital, no Contrato e seus anexos.

11. A presente Concessão Administrativa pressupõe a adequada prestação dos Serviços de Esgoto, assim considerada aquela que satisfizer as condições de regularidade, eficiência, segurança, atualidade, generalidade, cortesia, equidade, continuidade e modicidade da Contraprestação, em conformidade com o Contrato.

SEÇÃO II Edital e Informações da Licitação

12. A obtenção do Edital não será condição para participação na Licitação, sendo suficiente para tanto o conhecimento e aceitação, por parte da Licitante, de todos os seus termos e condições.

13. A SANESUL disponibilizará aos interessados um conjunto de informações técnicas e econômicas relativas ao objeto licitado que poderá ser consultado *in loco*, na sua sede, das [•] às [•] horas ou no *site* [•].

14. As Licitantes são responsáveis pela análise direta das condições dos Sistemas de Esgotamento Sanitário dos Municípios e de todos os dados e informações sobre a exploração da Concessão Administrativa.

15. As informações, estudos, pesquisas, investigações, levantamentos, projetos, planilhas e demais documentos ou dados disponibilizados pela SANESUL foram realizados e obtidos para fins exclusivos de referência da Concessão Administrativa, não apresentando qualquer caráter vinculativo ou qualquer efeito do ponto de vista da responsabilidade da SANESUL perante as Licitantes ou perante a futura SPE.

16. As Licitantes são responsáveis pelo exame de todas as instruções, condições, exigências, leis, decretos, normas, planos, especificações e regulamentações aplicáveis à Licitação e à Concessão Administrativa.

17. As Licitantes arcarão com seus respectivos custos e despesas em que incorrerem para a realização de estudos, investigações, levantamentos, projetos e investimentos, relacionados à Licitação ou ao processo de contratação, não podendo

posteriormente imputar ou alegar como fundamento para solicitação de reequilíbrio econômico financeiro.

SEÇÃO III Visita Técnica

18. A visita não é obrigatória, mas, caso haja interesse da Licitante, ela deverá agendá-la com a SANESUL, pelos telefones [•], com antecedência de 10 (dez) dias da data indicada no item 1 acima.

19. A Licitante deve ser representada por seus administradores, procuradores ou prepostos, que devem apresentar, no dia da visita técnica, documento de identificação com foto, documento de procuração, carta de preposição ou outro documento hábil a comprovar o vínculo do técnico indicado para a respectiva visita.

20. O prazo máximo para realização das visitas técnicas terminará no 5º (quinto) dia útil anterior à data de abertura dos envelopes prevista no item 5 deste Edital.

21. A SANESUL expedirá a Declaração de Participação da Visita Técnica, a qual fará parte integrante dos Documentos de Habilitação - Envelope 3.

22. Caso a Licitante julgue desnecessária a realização de visita técnica, deverá emitir e anexar aos Documentos de Habilitação - Envelope 3 declaração de não participação na visita técnica, devidamente assinada pelo responsável técnico e pelo representante legal da Licitante, em que conste seu total conhecimento das condições e local de prestação dos Serviços de Esgoto.

SEÇÃO IV Esclarecimentos, Correções, Impugnações e Recursos

23. Até 10 (dez) dias úteis antes da data designada para a entrega dos envelopes, as Licitantes poderão requerer esclarecimentos sobre o Edital ao presidente da Comissão de Licitação, mediante o envio de correspondência eletrônica (e-mail), encaminhado ao endereço eletrônico [•], contendo o arquivo com as questões formuladas, em formato “pdf”, conforme modelo constante do Anexo III (Modelos de Cartas e Declarações) deste Edital.

24. A Comissão de Licitação confirmará com uma resposta automática o recebimento do pedido de esclarecimento, a qual servirá de protocolo. O não recebimento do protocolo, por motivos técnicos ou de indisponibilidade de serviço,

não gerará qualquer obrigação à Comissão de Licitação, devendo o interessado submeter novamente a solicitação de esclarecimento.

25. A Comissão de Licitação disponibilizará as respostas aos pedidos de esclarecimento a todas as Licitantes no site [•], até o quinto dia útil anterior à data de entrega dos envelopes.

26. Não sendo formulados pedidos de esclarecimentos sobre a Licitação ou após as respostas a esses pedidos, pressupõe-se que os elementos fornecidos no Edital são suficientemente claros e precisos para todos os atos se cumprirem no âmbito da Licitação.

27. Não serão levados em consideração pela Comissão de Licitação, tanto nas fases de classificação e habilitação como na fase posterior à adjudicação dos Serviços de Esgoto, quaisquer consultas, pleitos ou reclamações que não sejam formulados por escrito, na forma prevista neste Edital.

28. A Comissão de Licitação poderá introduzir aditamentos, modificações ou revisões nos documentos da Licitação, caso em que procederá a sua divulgação pela mesma forma adotada para o texto original, bem como encaminhará por e-mail o inteiro teor das alterações a todos os interessados que tenham obtido o Edital e que tenham informado seus dados cadastrais, reabrindo-se o prazo inicialmente estabelecido para apresentação da Documentação, exceto quando inquestionavelmente a alteração não afetar a formulação das Propostas Comerciais.

29. Qualquer cidadão é parte legítima para impugnar o Edital, devendo protocolizar a impugnação na sede da SANESUL, endereçando-a ao presidente da Comissão de Licitação, em até 05 (cinco) dias úteis antes da data estipulada para entrega dos envelopes, conforme dispõe o artigo 41, §1º, da Lei federal nº 8.666/93, devendo a Comissão de Licitação julgar e responder à impugnação em até 3 (três) dias úteis.

30. Decairá do direito de impugnar o Edital a Licitante que não o fizer até o 2º (segundo) dia útil que anteceder a data de entrega dos envelopes, conforme dispõe o artigo 41, §2º, da Lei federal nº 8.666/93.

31. A impugnação deverá ser instruída:

31.1. com cópia do documento de identidade do seu signatário, quando este for pessoa física; ou

31.2. com comprovação dos poderes de representação legal do signatário, quando apresentada por pessoa jurídica.

32. Contra as decisões proferidas pela Comissão de Licitação, nos termos deste Edital, caberá recurso no prazo de 5 (cinco) dias úteis a contar da data de sua publicação, devendo ele ser dirigido ao presidente da Comissão de Licitação e entregue na sede da SANESUL.

33. A SANESUL poderá revogar a presente Licitação por interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, ou anulá-la por ilegalidade, total ou parcialmente, de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito e devidamente fundamentado.

SEÇÃO V Condições de Participação

34. Poderão participar da presente Licitação sociedades brasileiras ou estrangeiras, de forma isolada ou reunidas em consórcio, que satisfaçam plenamente todos os termos e condições deste Edital.

35. Não poderão participar desta Licitação, direta ou indiretamente, isoladamente ou em consórcio, as pessoas jurídicas:

35.1. declaradas inidôneas para licitar ou contratar com a Administração Pública da União, dos Estados e dos Municípios;

35.2. suspensas do direito de participar em licitações ou impedidas de contratar com a Administração Pública;

35.3. interditadas de participar em licitações nos termos do artigo 10 da Lei federal nº 9.605/98;

35.4. cujos dirigentes, gerentes, sócios ou componentes do seu quadro técnico sejam servidores da SANESUL, ou que o tenham sido nos últimos 180 (cento e oitenta) dias anteriores à data desta Licitação;

35.5. isoladamente ou em consórcio (incluindo suas coligadas, controladas, controladoras ou outra sociedade sob controle comum), em mais de um consórcio ou, de qualquer forma, que resulte em mais de uma proposta por parte da referida sociedade e/ou grupo empresarial na Licitação.

36. A participação na Licitação implica a integral e incondicional aceitação de todos os termos, disposições e condições do Edital e Anexos, da minuta do Contrato e respectivos anexos, bem como das demais normas aplicáveis à Licitação.

SEÇÃO VI Consórcios

37. Em se tratando de consórcio, as seguintes regras deverão ser observadas, sem prejuízo de outras existentes no Edital:

37.1. cada consorciada deverá atender individualmente às exigências relativas à regularidade jurídica e fiscal contidas no Edital;

37.2. cada consorciada deverá atender individualmente às exigências para a qualificação econômico-financeira, exceto com relação à regra de patrimônio líquido, sendo sua comprovação realizada pelo somatório do patrimônio líquido de cada consorciado, na proporção de sua respectiva participação na constituição do consórcio;

37.3. as exigências de qualificação técnica deverão ser atendidas pelo consórcio, por meio de suas consorciadas, observadas as condições previstas nos itens 75 a 82;

37.4. a desclassificação de qualquer consorciada acarretará a automática desclassificação do consórcio;

37.5. não será permitida a participação de membro consorciado, suas coligadas, controladas, controladora ou sob controle comum em mais de um consórcio ou isoladamente;

37.6. caso uma empresa participe de um consórcio, ficará ela impedida de participar isoladamente da Licitação;

37.7. não será admitida a inclusão, a substituição, a retirada ou a exclusão de consorciadas até a assinatura do Contrato; e

37.8. a responsabilidade solidária das consorciadas permanecerá, para fins das obrigações assumidas em virtude da Licitação: (i) no caso de o consórcio ter sido a Licitante Vencedora, até a assinatura do Contrato; e (ii) no caso de o consórcio não ter sido a Licitante Vencedora, até a adjudicação do objeto à Licitante Vencedora.

CAPÍTULO III - DOCUMENTAÇÃO

SEÇÃO I Preparação e Apresentação da Documentação

38. A Documentação deverá ser apresentada em 3 (três) envelopes lacrados, opacos, os quais deverão conter as indicações conforme abaixo:

38.1. No centro dos 3 (três) envelopes:

<p>BM&F BOVESPA</p> <p>Rua XV de Novembro, 275 - Centro</p> <p>São Paulo - SP</p> <p>COMISSÃO DE LICITAÇÃO</p>
--

38.2. No canto superior esquerdo, a identificação de cada envelope como segue:

ENVELOPE nº 01 -GARANTIA DE PROPOSTA

Concorrência Pública nº [•] - Parceria Público-Privada, na Modalidade de Concessão Administrativa, para a Prestação dos Serviços Públicos de Esgotamento Sanitário na Área da Concessão Administrativa

Razão Social ou denominação da Licitante

ENVELOPE nº 02 - PROPOSTA COMERCIAL

Concorrência Pública nº [•] - Parceria Público-Privada, na Modalidade de Concessão Administrativa, para a Prestação dos Serviços Públicos de Esgotamento Sanitário na Área da Concessão Administrativa

Razão Social ou denominação da Licitante

ENVELOPE nº 03 - DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

Concorrência Pública nº [•] - Parceria Público-Privada, na Modalidade de Concessão Administrativa, para a Prestação dos Serviços Públicos de Esgotamento Sanitário na Área da Concessão Administrativa

Razão Social ou denominação da Licitante

39. Todos os documentos e elementos contidos nos Envelopes 1, 2 e 3, devem ser apresentados em 2 (duas) vias encadernadas separadamente, com todas as folhas numeradas sequencialmente, inclusive as folhas de separação, catálogos, desenhos ou similares, se houver, independentemente de ser mais de um caderno, da primeira à última folha, de forma que a numeração da última folha do último caderno reflita a quantidade total de folhas de todos os volumes, não sendo permitidas emendas, rasuras ou ressalvas, iniciados por carta de apresentação e encerrado por termo de encerramento, devidamente datados e assinados por seus emissores em uma das seguintes formas: em original ou por qualquer processo de cópia autenticada por cartório competente, ressaltando-se que, em se tratando de Garantia de Proposta nas modalidades de carta de fiança ou apólice de seguro, essas deverão estar, impreterivelmente, em sua forma original, na primeira via do Envelope 1.

40. Todas as folhas de cada uma das vias dos Envelopes 1, 2 e 3 deverão estar rubricadas pela Licitante.

41. Em se tratando de pessoas jurídicas estrangeiras, a habilitação deverá ser comprovada por meio de documentos equivalentes, acompanhados de uma tabela informando a correlação entre os documentos exigidos e os documentos disponibilizados.

42. Na ausência de documentos equivalentes previstos no item 41, a Licitante deverá apresentar declaração de inexistência do referido documento sob as penas da lei.

43. Os documentos de origem estrangeira apresentados em outras línguas deverão ser certificados pelo notário público do país de origem, certificados pelo Consulado Geral do Brasil do país de origem e acompanhados da respectiva tradução juramentada para a língua portuguesa realizada por tradutor juramentado matriculado em qualquer uma das Juntas Comerciais do Brasil, observado o quanto disposto no Decreto federal nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, conforme o caso. As procurações de origem estrangeira, acompanhadas das respectivas traduções juramentadas, deverão ser registradas no Cartório de Títulos e Documentos.

44. A Comissão de Licitação considerará sempre o texto da tradução juramentada apresentada pelas pessoas jurídicas estrangeiras.
45. As sociedades estrangeiras deverão, como condição indispensável de sua participação na Licitação, possuir procurador residente no Brasil com mandato para representá-las em quaisquer atos relacionados à Licitação, podendo, inclusive, receber citações e responder administrativa e judicialmente pelos atos praticados em nome de tais sociedades.
46. A Comissão de Licitação, nos termos do artigo 12, inciso IV, da Lei federal nº 11.079/04, deverá facultar às Licitantes a possibilidade de saneamento de falhas, de complementação de insuficiências, exceto inclusão de novos documentos, ou ainda de correções de caráter formal no curso do procedimento, desde que a Licitante possa satisfazer as exigências no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados a partir da comunicação feita pela Comissão de Licitação.
47. Não será considerada a Documentação apresentada após a hora e data convencionadas, bem como propostas feitas por fax, telegrama ou correio.
48. A Documentação deverá ser elaborada com observância das condições expressas neste Edital e seus Anexos.
49. Os casos omissos serão resolvidos pela Comissão de Licitação, podendo o presidente da Comissão de Licitação convocar empregados da SANESUL para assessorá-los na análise e julgamento da Documentação.

SEÇÃO II Documentos de Representação e Garantia de Proposta

50. Os documentos comprobatórios dos poderes de representação das Licitantes deverão ser entregues na mesma data de entrega dos envelopes, fora, entretanto, de qualquer envelope.
51. Cada Licitante, isolada ou em consórcio, poderá indicar até 3 (três) representantes credenciados, pessoas naturais domiciliadas no Brasil, devendo comprovar os poderes de representação da seguinte forma:
- 51.1. no caso de Licitantes isoladas, mediante instrumento de procuração que comprove poderes para praticar, em nome da Licitante, todos os atos referentes à Licitação (incluindo os poderes de receber citação, representar a Licitante administrativa e judicialmente, fazer acordos e renunciar a direitos), com firma

reconhecida e acompanhado dos documentos que comprovem os poderes do(s) outorgante(s) (conforme última alteração arquivada no registro empresarial ou civil competente), ou na hipótese de se tratar do próprio representante legal, apenas os documentos societários que comprovem os poderes;

51.2. no caso de Licitantes em consórcio, o instrumento de procuração mencionado no item anterior deverá ser outorgado pela empresa líder do consórcio, com firma reconhecida, devendo ser acompanhado, (i) dos documentos que comprovem os poderes do(s) outorgante(s) (conforme última alteração arquivada no registro empresarial ou civil competente), ou na hipótese de se tratar do próprio representante legal, apenas os documentos societários que comprovem os poderes, (ii) de cópia do Termo de Compromisso de Constituição do Consórcio e da Sociedade de Propósito Específico mencionado no item 87 abaixo, e (iii) dos documentos que comprovem os poderes do(s) signatários do Termo de Compromisso de Constituição do Consórcio e da Sociedade de Propósito Específico mencionado no item 87 abaixo (conforme última alteração arquivada no registro empresarial ou civil competente), ou na hipótese de se tratar do próprio representante legal, apenas os documentos societários que comprovem os poderes;

52. Cada representante credenciado somente poderá exercer a representação de uma única Licitante.

53. A Garantia de Proposta que constará do Envelope 1 deverá atender ao valor mínimo de 1% (um por cento) do valor estimado do Contrato, constante do item 144, que poderá ser prestada em moeda corrente nacional, títulos da dívida pública federal, seguro-garantia ou fiança-bancária, observado o disposto neste Edital.

54. As Licitantes deverão observar as seguintes condições quando do oferecimento da Garantia da Proposta:

54.1. as Garantias das Propostas apresentadas nas modalidades seguro-garantia e fiança bancária deverão atender ao conteúdo mínimo ou seguir o modelo constante do Anexo III (Modelos de Cartas e Declarações) deste Edital, ter seu valor expresso em Reais e ser assinadas pelos administradores da sociedade emitente, bem como comprovação dos respectivos poderes para representação;

54.2. se a Licitante participar isoladamente, a Garantia da Proposta deverá ser apresentada em nome próprio;

54.3. se a Licitante for consórcio, a Garantia da Proposta deverá ser apresentada em nome da líder do consórcio, bem como conter os nomes de todas as consorciadas e os respectivos percentuais de participação;

54.4. na hipótese de a Garantia da Proposta ser prestada em títulos da dívida pública federal, aceitar-se-á, apenas, Tesouro Prefixado (LTN), Tesouro Selic (LFT), Tesouro IPCA+ (NTN-B Principal), Tesouro IPCA+ com Juros Semestrais (NTN-B), ou Tesouro Prefixado com Juros Semestrais (NTN-F), devendo estes ser emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Fazenda.;

54.5. na hipótese de apresentação em moeda corrente nacional ou em títulos da dívida pública, a Licitante deverá constituir caução bancária, expressa em documento original, dirigido à SANESUL, datado e assinado por instituição financeira custodiante, da qual conste claramente:

54.5.1. o valor pecuniário da caução ou os referidos títulos, claramente identificados, que ficarão caucionados em favor da SANESUL;

54.5.2. a identificação dos títulos caucionados, esclarecendo tratar-se dos títulos regulados pela Lei federal nº 10.179/01;

54.5.3. cláusula segundo a qual a SANESUL poderá executar a caução nas condições previstas neste Edital.

55. A Garantia de Proposta deverá ter prazo mínimo de 180 (cento e oitenta) dias a contar da data designada para a entrega dos envelopes.

56. Caso seja necessária a prorrogação da Garantia de Proposta, a SANESUL emitirá notificação à Licitante, antes do vencimento do prazo previsto no item 55, para que prorrogue a validade de sua Garantia de Proposta, sob pena de inabilitação.

57. A Garantia da Proposta será devolvida à Licitante:

57.1. que tiver sido declarada vencedora, quando da assinatura do Contrato;

57.2. que não tiver sido declarada vencedora, em até 15 (quinze) dias após a data de adjudicação do objeto à Licitante Vencedora; e

57.3. na hipótese de anulação ou revogação da Licitação, em até 5 (cinco) dias após a publicação da decisão nesse sentido.

58. Caso a Licitante incorra em uma das hipóteses abaixo previstas, sofrerá a penalidade de multa correspondente ao valor integral da Garantia de Proposta, a qual será executada para fins de recebimento da citada multa:

58.1. se a Licitante retirar sua Proposta Comercial, durante seu período de validade;

58.2. se a Licitante Vencedora descumprir quaisquer de suas obrigações decorrentes de lei ou deste Edital, incluindo a recusa em assinar o Contrato, se for a Licitante Vencedora;

58.3. se a Licitante declarada vencedora não atender às exigências para assinatura do Contrato.

59. A Garantia de Proposta também responderá pelo pagamento da remuneração da BM&F BOVESPA, caso a Licitante não efetue tal pagamento nos termos previstos neste Edital e no Anexo IV (Manual de Procedimentos da BM&F BOVESPA) deste Edital.

60. É vedada qualquer modificação nos termos e condições da Garantia de Proposta apresentada à SANESUL.

61. As Licitantes deverão apresentar ainda no Envelope 1 declaração preliminar assinada pelos representantes credenciados de que (i) estão cientes de todas as exigências previstas no Edital, (ii) não possuem nenhum impedimento de participação na Licitação e (iii) atendem a todos os requisitos de habilitação, conforme modelo constante no Anexo III (Modelo de Cartas e Declarações) deste Edital.

SEÇÃO III Proposta Comercial

62. O Envelope 2 deverá conter a Proposta Comercial com a indicação do preço unitário, corresponde ao valor em R\$ (reais)/m³ de esgoto, proposto pelo Licitante, com, no máximo 2 (duas) casas decimais, de acordo com o modelo constante do Anexo II (Diretrizes para a Elaboração da Proposta Comercial) deste Edital.

63. O preço unitário oferecido pela Licitante no item 62 será aplicado sobre a Contraprestação nos termos do Anexo II (Diretrizes para a Elaboração da Proposta Comercial).

64. O valor máximo do preço unitário a ser apresentado pelos Licitantes é de R\$ 3,50/m³ (três reais e cinquenta centavos por metro cúbico) de esgoto.

65. O Envelope 2 também deverá conter o Plano de Negócios da Licitante a ser elaborado em conformidade com os parâmetros e fórmulas dispostos no Anexo II (Diretrizes para a Elaboração da Proposta Comercial) do Edital.

66. A Proposta Comercial apresentada deverá ter validade de 180 (cento e oitenta) dias, prorrogáveis sucessivamente por igual período, mediante solicitação da SANESUL, contados da data da sua entrega.

67. Caso seja necessária a prorrogação da Proposta Comercial, a SANESUL emitirá notificação à Licitante, antes do vencimento do prazo previsto no item 66 acima, para que prorogue o prazo de validade de sua Proposta Comercial, sob pena de desclassificação da Licitante.

SEÇÃO IV Documentos de Habilitação

Disposições Gerais

68. As Licitantes estão obrigadas a satisfazer as exigências relativas à habilitação jurídica, regularidade fiscal e trabalhista, qualificação técnica, qualificação econômico-financeira e de cumprimento ao disposto no inciso XXXIII, do artigo 7º, da Constituição Federal, conforme disposto no artigo 27 da Lei federal nº 8.666/93 e no presente Edital.

69. As certidões exigidas para habilitação das Licitantes emitidas sem indicação do prazo de validade serão consideradas válidas pelo prazo de 90 (noventa) dias, contados da data de sua emissão.

70. Serão admitidas certidões obtidas pela internet, desde que tenham sido emitidas por sites oficiais e que o documento contenha a indicação do site em que poderá ser verificada a autenticidade da informação.

71. Caso o órgão emitente da documentação de regularidade relativa à habilitação esteja em greve, desde que comprovada pela Licitante, será permitida a participação no certame sem a referida documentação, condicionada, no entanto, a contratação definitiva, à apresentação de documento probante da regularidade, quando do retorno às atividades normais do órgão expedidor.

72. A SANESUL se reserva o direito de proceder a diligências e extrair certidões para averiguar a veracidade das informações constantes nos documentos apresentados, caso julgue necessário, estando sujeita à inabilitação a Licitante que

apresentar documentos em desacordo com as informações obtidas pela Comissão de Licitação, além de incorrer nas sanções previstas neste Edital.

Habilitação Jurídica

73. A habilitação jurídica da Licitante se comprovará mediante:

73.1. no caso de empresa individual, apresentação do registro comercial da Licitante;

73.2. em se tratando de sociedades comerciais, apresentação do ato constitutivo, estatuto ou contrato social da Licitante que estiver em vigor, ou o respectivo instrumento de consolidação estatutária ou contratual em vigor com as posteriores alterações, se houver, devidamente registrados no órgão de registro do comércio do local de sua sede, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;

73.3. no caso de sociedades civis, apresentação da inscrição do ato constitutivo da Licitante e todas as suas alterações subsequentes em vigor, devidamente inscritos no Cartório de Registro Civil das Pessoas Jurídicas, acompanhada de documento que demonstre a diretoria em exercício;

73.4. em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, apresentação de decreto de autorização e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente;

73.5. no caso de consórcio, a Licitante deverá apresentar Termo de Compromisso de Constituição de Consórcio e de Sociedade de Propósito Específico, na forma do item 87.

Regularidade Fiscal e Trabalhista

74. A regularidade fiscal e trabalhista da Licitante se comprovará mediante:

74.1. prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas - CNPJ;

74.2. prova de regularidade para com a Fazenda Federal, mediante a apresentação de certidão negativa de débitos ou positiva com efeitos de negativa relativos a tributos federais e à Dívida Ativa da União, a qual abrange inclusive, as contribuições sociais previstas na Lei federal nº 8.212, de 24 de julho de 1991, conforme a Portaria RFB/PGFN nº 1.751/14;

74.3. prova de regularidade para com a Fazenda do Estado relativa ao domicílio ou sede da Licitante, mediante a apresentação da certidão negativa, ou positiva com efeito de negativa, de débitos de tributos estaduais, ou, no caso de a Licitante não estar inscrita, declaração própria dessa situação, sob as penas da lei;

74.4. prova de regularidade para com a Fazenda Municipal relativa ao domicílio ou sede da Licitante, mediante a apresentação de certidão negativa, ou positiva com efeito de negativa, de tributos mobiliários, ou, no caso de a Licitante não estar inscrita, declaração própria dessa situação, sob as penas da lei;

74.5. prova de regularidade para com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS, mediante a apresentação de certidão de regularidade emitida pela Caixa Econômica Federal;

74.6. prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.

Qualificação Técnica

75. A qualificação técnica da Licitante se comprovará mediante:

75.1. Declaração de participação da visita técnica, fornecida pela SANESUL, ou declaração de não participação da visita técnica, emitida pela Licitante, nos termos dos itens 21 e 22 deste Edital.

75.2. Qualificação técnico-operacional. Comprovação por meio de atestado(s) fornecido(s) por pessoas jurídicas de direito público ou privado, acompanhado das respectivas CATs - Certidão de Acervo Técnico, que se refiram às seguintes parcelas, consideradas de maior relevância e de valor significativo:

- a) Operação e manutenção de sistema de esgotamento sanitário composto de coleta, transporte, bombeamento e tratamento de sistema que atenda, no mínimo, 215.000 (duzentos e quinze mil) economias por período igual ou superior a 24 (vinte e quatro) meses de forma contínua;
- b) Construção de coletor tronco e/ou rede coletora de esgoto de, no mínimo, 320.000 (trezentos e vinte mil) metros;
- c) Construção de estação de tratamento de esgoto com capacidade mínima de tratamento de 125 l/s (cento e vinte e cinco litros por segundo).

75.2.1. Para cumprimento do quantitativo previsto na Subcláusula 75.2, a), será admitida a somatória de atestados para a comprovação da quantidade de economias, desde que, ao menos, um dos atestados comprove a operação e manutenção de sistema de esgotamento sanitário que atenda, pelo menos, 40.000 (quarenta mil) economias.

75.2.2. Para cumprimento do quantitativo previsto na Subcláusula 75.2, b), será admitida a somatória atestados.

75.2.3. Para comprovar o exigido nos item 75.2, os atestados deverão demonstrar uma das seguintes hipóteses:

75.2.3.1. a Licitante ser responsável direta pela construção ou prestação de serviços atestados; ou

75.2.3.2. a Licitante ser membro de consórcio responsável pela construção ou prestação de serviço atestado, devendo, neste caso, ser demonstrado, por meio do instrumento do consórcio ou do atestado, que a Licitante foi encarregada de operar o sistema integralmente e/ou da parcela da construção de responsabilidade da Licitante.

75.2.4. Em se tratando de Licitante em consórcio, cada uma das exigências contidas no item 75.2 deverá ser integralmente e isoladamente atendida por uma das consorciada, admitida o atendimento de mais de um dos itens pela mesma consorciada.

75.2.5. A Licitante individual ou a(s) consorciada(s) que comprovar(em) a experiência indicada no item 75.2 deverá apresentar prova de registro e regularidade no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia - CREA.

75.2.6. Para fins de atendimento ao item 75.2.5, deverá ser apresentada a certidão de registro e quitação expedida pelo CREA do estado de origem da Licitante individual ou da(s) consorciada(s), dentro do prazo de validade, nos termos do que disciplina a Resolução CONFEA nº 413/97.

75.3. Capacidade técnico-profissional. Comprovação de que a Licitante individual ou, pelo menos, uma das consorciadas possui, em seu quadro permanente, profissional de nível superior, detentor de atestado fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, acompanhado das respectivas CATs - Certidões de Acervo Técnico, que se refiram as seguintes parcelas, consideradas de maior relevância e de valor significativo:

- a) Operação e manutenção de sistema de esgotamento sanitário composto de coleta, transporte, bombeamento e tratamento;
- b) Construção de coletor tronco e/ou rede coletora de esgoto;
- c) Construção de estação de tratamento de esgoto.

75.4. O atestado de que trata o item 75.3 somente será aceito se o profissional possuir vínculo com a Licitante nas seguintes modalidades:

75.4.1. por relação de emprego, comprovada mediante apresentação da Carteira de Trabalho e de Ficha de Registro de Empregados, devidamente atualizados;

75.4.2. como sócio, comprovado por meio da apresentação de seu estatuto ou contrato social;

75.4.3. como administrador, comprovado por meio de apresentação de prova de eleição dos administradores em exercício devidamente arquivada no registro empresarial ou cartório competente;

75.4.3.1. por meio de contrato de prestação de serviço;

75.4.3.2. por carta ou contrato de intenção, com firma reconhecida, indicando que, em caso de êxito da Licitante na Licitação, o profissional assumirá obrigação de participar da prestação dos Serviços de Esgoto, conforme sua respectiva competência técnica, por uma das modalidades de vínculo descritas neste item.

75.5. Atestado(s) emitido(s) por pessoa(s) jurídica(s) de direito público ou privado, que comprove que a Licitante tenha realizado empreendimento de grande porte em infraestrutura no qual tenha sido necessário investimento de, pelo menos, R\$ 100.000.000,00 (cento milhões de reais), provenientes de capital próprio ou de terceiros.

75.5.1. Para atendimento do valor exigido no item 75.5 será admitido o somatório de atestados, desde que atendidas as seguintes condições:

75.5.1.1. seja demonstrada a participação em, pelo menos, um empreendimento em que o valor total de investimento tenha sido de, no mínimo, R\$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais), provenientes de capital próprio ou de terceiros;

75.5.1.2. seja demonstrada, para complementação do valor exigido no item 75.5.1.1, a participação em outros empreendimentos em que o valor de

investimento, em cada um deles, tenha sido de, no mínimo, R\$ 25.000.000,00 (vinte e cinco milhões reais), provenientes de capital próprio ou de terceiros.

75.5.2. Somente serão aceitos atestados de titularidade da Licitante ou de titularidade de consórcio ou empresa controlada em que a Licitante possua mais de 50% (cinquenta por cento) de participação.

75.5.3. Em se tratando de Licitante em consórcio, pelo menos uma das consorciadas deverá atender integral e isoladamente às exigências deste item 75.5.

75.6. Atestado(s) emitido(s) por pessoa(s) jurídica(s) de direito público ou privado, que comprove que a Licitante tenha obtido financiamento de, pelo menos, R\$ 70.000.000,00 (setenta milhões de reais) para cumprimento das obrigações financeiras assumidas, por meio de financiamentos de longo prazo (assim compreendidos os financiamentos com prazo de vencimento superior a cinco anos).

75.6.1. Para atendimento do valor exigido no item 75.6 será admitido o somatório de atestados, desde que atendidas as seguintes condições:

75.6.1.1. seja demonstrada participação em, pelo menos, um empreendimento em que se tenha captado, no mínimo, R\$ 35.000.000,00 (trinta e cinco milhões de reais), por meio de financiamentos de longo prazo;

75.6.1.2. seja demonstrada, para complementação do valor exigido no item 75.6.1.1 participação em outros empreendimentos em que tenha sido captado, em cada um deles, o mínimo de R\$ 17.500.000,00 (dezessete milhões e quinhentos mil reais), por meio de financiamentos de longo prazo.

75.6.2. Somente serão aceitos atestados de titularidade da Licitante ou de titularidade de consórcio ou empresa controlada em que a Licitante possua mais de 50% (cinquenta por cento) de participação..

75.6.3. Em se tratando de Licitante em consórcio, pelo menos uma das consorciadas deverá atender integral e isoladamente às exigências de habilitação técnica deste item 75.6.

76. A conformidade dos atestados poderá ser confirmada por meio de diligência, sendo que a sua desconformidade implicará na inabilitação da Licitante, sem prejuízo de outras sanções cabíveis em virtude de falsidade das informações prestadas.

77. As comprovações exigidas nos itens 75.2, 75.5 e 75.6 poderão referir-se ao mesmo empreendimento, desde que sejam atendidos todos os requisitos lá estabelecidos.

78. Observadas as condições anteriores, é permitido apresentar atestados em nome de empresas controladas, controladoras ou sob o mesmo controle comum (i) da Licitante ou, no caso de a Licitante ser consórcio (ii) de uma das consorciadas dela integrante.

79. Na hipótese de ser(em) apresentado(s) atestado(s) em nome de empresa controlada, controladora ou sob o mesmo controle comum, na forma do item acima, a Licitante deverá apresentar (i) o quadro de acionistas ou de sócios, conforme o caso, de modo a comprovar a relação existente entre a Licitante (ou a empresa dela integrante, no caso de a Licitante ser consórcio) e a titular do atestado e (ii) declaração, sob as penas da lei, informando que a empresa detentora do atestado está regular perante as Fazendas Federal, Estadual e Municipal.

80. Quando os valores apresentados nos atestados forem em moeda estrangeira, os montantes relativos ao porte dos empreendimentos realizados deverão ser convertidos pela Licitante em R\$ (reais) pela taxa de câmbio em vigor na data da conclusão da experiência relatada, que deverá constar explicitamente do atestado.

81. Os valores constantes do atestado poderão ser atualizados pela variação do IPCA - Índice de Preços ao Consumidor Amplo, divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, com base no índice acumulado entre a data de referência do valor e o mês imediatamente anterior ao da publicação do presente Edital.

82. No caso de alterações societárias e nos casos de fusão, incorporação ou desmembramento de empresas, somente serão considerados os atestados em que, inequívoca e documentalmente, a empresa comprove a transferência definitiva de acervo técnico.

Qualificação Econômico-Financeira

83. A qualificação econômico-financeira da Licitante se comprovará mediante:

83.1. Publicação do balanço do último exercício anual já exigível, acompanhado das respectivas demonstrações financeiras, que possibilite a apuração dos dados abaixo relacionados. Se a Licitante não estiver obrigada à publicação, deverá apresentar cópia autenticada do balanço assinado pelo responsável legal e

pelo contador registrado no órgão profissional competente, com indicação do número de registro. Quando se tratar de empresa recém-constituída, que ainda não fechou o primeiro balanço anual, o balanço inicial é o que deve ser apresentado.

83.1.1. Caso a Licitante esteja inscrita no Sistema Público de Escrituração Digital - SPED, os documentos mencionados no item 8383.1 poderão ser substituídos, parcialmente, por:

83.1.1.1. comprovante da entrega digital do livro contábil com o balanço patrimonial e as demonstrações financeiras exigíveis na forma da lei;

83.1.1.2. comprovante da assinatura digital do livro contábil pelo diretor responsável e por profissional de contabilidade habilitado e devidamente registrado no Conselho Regional de Contabilidade - CRC, comprovando sua regularidade perante o respectivo conselho;

83.1.1.3. cópia do termo de abertura e encerramento do respectivo livro contábil; e

83.1.1.4. termo de autenticação do livro contábil com o balanço patrimonial e as demonstrações financeiras pelo órgão competente.

83.2. Comprovação de atendimento aos índices mencionados neste item por meio de demonstrativo de cálculo, devidamente assinado por contador ou técnico registrado no Conselho Regional de Contabilidade, tomando por base o balanço patrimonial de que trata o item 83.1:

83.2.1. Índice de Liquidez Geral igual ou maior que 1,00 estabelecido pela fórmula:

$$ILG = \text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo} / \text{Passivo Circulante} + \text{Exigível a Longo Prazo}$$

83.2.2. Índice de Liquidez Corrente igual ou maior que 1,00 estabelecido pela fórmula:

$$ILC = \text{Ativo Circulante} / \text{Passivo Circulante}$$

83.2.3. Índice de Endividamento Total menor ou igual a 0,5 estabelecido pela fórmula:

$$ET = (\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo exigível a longo prazo}) / \text{Ativo Total}$$

83.3. Comprovação de que o patrimônio líquido da Licitante até a data de entrega dos envelopes é igual ou superior ao valor de R\$ 191.775.000,00 (cento e noventa e um milhões, setecentos e setenta e cinco mil reais) correspondente a 10% do valor estimado do Contrato constante do item 144, ou o equivalente em moeda estrangeira, convertidos pela taxa de câmbio vigente na data da publicação do resultado ou no dia útil subsequente.

83.4. Em caso de Licitante em consórcio, deverá ser comprovado um patrimônio líquido até a data de entrega dos envelopes igual ou superior ao valor de R\$ 249.308.000,00 (duzentos e quarenta nove milhões, trezentos e oito mil reais) ou o equivalente em moeda estrangeira, convertidos pela taxa de câmbio vigente na data da publicação do resultado ou no dia útil subsequente.

83.5. Certidão negativa de falência, concordata ou recuperação judicial expedida pelo distribuidor da sede da Licitante.

Declarações

84. As Licitantes deverão apresentar as seguintes declarações, conforme os respectivos modelos constantes do Anexo III (Modelos de Cartas e Declarações) deste Edital:

84.1. Declaração de que se encontra em situação regular perante o Ministério do Trabalho, na observância das vedações estabelecidas no artigo 7º, inciso XXXIII, da Constituição Federal, quais sejam, proibição de trabalho noturno, perigoso ou insalubre aos menores de dezoito anos e de qualquer trabalho a menores de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de catorze anos.

84.2. Declaração de que tomou conhecimento de todas as informações e condições locais para o cumprimento das obrigações, objeto desta Licitação.

84.3. Declaração quanto à inexistência de fato impeditivo em participar da Licitação.

85. As pessoas jurídicas estrangeiras que participarem isoladamente ou reunidas em Consórcio e que não funcionem no Brasil, deverão apresentar, ainda:

85.1. Declaração expressa de que se submetem à legislação brasileira e que renunciam a qualquer reclamação por via diplomática, conforme previsto no Anexo III (Modelos de Cartas e Declarações) deste Edital; e

85.2. Prova de constituição de representação legal no Brasil, com poderes expressos para receber citação e responder administrativa e judicialmente por seus atos, o que deve estar refletido na procuração apresentada.

Participação em Consórcio

86. Os Documentos de Habilitação deverão ser entregues individualmente por cada uma das consorciadas integrantes da Licitante, sendo certo que, em relação às exigências de qualificação técnica, elas poderão ser atendidas por qualquer das consorciadas isoladamente ou pela soma das qualificações técnicas apresentadas pelas consorciadas, observadas as condições específicas previstas neste Edital, inclusive em relação ao somatório de atestados.

87. A Licitante em consórcio deverá apresentar, nos documentos relativos à habilitação jurídica, Termo de Compromisso de Constituição de Consórcio e de Sociedade de Propósito Específico, subscrito por todas as consorciadas, contemplando:

87.1. a denominação do consórcio;

87.2. os objetivos do consórcio, restritos à participação na Licitação;

87.3. a indicação da porcentagem de participação das consorciadas no consórcio;

87.4. a indicação da empresa líder do consórcio;

87.5. a outorga de amplos poderes à empresa líder do consórcio para representar as consorciadas, ativa e passivamente, judicial e extrajudicialmente, em todos os atos relativos à Licitação, podendo assumir obrigações em nome do consórcio;

87.6. declaração de responsabilidade solidária das consorciadas pelos atos praticados na Licitação; e

87.7. compromisso de que, caso venha a ser vencedor da Licitação, suas consorciadas constituirão sociedade de propósito específico, segundo as leis brasileiras, na forma de sociedade anônima, com sede em município do Estado do Mato Grosso do Sul e com estrutura administrativa, contábil e fiscal específica.

88. A inabilitação de qualquer consorciada acarretará, automaticamente, a inabilitação do consórcio da presente Licitação.

89. No caso de consórcio entre empresas brasileiras e estrangeiras, a liderança caberá, obrigatoriamente, à empresa brasileira.

90. Não será admitida a inclusão, a substituição, a retirada, a exclusão ou a alteração da participação de qualquer consorciada, desde a apresentação dos envelopes até a assinatura do Contrato.

CAPÍTULO IV - PROCEDIMENTO DE ANÁLISE E JULGAMENTO

SEÇÃO I Abertura, Exame e Análise das Garantias de Proposta

91. Além da necessidade de entrega dos 3 (três) envelopes na data e hora indicados no preâmbulo, a participação da Licitante na sessão pública estará condicionada à regularidade dos documentos exigidos no Envelope 1.

92. A BM&F BOVESPA analisará a regularidade dos documentos de representação, da declaração preliminar e da Garantia de Proposta apresentados, comunicando à Comissão de Licitação o resultado da análise, sendo que as Licitantes que não atenderem a quaisquer desses requisitos será inabilitada.

93. Até o dia útil imediatamente anterior ao dia da sessão pública será divulgado comunicado informando o resultado da análise dos documentos do Envelope 1.

94. No dia, hora e local estabelecidos neste Edital, a Comissão de Licitação instalará a sessão pública para a abertura dos Envelopes 2 de todas as Licitantes e do Envelope 3 da Licitante que possuir o menor preço registrado, obedecendo a seguinte ordem de trabalho.

95. Os Envelopes 2 contendo as Propostas Comerciais serão abertos e uma via do seu conteúdo será rubricada pelos membros da Comissão de Licitação e pelas Licitantes presentes.

96. A Comissão de Licitação examinará o conteúdo dos Envelopes 2, julgando liminarmente desclassificadas as Licitantes cuja Proposta Comercial não atenda ao estabelecido no Edital, devolvendo-lhes, fechados, o Envelope 3, desde que não haja recurso, ou após a denegação deste.

97. O julgamento das Propostas Comerciais pode se dar em sessão reservada pela Comissão de Licitação.

98. A Comissão de Licitação examinará a Proposta Comercial e classificará as Licitantes de acordo com o menor valor da Contraprestação apresentado, considerando, sempre, o menor preço unitário, corresponde ao valor em R\$ (reais)/m³ de esgoto.

99. Será também examinado o Plano de Negócios das Licitantes de acordo com os critérios estabelecidos no Anexo II (Diretrizes para a elaboração da PROPOSTA COMERCIAL) deste Edital.

100. Não se aplica à presente Licitação o disposto nos §§ 1º e 2º do artigo 48 da Lei federal nº 8.666/93, por não se tratar exclusivamente de licitação para contratação de obras e serviços de engenharia.

101. Será considerada melhor classificada a Licitante que, satisfeitas as exigências desta Licitação, tenha apresentado a proposta de menor valor do preço unitário, corresponde ao valor em R\$ (reais)/m³ de esgoto.

102. Se duas ou mais Licitantes apresentarem Propostas Comerciais de igual valor, considerado na segunda casa decimal, o critério para desempate será por sorteio, sendo a primeira Licitante sorteada a melhor classificada.

103. Após a análise e classificação das Propostas Comerciais, a Comissão de Licitação fará a abertura do Envelope 3 da Licitante melhor classificada.

103.1. Se a abertura do Envelope 3 da Licitante melhor classificada ocorrer em outra sessão que não aquela da abertura dos Envelopes 2 das Licitantes, a data da referida abertura do Envelope 3 será divulgado por meio do Diário Oficial do Estado do Mato Grosso do Sul e de jornal de grande circulação no Estado.

104. O Envelope 3 da Licitante melhor classificada, contendo os Documentos de Habilitação, será aberto e uma via do seu conteúdo será rubricada pelos membros da Comissão de Licitação e pelas Licitantes presentes.

105. A Comissão de Licitação examinará os documentos constantes do Envelope 3, julgando liminarmente inabilitada a Licitante, caso não seja atendido o estabelecido no Edital.

106. Caso a Licitante inabilitada renuncie ao prazo recursal de 5 (cinco) dias úteis, ou havendo recurso e este sendo negado, a Comissão de Licitação convocará nova sessão para abertura do Envelope 3 da próxima Licitante melhor classificada.

107. Caso a Licitante seja habilitada e haja renúncia das demais Licitantes ao prazo recursal, ou havendo recursos, e estes sejam rejeitados, a Licitante será declarada vencedora da Licitação, cabendo à Comissão de Licitação adotar as providências necessárias para a homologação e adjudicação do objeto da Licitação.

CAPÍTULO V - CONDIÇÕES PARA A FORMALIZAÇÃO DO CONTRATO

SEÇÃO I Convocação para a Celebração do Contrato

108. Após a homologação do resultado da Licitação pela SANESUL e adjudicado o objeto da Licitação, a Licitante Vencedora será convocada para, no prazo de até 60 (sessenta) dias da convocação, cumprir as formalidades necessárias, descritas nas seções seguintes, e fazer com que a SPE celebre o Contrato, sob pena de decair de seu direito à contratação, sem prejuízo da aplicação da multa prevista no item 58 com perda da Garantia de Proposta e da aplicação das penalidades previstas no artigo 81 da Lei federal nº 8.666/93.

109. O prazo para a assinatura do Contrato poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, quando solicitado pela Licitante Vencedora durante o seu transcurso e desde que ocorra motivo justificado, aceito pela SANESUL.

110. É facultado à SANESUL, quando a SPE não se apresentar para assinar o Contrato no prazo e nas condições estabelecidas acima, convocar as Licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a abertura dos Documentos de Habilitação e, no caso de cumprimento das exigências contidas no Edital, constituir uma sociedade de propósito específico em igual prazo e nas condições da Proposta Comercial do primeiro colocado.

SEÇÃO II Constituição da SPE

111. Para a assinatura do Contrato, a Licitante Vencedora deverá constituir uma sociedade de propósito específico, em conformidade com a lei brasileira, com sede

em município do Estado do Mato Grosso do Sul, sendo que o seu estatuto social deverá ser apresentado no ato de assinatura do Contrato.

112. Caso a Licitante Vencedora seja Licitante individual, a sociedade de propósito específico deverá ser sua subsidiária integral.

113. Em caso de consórcio, a Licitante Vencedora deverá constituir a SPE observando-se a composição acionária apresentada no Termo de Compromisso de Constituição de Consórcio e de Sociedade de Propósito Específico apresentado na Licitação.

114. A SPE, constituída pela Licitante Vencedora, assumirá a forma de sociedade anônima e deverá ter como único objeto a prestação dos Serviços de Esgoto, bem como exploração de fontes de Receitas Extraordinárias, previstas no Contrato e atividades correlatas, de modo a viabilizar o seu cumprimento.

115. O controle societário efetivo da SPE é exercido pela empresa ou grupo de empresas vinculadas por acordo de votos que detiverem a titularidade de direitos de sócio que lhe assegurem, de modo permanente, a maioria dos votos nas deliberações da assembleia-geral e o poder de eleger a maioria dos administradores da companhia e use efetivamente seu poder para dirigir as atividades sociais e orientar o funcionamento dos órgãos da companhia, nos termos do disposto no artigo 116 da Lei federal nº 6.404/76.

116. O prazo de duração da SPE deverá corresponder ao prazo necessário para o cumprimento de todas as suas obrigações previstas no Contrato.

117. O capital social subscrito e integralizado da SPE deverá ser igual a, no mínimo, 10% (dez) por cento do valor dos investimentos a serem realizados nos 10 (dez) primeiros anos do Contrato, conforme montante previsto na Proposta Comercial da Licitante Vencedora, sendo que:

117.1. O capital inicial subscrito e integralizado da SPE, na data da celebração do Contrato, deverá ser de 10% (dez por cento) do valor dos investimentos que a SPE irá realizar no primeiro ano de execução do Contrato, conforme montante previsto na Proposta Comercial da Licitante Vencedora.

117.2. Nos anos subsequentes a parcela subscrita e integralizada do capital social deverá ser de 10% (dez por cento) do investimento a ser realizado no respectivo ano, conforme montante previsto na Proposta Comercial da Licitante Vencedora.

118. No prazo de até 02 (dois) dias úteis antes da assinatura do Contrato, a Licitante Vencedora deverá apresentar o estatuto social, acompanhado das certidões que comprovem o registro tempestivo na Junta Comercial do Estado do Mato Grosso do Sul e do registro no CNPJ/MF.

SEÇÃO III Garantia de Execução do Contrato

119. Para garantir o fiel cumprimento das obrigações que serão assumidas pela SPE em razão do Contrato, no prazo de até 02 (dois) dias úteis antes da assinatura do Contrato, a SPE deverá apresentar à SANESUL o comprovante de que prestou a Garantia de Execução do Contrato, no valor correspondente a 2% (dois por cento) do valor dos investimentos previstos no Plano de Negócios da Licitante vencedora.

120. A Garantia de Execução do Contrato deverá prever como beneficiário a SANESUL, sendo prestada em qualquer das formas previstas no artigo 56 da Lei federal nº 8.666/93 e no Contrato.

121. A Garantia de Execução do Contrato apresentada não poderá conter qualquer tipo de ressalva ou condições que possam dificultar ou impedir sua execução ou que possam deixar dúvidas quanto à firmeza da garantia oferecida.

122. Todas as despesas decorrentes da prestação da Garantia de Execução do Contrato correrão por conta da Licitante Vencedora, da SPE e de seus acionistas, conforme o caso.

123. As hipóteses de execução da Garantia de Execução do Contrato serão previstas no Contrato.

SEÇÃO IV Ressarcimento dos Estudos vinculados à Concessão Administrativa e da BM&F BOVESPA

124. Em até 02 (dois) dias úteis antes da assinatura do Contrato, a Licitante Vencedora deverá comprovar o pagamento do valor de R\$ [•] à [•], a título de ressarcimento pela realização dos estudos relacionados à Concessão Administrativa, conforme autorização publicada em [•], no Diário Oficial do Estado do Mato Grosso do Sul, com fulcro no artigo 21 da Lei federal nº 8.987/95.

125. No mesmo prazo mencionado no item anterior, a Licitante Vencedora deverá comprovar o pagamento da remuneração da BM&F BOVESPA, no valor de R\$ [•].

CAPÍTULO VI - CONDIÇÕES GERAIS DO CONTRATO

SEÇÃO I Objeto do Contrato

126. O Contrato tem como objeto a Concessão Administrativa, em caráter de exclusividade, para a prestação dos Serviços de Esgoto e da exploração de fontes de Receitas Extraordinárias, na Área da Concessão Administrativa, compreendendo a realização dos investimentos necessários à ampliação, operação e manutenção dos Sistemas de Esgotamento Sanitário nos Municípios, nos termos da minuta constante do Anexo I (Minuta do Contrato) deste Edital.

SEÇÃO II Prazo de Vigência do Contrato

127. O prazo de vigência da Concessão Administrativa será de 30 (trinta) anos contados da data de emissão da Ordem de Serviço, podendo ser prorrogado nos prazos e nas condições previstos no Contrato.

SEÇÃO III Direitos e Obrigações da SPE, da SANESUL e dos Usuários

128. Os direitos e obrigações da SPE, da SANESUL e dos Usuários encontram-se descritos no Contrato.

SEÇÃO IV Remuneração da SPE

129. A Contraprestação a que faz jus a SPE será paga pela SANESUL nos termos e condições previstos na Proposta Comercial da Licitante Vencedora, no Contrato e nos seus Anexos.

130. A SPE fará jus à obtenção de Receitas Extraordinárias, conforme previsão expressa constante do Contrato.

SEÇÃO V Reajuste da Contraprestação

131. Os valores da Contraprestação serão reajustados anualmente, na forma prevista no Contrato.

SEÇÃO VI Revisão do Contrato

132. As condições do Contrato serão revistas extraordinariamente, nos casos previstos na minuta do Contrato, mantendo-se sempre o seu equilíbrio econômico-financeiro.

133. O procedimento e a forma de revisão do Contrato estão previstos no seu respectivo instrumento.

SEÇÃO VII Da Regulação e Fiscalização

134. A regulação e a fiscalização dos Serviços de Esgoto serão realizadas pela SANESUL, nos termos do CONTRATO.

135. A SPE deverá destinar à Unidade Central de Parcerias Público-Privadas, durante todo o período da Concessão Administrativa, a partir da data de emissão da Ordem de Serviço, 0,5% (zero vírgula cinco por cento) do valor efetivamente recebido da SANESUL no mês anterior, a título de Contraprestação, com vistas a auxiliar no custeio de administração e de manutenção do referido órgão.

SEÇÃO VIII Bens Afetos

136. Os Bens Afetos serão entregues pela SANESUL à SPE na data de emissão da Ordem de Serviço, devendo ser operados e mantidos pela SPE na forma do Contrato.

137. As Obras de Responsabilidade da SANESUL serão entregues pela SANESUL nos prazos definidos no Anexo VII (Obras de Responsabilidade da SANESUL e Cronograma de Entrega) deste Edital.

138. Eventuais desapropriações que se fizerem necessárias para a execução dos Serviços de Esgoto serão realizadas pela SPE de acordo com o previsto no Contrato.

139. Na extinção da Concessão Administrativa, os Bens Afetos reverterão automaticamente à SANESUL, nas condições estabelecidas no Contrato.

SEÇÃO IX Seguros

140. A SPE obriga-se a contratar, às suas expensas, junto à seguradora de sua livre escolha, seguros contra os riscos inerentes à execução do objeto da Concessão Administrativa, nos termos e condições previstos no Contrato.

CAPÍTULO VII - DISPOSIÇÕES FINAIS

SEÇÃO I Comunicações

141. As comunicações dos atos mencionadas neste Edital, no que se refere, especialmente, ao procedimento da Licitação, serão feitas pela Comissão de Licitação, mediante publicação na imprensa oficial e disponibilizadas no site [•].

SEÇÃO II Contagem de Prazos

142. Na contagem dos prazos a que alude este Edital, excluir-se-á o dia de início e se incluirá o dia de vencimento, sendo considerados os dias consecutivos, exceto quando explicitamente disposto em contrário.

143. Só se iniciam e vencem os prazos nos dias de expediente na SANESUL.

SEÇÃO III Valor Estimado do Contrato

144. Para fins da presente Licitação, o valor estimado do Contrato é de R\$ 1.917.750.000,00 (um bilhão, novecentos e dezessete milhões, setecentos e cinquenta mil reais), equivalente à soma dos valores dos investimentos a serem realizados pela SPE durante toda Concessão Administrativa.

SEÇÃO IV Disposições Diversas

145. As dúvidas surgidas na aplicação deste Edital, bem como os casos omissos, serão resolvidos pela Comissão de Licitação ou após a adjudicação do objeto da Licitação, pela SANESUL, respeitada a legislação pertinente.

146. Até a assinatura do Contrato, fica reservado à SANESUL o direito de resolver todo e qualquer caso singular, não previsto neste Edital e em tudo o mais que, de qualquer forma, se relacione direta ou indiretamente com o seu objeto.

147. Os termos dispostos neste Edital, bem como as cláusulas e condições do Contrato e as constantes dos demais anexos complementam-se entre si, reportando um documento ao outro em caso de dúvidas ou omissões, devendo ser respeitadas as regras de interpretação previstas no Contrato.

148. A Licitação a que se refere este Edital poderá ser adiada, revogada por razões de interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, ou anulada, sem que caiba às Licitantes qualquer tipo de indenização por estes motivos, de acordo com o artigo 49 da Lei federal nº 8.666/93.

Mato Grosso do Sul, [inserir data]

EMPRESA DE SANEAMENTO DE MATO GROSSO DO SUL - SANESUL

ANEXO II

DIRETRIZES PARA ELABORAÇÃO DA PROPOSTA COMERCIAL

CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº [●]

**PARCERIA PÚBLICO-PRIVADA, NA MODALIDADE DE CONCESSÃO ADMINISTRATIVA, PARA A
PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS PÚBLICOS DE ESGOTAMENTO SANITÁRIO EM 68 (SESSENTA E OITO)
MUNICÍPIOS DO ESTADO DO MATO GROSSO DO SUL**

1. PROPOSTA COMERCIAL

1.1. A Proposta Comercial deverá ser apresentada na forma do Apêndice I deste Anexo e deverá constar do Envelope 2.

1.2. Cada Licitante deverá apresentar uma Proposta Comercial.

1.3. Os envelopes para apresentação das Propostas Comerciais deverão obedecer à identificação e distinção previstas no Edital, especialmente em seu Capítulo III.

1.4. A Proposta Comercial deverá conter a indicação do preço unitário, corresponde ao valor em R\$ (reais)/m³ de esgoto, utilizado no cálculo da Contraprestação previsto no Contrato.

1.5. A Proposta Comercial deverá indicar o valor do preço unitário com, no máximo, 2 (duas) casas decimais.

1.6. A Proposta Comercial deverá obedecer ao modelo constante do Apêndice I do presente Anexo e deverá considerar:

1.6.1. seu caráter vinculante, irrevogável, irretratável e incondicional;

1.6.2. o valor de 3,50/m³ (três reais e cinquenta centavos por metro cúbico) de esgoto como limite máximo para o preço unitário, sob pena de desclassificação do Licitante;

1.6.3. sua validade de, no mínimo, 180 (cento e oitenta) dias contados da data da apresentação da Proposta Comercial;

1.6.4. todos os investimentos, tributos, custos e despesas necessários à plena execução do Contrato;

1.6.5. todos os riscos assumidos pela SPE no Contrato, conforme a minuta constante do Anexo I do Edital;

1.6.6. o prazo de 30 (trinta) anos da Concessão Administrativa a partir da emissão da Ordem de Serviço, conforme disposto na minuta constante do Anexo I do Edital;

1.6.7. o cronograma de integralização do capital social da SPE, previsto no Edital;

1.6.8. as demais condições e obrigações estipuladas no Contrato.

1.7. A Licitante também deverá apresentar no Envelope 2 seu Plano de Negócios, que deverá conter projeção de modelagem econômico-financeira para todo o prazo da Concessão Administrativa, com, no mínimo, Demonstração do Resultado do Exercício e Fluxo de Caixa, conforme modelo apresentado no Apêndice II deste Anexo.

1.8. Todos os valores constantes no Plano de Negócios da Licitante deverão estar expressos na Data Base, referente ao mês de [●data base dos estudos].

1.9. O Plano de Negócios da Licitante deverá ser apresentado de acordo com os detalhes previstos neste Anexo e deverá permitir a aferição da adequação entre as obrigações previstas no Edital e no Contrato, especialmente o Termo de Referência, e a Proposta Comercial.

1.10. O valor do preço unitário apresentado pela Licitante em sua Proposta Comercial deverá estar consistente com seu Plano de Negócios.

1.11. O Plano de Negócios da Licitante será considerado no cálculo de eventuais reequilíbrios econômico-financeiro nos termos previstos no Contrato.

APÊNDICE I - Proposta Comercial

CONCORRÊNCIA PÚBLICA nº [--]

Prezados Senhores,

Nos termos do Edital e seus anexos, bem como das demais informações disponibilizadas no processo licitatório, com os quais esta Licitante concorda integralmente, apresentamos nossa Proposta Comercial para a prestação dos serviços públicos de esgotamento sanitário em 68 (sessenta e oito) Municípios do Estado de Mato Grosso do Sul, objeto do referido Edital.

CONSIDERANDO QUE:

- (i) esta Proposta Comercial reflete a intenção desta Licitante e é vinculante, irrevogável, irretratável e incondicional;
- (ii) para a elaboração desta Proposta Comercial, a Licitante considerou todos os investimentos, tributos, custos e despesas necessários à execução da Concessão Administrativa, observando-se os termos previstos no Edital;
- (iii) na elaboração desta Proposta Comercial, esta Licitante tomou ciência, anuiu e considerou as condições contidas na minuta do Contrato.

PROPOSTA DE CONTRAPRESTAÇÃO:

Esta Licitante, cujos dados estão apresentados abaixo, vem, por seu representante legal, apresentar a seguinte Proposta Comercial referente ao preço unitário, parte integrante do cálculo da Contraprestação conforme previsto no Contrato, para os fins da Licitação em epígrafe:

Proposta de Preço Unitário (PU):

R\$ [--] ([--]).

VALIDADE:

Esta Proposta Comercial terá validade de [--] (--) dias.

DADOS DA LICITANTE:

Razão Social da Licitante ou Denominação do Consórcio: [--].

CNPJ/MF (em caso de Consórcio, utilizar CNPJ/MF da empresa líder): [--].

Composição do consórcio (com indicação da empresa líder) (quando aplicável): [--].

Endereço: [--].

Telefones de contato: [--].

Fax: [--].

Representante do Licitante: [--]

E-mail: [--].

[LOCAL], [dia] de [mês] de [ano].

[LICITANTE]

Por seu representante legal

RG n. [--]

CPF/MF sob o n. [--]

APÊNDICE II - Plano de Negócio da Licitante

CONCORRÊNCIA PÚBLICA nº [--]

Valores Anuais em R\$ mil	Ano 1	Ano 2	...	Ano 30
Indicadores Operacionais				
Economias de Esgoto Disponíveis				
Volume Médio Por Economia de Água Faturada				
Investimentos por Tipo				
Estações Elevatórias				
Rede Coletora de Esgoto				
Estações de Tratamento de Esgoto				
Linhas de Recalque, Coletores Tronco e Interceptadores				
Ligações				
Outros Investimentos				
Custos e Despesas				
Despesas com Pessoal Operacional				
Despesas com Energia Operacional				
Custos com Manutenção de Rede				
Custo com Produtos Químicos				
Serviços de Terceiros				
Outros Custos Operacionais				
Despesas com Pessoal Administrativo				
Despesas Administrativas				
Despesas Pré-Operacionais				
Outras Despesas				
DRE				
Receita Bruta Operacional				
Outras Receitas				
Tributos				
Receita Líquida				
Custos				
Despesas				
LAJIDA				
Depreciação e Amortização				
LAJIR				
Despesas Financeiras				
LAIR				
IR/CS				
Lucro Líquido				

Valores Anuais em R\$ mil	Ano 1	Ano 2	...	Ano 30
Fluxo de Caixa				
Saldo Inicial				
Recebimentos Operacionais				
Pagamento de Impostos				
Pagamentos Operacionais				
Fluxo Operacional				
Investimentos				
Fluxo de Investimentos				
Saldo Final				
TIR =				
VPL (10%) =				

ANEXO III

MODELOS DE CARTAS E DECLARAÇÕES

CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº [•]

PARCERIA PÚBLICO-PRIVADA, NA MODALIDADE DE CONCESSÃO ADMINISTRATIVA, PARA A PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS PÚBLICOS DE ESGOTAMENTO SANITÁRIO EM 68 (SESSENTA E OITO) MUNICÍPIOS DO ESTADO DO MATO GROSSO DO SUL

ÍNDICE

MODELO DE SOLICITAÇÃO DE ESCLARECIMENTOS.....	49
TERMOS E CONDIÇÕES MÍNIMAS DO SEGURO-GARANTIA PARA GARANTIA DE PROPOSTA	50
MODELO DE FIANÇA-BANCÁRIA PARA GARANTIA DE PROPOSTA.....	52
MODELO DE DECLARAÇÃO PRELIMINAR.....	54
MODELO DE DECLARAÇÃO REFERENTE AO ARTIGO 7º, INCISO XXXIII, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL.....	55
MODELO DE DECLARAÇÃO DE CONHECIMENTO DAS INFORMAÇÕES E CONDIÇÕES DO LOCAL DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS	56
MODELO DE DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE FATO IMPEDITIVO	57
MODELO DE DECLARAÇÃO DE SUBMISSÃO À LEGISLAÇÃO BRASILEIRA	58

MODELO DE SOLICITAÇÃO DE ESCLARECIMENTOS

À

Comissão de Licitação

[completar com endereço]

Ref. Concorrência Pública nº [●]

Prezados,

A [Licitante - nome, sede, CNPJ], por seu representante legal abaixo assinado, [Representante - nome, profissão, domicílio, CPF/MF e RG], apresenta a seguinte solicitação de esclarecimentos relativa ao Edital.

Número da questão formulada	Item do EDITAL	Esclarecimento solicitado	Número da questão que constará dos esclarecimentos
1	[Inserir item do EDITAL ao qual se refere o esclarecimento solicitado]	[Escrever de forma clara o pedido de esclarecimento desejado em forma de pergunta]	[deixar em branco]
2	[Inserir item do EDITAL ao qual se refere o esclarecimento solicitado]	[Escrever de forma clara o pedido de esclarecimento desejado em forma de pergunta]	[deixar em branco]

[Local e data]

[assinatura do representante legal]

TERMOS E CONDIÇÕES MÍNIMAS DO SEGURO-GARANTIA PARA GARANTIA DE PROPOSTA

1. Tomador

1.1. Licitante

2. Segurado

2.1. SANESUL

3. Objeto do Seguro

3.1. Garantir a indenização no caso de a Licitante descumprir quaisquer de suas obrigações decorrentes da Lei ou do Edital, incluindo a retirada de sua Proposta Comercial, durante seu período de validade, a recusa da Licitante ou da sociedade de propósito específico por ela constituída em assinar o Contrato caso a Licitante seja declarada vencedora ou o não atendimento das exigências para a sua assinatura, nas condições e no prazo estabelecidos no Edital.

4. Instrumento

4.1. Apólice de Seguro-Garantia emitida por seguradora devidamente constituída e autorizada a operar pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, observando os termos dos atos normativos da SUSEP aplicáveis a seguros-garantia.

5. Valor da Garantia

5.1. A Apólice de Seguro-Garantia deverá prever o montante mínimo de indenização de 1% (um por cento) do valor estimado do Contrato.

6. Prazo

6.1. A Apólice de Seguro-Garantia deverá ter prazo mínimo de vigência de 180 (cento e oitenta) dias, contados da data designada para a entrega dos envelopes, podendo ser renovada sucessivamente por igual período, até a assinatura do Contrato.

7. Disposições Adicionais

7.1. A Apólice de Seguro-Garantia deverá conter as seguintes disposições adicionais:

(i) Declaração da Seguradora de que conhece e aceita os termos e condições do Edital;

- (ii) Declaração da Seguradora de que efetuará o pagamento dos montantes previstos na apólice, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados a partir da data de entrega de todos os documentos relacionados pela Seguradora como necessários à caracterização e à regulação do sinistro; e
- (iii) Confirmado o descumprimento pelo Tomador das obrigações cobertas pela Apólice de Seguro-Garantia, o Segurado terá direito de exigir da Seguradora a indenização devida, quando resultar infrutífera a notificação feita ao Tomador.

MODELO DE FIANÇA-BANCÁRIA PARA GARANTIA DE PROPOSTA

À

Comissão de Licitação

[completar com endereço]

Ref.: Concorrência Pública nº [●]

Pela presente Carta de Fiança, o Banco [●], com sede em [●], inscrito no CNPJ/MF sob nº [●] (“Banco Fiador”), diretamente por si e por seus eventuais sucessores, obriga-se perante a Empresa de Saneamento de Mato Grosso do Sul S.A. - SANESUL como fiador solidário da [nome da licitante], com sede em [●], inscrita no CNPJ/MF sob nº [●] (“Afiançada”), com expressa renúncia dos direitos previstos nos artigos nºs 821, 827, 835, 837, 838 e 839 da Lei federal nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil Brasileiro), e no artigo 794 da Lei federal nº 13.105, de 16 de março de 2015 (Código de Processo Civil Brasileiro), pelo fiel cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Afiançada no Procedimento Licitatório descrito no Edital da Concorrência Pública nº [●] (“EDITAL”), cujos termos, cláusulas e condições o Banco Fiador declara expressamente conhecer e aceitar.

Em consequência desta Carta de Fiança, obriga-se o Banco Fiador a pagar à SANESUL o valor de R\$ [mínimo de 1% do valor estimado do Contrato], caso a Afiançada descumpra quaisquer de suas obrigações decorrentes da Lei ou do EDITAL, incluindo a retirada de sua Proposta Comercial, durante seu período de validade, a recusa da Afiançada ou sociedade de propósito específico a ser constituída por ela nos termos do EDITAL de assinar o respectivo Contrato de Parceria Público-Privada, caso a Afiançada seja declarada vencedora da licitação em referência, ou o não atendimento das exigências para sua assinatura.

O Banco Fiador não alegará nenhuma objeção ou oposição da Afiançada ou por ela invocada para o fim de se escusar do cumprimento da obrigação assumida perante a SANESUL, nos termos desta Carta de Fiança.

Na hipótese de a SANESUL ingressar em juízo para demandar o cumprimento da obrigação a que se refere a presente Carta de Fiança, fica o Banco Fiador obrigado ao pagamento das despesas arbitrais, judiciais ou extrajudiciais.

A fiança vigorará pelo prazo de 180 (cento e oitenta) dias, contados da data designada para a entrega dos envelopes, conforme expresso no EDITAL, podendo ser renovada por períodos sucessivos até a data de assinatura do Contrato de Parceria Público-Privada.

O Banco Fiador, ainda, declara que:

- a) a presente Carta de Fiança está devidamente contabilizada, observando integralmente os regulamentos do Banco Central do Brasil atualmente em vigor, além de atender aos preceitos da legislação bancária aplicável;
- b) os signatários deste instrumento estão autorizados a prestar a fiança em seu nome e em sua responsabilidade; e
- c) seu capital social é de R\$ [●], estando autorizado pelo Banco Central do Brasil a expedir cartas de fianças e que o valor da presente fiança encontra-se dentro dos limites que lhe são autorizados pelo Banco Central.

[Local e data]

[assinatura dos procuradores com firma reconhecida]

Testemunhas:

MODELO DE DECLARAÇÃO PRELIMINAR

À
Comissão de Licitação
[completar com endereço]

Ref. Concorrência Pública nº [●]

Prezados,

A [Licitante - nome, sede e CNPJ] declara, para efeito do cumprimento ao estabelecido no item 61 do EDITAL que (i) tem ciência de todas as exigências previstas no Edital; (b) não está impedida de participar de licitação; e (c) cumpre plenamente os requisitos de habilitação exigidos no Edital quanto à habilitação jurídica, à regularidade fiscal e trabalhista, à qualificação econômico-financeira e à qualificação técnica.

(Somente no caso de consórcio: Este consórcio é constituído pelas seguintes empresas, cuja liderança caberá a [razão social nº CNPJ/MF]).

[Local e data]

[assinatura do representante legal]

**MODELO DE DECLARAÇÃO REFERENTE AO ARTIGO 7º, INCISO XXXIII, DA
CONSTITUIÇÃO FEDERAL**

À
Comissão de Licitação
[completar com endereço]

Ref. Concorrência Pública nº [●]

Prezados,

[Licitante - nome, sede e CNPJ], doravante denominada Licitante, por meio do seu representante legal, [Representante - nome, profissão, domicílio, CPF/MF e RG], em cumprimento ao disposto no inciso V, do artigo 27, da Lei federal nº 8.666/93, declara expressamente, sob as penas da Lei, que cumpre o disposto no artigo 7º, inciso XXXIII, da Constituição Federal de 1988, não promovendo o trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de dezoito anos e de qualquer trabalho a menores de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos.

[Local e data]

[assinatura do representante legal]

MODELO DE DECLARAÇÃO DE CONHECIMENTO DAS INFORMAÇÕES E CONDIÇÕES DO LOCAL DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

À Comissão Especial de Licitação
[completar com endereço]

Ref. Concorrência Pública nº [●]

Prezados,

[Licitante - nome, sede e CNPJ], doravante denominada Licitante, por meio do seu representante legal, [Representante - nome, profissão, domicílio, CPF/MF e RG], declara, para os fins de direito e sob as penas da lei, em atendimento ao item 84.2 do Edital, que tem pleno conhecimento das informações e das condições locais para a prestação dos serviços objeto da referida Concorrência, incluindo as informações disponibilizadas e os termos e condições estabelecidos no Edital e na minuta do Contrato.

[Local e data]

[assinatura do representante legal]

MODELO DE DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE FATO IMPEDITIVO

À
Comissão de Licitação
[completar com endereço]

Ref. Concorrência Pública nº [●]

Prezados,

[Licitante - nome, sede e CNPJ], doravante denominada Licitante, por meio do seu representante legal, [Representante - nome, profissão, domicílio, CPF/MF e RG], em atendimento ao disposto no item 84.3 do Edital, declara não existir fato impeditivo para sua participação na Concorrência em referência e que os sócios ou acionistas eleitos para mandato de administração ou direção da empresa não se encontram impedidos de praticar atos da vida civil, nem estão sob restrição dos direitos decorrente de sentença condenatória criminal transitada em julgado.

[Local e data]

[assinatura do representante legal]

MODELO DE DECLARAÇÃO DE SUBMISSÃO À LEGISLAÇÃO BRASILEIRA

À

Comissão de Licitação

[completar com endereço]

Ref. Concorrência Pública nº [●]

Prezados,

[Licitante - nome, sede e CNPJ], doravante denominada Licitante, por meio do seu representante legal, [Representante - nome, profissão, domicílio, CPF/MF e RG], em atendimento ao disposto no item 85.1 do Edital, declara que se submete à legislação brasileira e renuncia a qualquer reclamação por via diplomática.

[Local e data]

[assinatura do representante legal]

ANEXO II

TERMO DE REFERÊNCIA

CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº [●]

**PARCERIA PÚBLICO-PRIVADA, NA MODALIDADE DE CONCESSÃO ADMINISTRATIVA,
PARA A PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS PÚBLICOS DE ESGOTAMENTO SANITÁRIO EM
68 (SESSENTA E OITO) MUNICÍPIOS DO ESTADO DO MATO GROSSO DO SUL**

Sumário

1. TERMO DE REFERÊNCIA	61
1.1 Introdução	61
1.2 Área de Abrangência	62
1.3 Indicadores para o Sistema de Esgotamento Sanitário.....	62
1.3.1 Indicadores de Metas Quantitativas	62
1.3.2 Indicadores de Metas Qualitativas.....	64
1.4 Indicadores Gerenciais	65
1.4.1 Indicadores de Eficiência na Prestação do Serviço e no Atendimento ao Público	65
1.5 Programas, Ações e Investimentos	66

1. TERMO DE REFERÊNCIA

1.1 Introdução

Este TERMO DE REFERÊNCIA constitui um conjunto de elementos, dados e informações que, acrescidos aos que constam do EDITAL e de seus outros ANEXOS, identificam os investimentos, obras, atividades e serviços de complementação e manutenção do SISTEMA, a serem realizados pela SPE, por força do CONTRATO, para prestação dos serviços de esgotamento sanitário da área urbana da sede dos municípios atendidos pela SANESUL, sendo eles: Água Clara, Alcinópolis, Amambai, Anastácio, Anaurilândia, Angélica, Antônio João, Aparecida do Taboado, Aquidauana, Aral Moreira, Bataguassu, Batayporã, Bodoquena, Bonito, Brasilândia, Caarapó, Camapuã, Caracol, Chapadão do Sul, Coronel Sapucaia, Corumbá, Coxim, Deodápolis, Dois Irmãos do Buriti, Douradina, Dourados, Eldorado, Fátima do Sul, Figueirão, Guia Lopes de Laguna, Iguatemi, Inocência, Itaporã, Itaquiraí, Ivinhema, Japorã, Jardim, Jateí, Juti, Ladário, Laguna Carapã, Maracaju, Miranda, Mundo Novo, Naviraí, Nioaque, Nova Alvorada do Sul, Nova Andradina, Novo Horizonte do Sul, Paranaíba, Paranhos, Pedro Gomes, Ponta Porã, Porto Murtinho, Ribas do Rio Pardo, Rio Brilhante, Rio Negro, Rio Verde de Mato Grosso, Santa Rita do Pardo, Serlândia, Sete Quedas, Sidrolândia, Sonora, Tacuru, Taquarussu, Terenos, Três Lagos, Vicentina e o Distrito de Nova Esperança.

Fazem parte deste Anexo - Termo de Referência, os seguintes documentos da Proponente, cujo estudo elaborado também faz parte.

- Caderno 2 - Modelagem Técnica: Estudos de Engenharia, Ambiental e Social.
- Caderno 3 - Modelagem Econômico-Financeira: Viabilidade Econômico-Financeira.
- Caderno 4 - Modelagem Operacional: Indicadores de Desempenho e alocação de riscos.

As soluções adotadas nos estudos acima devem ser consideradas apenas como simulações realizadas para comprovar a viabilidade do projeto, todavia, os LICITANTES podem adotar qualquer outra solução que também seja viável, desde

que atenda as Metas e os Indicadores de Desempenho previstos neste Termo de Referência e as normas técnicas vigentes, bem como observe as demais orientações constantes deste Edital e seus Anexos.

As informações utilizadas como referência para elaboração deste documento encontram-se no Procedimento de Manifestação de Interesse (PMI) Nº 001/2016.

Em caso de divergência entre o constante do Procedimento de Manifestação de Interesse e deste TERMO DE REFERÊNCIA, prevalecerá o aqui estabelecido.

1.2 Área de Abrangência

A área de concessão abrange o limite territorial urbano dos 68 Municípios citados acima e 1 Distrito (pertencente a Jateí).

1.3 Indicadores para o Sistema de Esgotamento Sanitário

1.3.1 Indicadores de Metas Quantitativas

As metas quantitativas deverão atender as projeções destacadas no quadro a seguir e coincidir com o planejamento físico econômico e financeiro das PROPOSTAS da LICITANTE.

O quadro a seguir apresenta as metas de coleta e tratamento para o Sistema de Esgotamento Sanitário indicadas para o horizonte da CONCESSÃO.

Metas			
Ano	Economias Totais de Esgoto	Coleta Esgoto	Tratamento de Esgoto
0	201.430	32,14%	100,00%
1	225.819	40%	100,00%
2	305.394	53%	100,00%
3	343.835	59%	100,00%
4	382.549	65%	100,00%
5	419.850	70%	100,00%

Metas			
Ano	Economias Totais de Esgoto	Coleta Esgoto	Tratamento de Esgoto
6	457.735	76%	100,00%
7	496.177	81%	100,00%
8	535.141	87%	100,00%
9	574.549	92%	100,00%
10	614.493	98%	100,00%
11	619.904	98%	100,00%
12	625.117	98%	100,00%
13	630.108	98%	100,00%
14	634.627	98%	100,00%
15	638.892	98%	100,00%
16	642.896	98%	100,00%
17	646.640	98%	100,00%
18	650.107	98%	100,00%
19	653.278	98%	100,00%
20	656.150	98%	100,00%
21	658.717	98%	100,00%
22	660.977	98%	100,00%
23	662.925	98%	100,00%
24	664.545	98%	100,00%
25	665.858	98%	100,00%
26	666.843	98%	100,00%
27	667.503	98%	100,00%
28	667.842	98%	100,00%
29	667.876	98%	100,00%
30	667.595	98%	100,00%

Dentro das áreas objeto deste Termo, o atendimento das metas de cobertura estará condicionado a fatores limitantes como o de Densidade Mínima, que se define como o número de usuários mínimos por extensão de rede coletora a ser atendida, nos seguintes termos:

- Para rede de esgoto, a densidade mínima será de 1 (uma) ligação para cada 20 m (vinte metros) de rede;

- Para efeito de cálculo das Metas de Coleta, os usuários que não atenderem essa condição, não farão parte do cálculo do índice.

1.3.2 Indicadores de Metas Qualitativas

As metas qualitativas compreendem um conjunto de indicadores que permitam avaliar o desempenho geral da prestação dos serviços de esgotamento sanitário, os quais estão destacados nos quadros que seguem:

Sistema de Esgotamento Sanitário	
Indicador	Descrição
IQE	Índice de Qualidade de Esgotos
ICSE	Índice de Cobertura dos Serviços de Esgoto
IORD	Índice de Obstrução de Ramais Domiciliares
IORC	Índice de Obstrução de Redes Coletoras

Onde:

$$\text{IQE} = \frac{\text{Quantidade de Amostras com DBO no Padrão}}{\text{Quantidade total de amostras de DBO}}$$

$$\text{ICSE} = \frac{\text{Nº total de economias de esgoto}}{\text{Nº total de economias de água}}$$

O Índice de Obstrução de Ramais Domiciliares - IORD, deverá ser apurado mensalmente e consistirá na relação entre a quantidade de desobstruções de ramais realizadas no período por solicitação dos usuários e o número de imóveis ligados à rede, no primeiro dia do mês, multiplicada por 10.000 (dez mil).

O Índice de Obstrução de Redes Coletoras - IORC, será apurado mensalmente e consistirá na relação entre a quantidade de desobstruções de redes coletoras realizadas por solicitação dos usuários e a extensão desta em quilômetros, no primeiro dia do mês, multiplicada por 1.000 (um mil).

A seguir apresentamos o quadro de metas qualitativas a serem atendidas no período da Concessão:

Ano	Indicador e Metas			
	IQE	ICSE	IORD	IORC
1	>75%	39,68%	<40	< 350
2	>78%	53,04%	<40	< 350
3	>80%	59,06%	<35	< 320
4	>83%	64,92%	<35	< 320
5	>85%	70,44%	<30	< 300
6	>88%	75,95%	<30	< 300
7	>90%	81,46%	<30	< 300
8	>93%	86,97%	<30	< 300
9	>95%	92,47%	<30	< 300
10 a 30	>98%	98,00%	<30	< 300

1.4 Indicadores Gerenciais

1.4.1 Indicadores de Eficiência na Prestação do Serviço e no Atendimento ao Público

A eficiência no atendimento ao público e na prestação do serviço pelo prestador será avaliada através do Índice de Eficiência na Prestação do Serviço e no Atendimento ao Público - IESAP.

O IESAP será calculado com base na avaliação de fatores indicativos da performance do prestador quanto à adequação de seu atendimento às solicitações e necessidades dos usuários.

Para cada um dos fatores de avaliação da adequação do serviço será atribuído um peso de forma a compor-se o indicador para a verificação.

Os fatores que deverão ser considerados na apuração do IESAP, mensalmente, são os seguintes:

I - FATOR 1 - prazos de atendimento dos serviços de maior frequência, que corresponderá ao período de tempo decorrido entre a solicitação do serviço pelo usuário e a data efetiva de conclusão;

a) a tabela padrão dos prazos de atendimento dos serviços é apresentada a seguir:

Serviço	Prazo para atendimento
Ligação de esgoto	10 dias úteis
Desobstrução de redes e ramais de esgotos	1 dias útil

b) o índice de eficiência dos prazos de atendimento será determinado como segue:

$I = (\text{Quantidade de serviços realizados no prazo estabelecido} \times 100) / (\text{Quantidade total de serviços realizados})$.

1.5 Programas, Ações e Investimentos

A licitante deverá identificar as demandas em cada um dos serviços e, a partir destas demandas, formular as estratégias a serem adotadas para a formulação dos programas, ações e investimentos para o atendimento das demandas segundo o quadro a seguir.

Plano de Investimento do Sistema de Esgotamento Sanitário

	ESTAÇÕES ELEVATÓRIAS (mil R\$)	REDE COLETORA DE ESGOTOS (mil R\$)	ESTAÇÕES DE TRATAMENTO DE ESGOTOS (mil R\$)	VERBA PARA PROJETOS DO SES (mil R\$)	Outros Investimentos (mil R\$)	Total (mil R\$)
Ano 1	20.658	65.047	40.557	7.903	36.924	171.090
Ano 2	67.250	161.906	31.708	7.147	17.902	285.913
Ano 3	43.846	107.239	49.360	3.027	932	204.403
Ano 4	27.886	106.160	15.641	2.970	399	153.056
Ano 5	27.788	106.586	15.285	2.598	309	152.564
Ano 6	16.452	107.017	22.547	2.650	28.888	177.555
Ano 7	13.902	107.425	7.724	2.396	17.071	148.518
Ano 8	7.888	107.827	15.104	3.400	1.116	135.335
Ano 9	5.951	108.166	5.102	-	657	119.876
Ano 10	4.189	106.801	820	-	565	112.376
Ano 11	74	2.321	1.229	-	29.589	33.213
Ano 12	74	2.327	1.004	-	17.161	20.566
Ano 13	75	2.334	-	-	1.189	3.598
Ano 14	75	2.337	2.586	-	692	5.690
Ano 15	75	2.343	1.279	-	584	4.281
Ano 16	75	2.346	487	-	32.294	35.202
Ano 17	75	2.349	237	-	17.178	19.839
Ano 18	75	2.357	237	-	1.205	3.875
Ano 19	75	2.359	914	-	707	4.055
Ano 20	75	2.360	-	-	598	3.034
Ano 21	76	2.367	151	-	29.620	32.213
Ano 22	76	2.370	-	-	17.190	19.636
Ano 23	76	2.371	-	-	1.216	3.663
Ano 24	76	2.372	375	-	717	3.539
Ano 25	76	2.372	-	-	607	3.055
Ano 26	76	2.372	-	-	29.612	32.060
Ano 27	76	2.374	-	-	17.196	19.646
Ano 28	76	2.374	-	-	1.222	3.671
Ano 29	76	2.373	-	-	721	3.170
Ano 30	76	2.374	-	-	610	3.059

ANEXO VI

BENS AFETOS EXISTENTES

CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº [●]

**PARCERIA PÚBLICO-PRIVADA, NA MODALIDADE DE CONCESSÃO ADMINISTRATIVA,
PARA A PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS PÚBLICOS DE ESGOTAMENTO SANITÁRIO EM
68 (SESSENTA E OITO) MUNICÍPIOS DO ESTADO DO MATO GROSSO DO SUL**

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	70
1.1 Rede Coletora.....	71
1.2 Estação Elevatória de Esgoto	72
1.3 Estação de Tratamento de Esgoto	78

INTRODUÇÃO

No presente anexo são caracterizados os Bens Afetos atualmente existentes e vinculados aos Sistemas de Esgotamento Sanitário que serão transferidos pela SANESUL à SPE, após a assinatura do Contrato e como condição para a emissão da Ordem de Serviço, para a prestação dos Serviços de Esgoto.

A transferência dos Bens Afetos ora mencionados deverá ocorrer nos termos do Contrato mediante realização de vistoria conjunta pelas Partes em todos os bens ora listados e elaboração de inventário contemplando os Bens Afetos que serão efetivamente transferidos à SPE e que mencionará o quantitativo e o estado em que esses se encontram, bem como assinatura do Termo de Entrega dos Bens Reversíveis.

1.1 Rede Coletora

EXTENSÃO TOTAL DA REDE COLETORA DE ESGOTO EXISTENTE

Água Clara	m	0
Alcinópolis	m	0
Amambaí	m	43.669
Anastácio	m	23.751
Anaurilândia	m	0
Angélica	m	15.102
Antônio João	m	7.075
Aparecida do Taboado	m	21.476
Aquidauana	m	44.640
Aral Moreira	m	0
Bataguassu	m	12.677
Batayporã	m	0
Bodoquena	m	16.289
Bonito	m	58.248
Brasilândia	m	0
Caarapó	m	27.150
Camapuã	m	23.959
Caracol	m	5.518
Chapadão do Sul	m	72.909
Coronel Sapucaia	m	23.528
Corumbá	m	203.463
Coxim	m	19.586
Deodápolis	m	2.719

Dois Irmãos do Buriti	m	0
Douradina	m	15.271
Dourados	m	684.511
Eldorado	m	27.659
Fátima do Sul	m	18.022
Figueirão	m	0
Guia Lopes da Laguna	m	10.643
Iguatemi	m	23.547
Inocência	m	0
Itaporã	m	15.772
Itaquiraí	m	0
Ivinhema	m	0
Japorã	m	0
Jardim	m	22.279
Jateí	m	8.024
Juti	m	13.450
Ladário	m	23.692
Laguna Carapã	m	0
Maracaju	m	13.685
Miranda	m	13.729
Mundo Novo	m	0
Naviraí	m	95.825
Nioaque	m	13.693

Nova Alvorada do Sul	m	3.251
Nova Andradina	m	32.989
Nova Esperança	m	4.149
Novo Horizonte do Sul	m	0
Paranaíba	m	128.426
Paranhos	m	33.606
Pedro Gomes	m	5.605
Ponta Porã	m	214.526
Porto Murtinho	m	45.338
Ribas do Rio Pardo	m	13.478
Rio Brilhante	m	11.546
Rio Negro	m	0
Rio Verde de Mato Grosso	m	12.488
Santa Rita do Pardo	m	8.016
Selvéria	m	0
Sete Quedas	m	0
Sidrolândia	m	0
Sonora	m	0
Tacuru	m	14.258
Taquarussu	m	0
Terenos	m	0
Três Lagoas	m	142.144
Vicentina	m	5.797

1.2 Estação Elevatória de Esgoto

	EEE (und)	Vazão (l/s)	Potência (cv)
Água Clara	0	0,00	0
Alcinópolis	1	s/ info	s/ info
Amambaí	6	10,00	3
		22,85	10
		15,48	10
		4,02	3
		60,00	30
		s/ info	s/ info
Anastácio	4	30,00	3
		5,00	5
		2,78	1
		17,00	1
Anaurilândia	0	0,00	0
Angélica	2	5,00	5
		1,50	1
Antônio João	0	0,00	0
Aparecida do Taboado	1	20,00	13
Aquidauana	2	s/ info	8
		s/ info	8
Aral Moreira	0	0,00	0
Bataguassu	0	0,00	0
Batayporã	1	s/ info	s/ info
Bodoquena	5	25,00	8
		5,28	3
		25,00	s/ info
		s/ info	s/ info
		50,00	s/ info
Bonito	5	8,50	10
		115,00	35
		2,33	3
		s/ info	s/ info
		9,83	s/ info
Brasilândia	1	38,89	5
Caarapó	2	4,17	2
		9,44	4

	EEE (und)	Vazão (l/s)	Potência (cv)
Camapuã	4	5,00	2
		10,00	3
		2,28	1
		3,75	5
Caracol	0	0,00	0
Chapadão do Sul	1	84,00	120
Coronel Sapucaia	7	s/ info	s/ info
		3,80	1
		s/ info	s/ info
		s/ info	2
		4,81	s/ info
		s/ info	s/ info
		s/ info	s/ info
Corumbá	13	50,00	40
		17,50	8
		16,94	12
		15,00	13
		90,00	30
		20,83	8
		12,00	5
		9,58	10
		10,00	20
		11,66	25
		5,27	5
		9,72	8
		65,00	25
Coxim	2	16,67	15
		10,00	15
Deodópolis	0	0,00	0
Dois Irmãos do Buriti	0	0,00	0
Douradina	3	s/ info	s/ info
		s/ info	s/ info
		s/ info	s/ info

	EEE (und)	Vazão (l/s)	Potência (cv)
Dourados	18	110,00	40
		s/ info	s/ info
		23,44	20
		15,00	15
		8,40	3
		5,32	5
		5,00	10
		100,95	30
		18,65	15
		8,06	13
		20,00	8
		15,00	13
		29,76	20
		45,00	25
		6,10	8
		s/ info	s/ info
		s/ info	3
		57,49	40
Eldorado	0	0,00	0
Fátima do Sul	3	16,00	5
		2,07	5
		20,00	10
Figueirão	1	s/ info	s/ info
Guia Lopes da Laguna	0	0,00	0
Iguatemi	1	13,48	4
Inocência	2	13,53	3
		9,50	3
Itaporã	2	5,56	4
		s/ info	3
Itaquiraí	0	0,00	0
Ivinhema	0	0,00	0
Japorã	0	0,00	0
Jardim	3	30,00	3
		10,00	10
		16,72	5
Jateí	0	0,00	0

	EEE (und)	Vazão (l/s)	Potência (cv)
Juti	3	7,40	2
		s/ info	s/ info
		18,00	6
Ladário	5	15,30	s/ info
		5,00	3
		s/ info	s/ info
		9,70	3
		15,60	s/ info
Laguna Carapã	0	0,00	0
Maracaju	2	5,00	5
		12,00	6
Miranda	8	12,20	8
		5,00	4
		5,00	4
		5,00	3
		5,00	5
		12,20	8
		3,90	8
		12,20	10
Mundo Novo	0	0,00	0
Naviraí	3	5,00	5
		10,00	10
		10,00	15
Nioaque	4	5,83	3
		5,83	3
		6,00	1
		2,50	3
Nova Alvorada do Sul	0	0,00	0
Nova Andradina	2	5,00	4
		8,33	10
Nova Esperança	2	s/ info	5
		4,00	5
Novo Horizonte do Sul	0	0,00	0
Paranaíba	3	36,50	7
		20,00	10
		35,00	20
Paranhos	1	7,50	7

	EEE (und)	Vazão (l/s)	Potência (cv)
Pedro Gomes	1	s/ info	s/ info
Ponta Porã	6	22,22	20
		26,94	15
		7,61	6
		26,67	30
		21,30	30
		40,05	25
Porto Murtinho	10	17,80	8
		5,22	3
		5,22	3
		4,40	2
		15,00	8
		s/ info	8
		2,50	2
		15,00	2
		5,72	3
		6,50	3
Ribas do Rio Pardo	2	s/ info	11
		10,00	2
Rio Brilhante	2	s/ info	6
		s/ info	3
Rio Negro	0	0,00	0
Rio Verde de Mato Grosso	3	12,20	8
		s/ info	s/ info
		s/ info	s/ info
Santa Rita do Pardo	1	1,94	2
Selvíria	0	0,00	0
Sete Quedas	0	0,00	0
Sidrolândia	1	s/ info	s/ info
Sonora	0	0,00	0
Tacuru	2	3,84	s/ info
		13,20	15
Taquarussu	0	0,00	0

	EEE (und)	Vazão (l/s)	Potência (cv)
Terenos	1	8,88	3
Três Lagoas	20	s/ info	5
		17,64	5
		20,00	13
		22,22	20
		12,00	6
		25,00	5
		s/ info	s/ info
		30,00	20
		9,03	25
		s/ info	s/ info
		s/ info	s/ info
		25,69	8
		15,00	8
		9,80	8
		35,55	25
		5,55	6
		96,30	30
		15,56	10
		5,20	1
		12,00	8
Vicentina	2	s/ info	1
		s/ info	6

1.3 Estação de Tratamento de Esgoto

	Vazão (l/s)	Tipo
Água Clara	-	-
Alcinópolis	10,00	RALF + 02 LF
Amambai	7,00	RALF
	10,00	RALF
Anastácio	8,00	RALF
Anaurilândia	-	-
Angélica	5,00	RALF
Antônio João	10,00	RALF
Aparecida Do Taboado	20,00	UASB + 4 BAS + TE
Aquidauana	40,00	RALF
Aral Moreira	5,00	RALF
Bataguassu	10,00	RALF
Bataypora	-	-
Bodoquena	20,00	02 LF + 02 LM
Bonito	80,00	RALF + FQ + CL
Brasilândia	10,00	RALF
Caarapó	10,00	LF + LM
Camapuã	16,00	RAFA + BD + TD + TC
Caracol	10,00	RALF
Chapadao Do Sul	40,00	UASB + FA
Coronel Sapucaia	5,00	UASB
	20,00	LA + LF
Corumbá	80,00	02 UASB + 02 FBP + 02 DS
	80,00	02 UASB + 01 FBP + 01 DS
Coxim	40,00	RALF
Deodópolis	5,00	RALF
Dois Irmãos Do Buriti	10	UASB
Douradina	5,00	RAFA
	-	LA + LF + LM
Dourados	120,00	03 RALF + FBP + DS
	110,00	RALF (40) + UASB (70) + FBP + DS
	40,00	RALF + FBP + DS
	20,00	RALF + 2LF
	100,00	02 RALF + 02 FBP + 02 DS
Eldorado	10,00	UASB
Fátima Do Sul	16,00	RAFA + BD + DS
Figueirão	10,88	LF + LM

	Vazão (l/s)	Tipo
Guia Lopes Da Laguna	20,00	RALF
Iguatemi	20,00	RALF + FBP + DS
Inocência	10,00	LA + LF
Itaporã	5,00	RALF
Itaquiraí	-	RALF
Ivinhema	-	-
Japorã	10,00	LA + LF
Jardim	20,00	RALF
	10,00	RALF
Jatei	5,00	TS + FA + LF
Juti	5,00	UASB
Ladário	20,00	RALF
Laguna Carapã	-	-
Maracaju	10,00	RALF
Miranda	16,00	04 UASB + 02 BD + DS
Mundo Novo	-	-
Naviraí	80,00	LA + LF
Nioaque	5,00	RALF
Nova Alvorada Do Sul	30,00	LA + LF + LM
Nova Andradina	10,00	RALF
Nova Esperança	10,00	LF
Novo Horizonte Do Sul	-	-
Paranaíba	70,00	02 RALF
Paranhos	15,00	01 LA + 01 LF + 01 LM
Pedro Gomes	5,00	UASB
Ponta Porã	80,00	02 RALF + 02 FBP + 02 DS
	40,00	RALF + FBP + DS
Porto Murtinho	45,00	2 LF + 2 LM
Ribas Do Rio Pardo	20,00	UASB + FBP + DS
Rio Brilhante	10,00	RALF
Rio Negro	-	-
Rio Verde	10,00	UASB
Santa Rita Do Pardo	10,00	UASB
Selvéria	-	-
Sete Quedas	-	-
Sidrolândia	30,00	LF + LM
Tacuru	20,00	LF + LM
Taquarussu	-	-

Terenos	10,00	UASB
Três Lagoas	100,00	UASB
	80,00	Sist. 1: UASB + BD - Sist. 2: UASB
Vicentina	5,00	RALF

LEGENDA:

BAS	Biofiltro Aerado Submerso
BD	Biodiscos (Biodrum)
CL	Cloração
DS	Decantador Secundário
FA	Filtro Anaeróbio
FBP	Filtro Biológico Percolador
FQ	Físico-Químico
LA	Lagoa Anaeróbia
LF	Lagoa Facultativa
LM	Lagoa de Maturação
LS	Leito de Secagem
RAFA	Reator Anaeróbio de Fluxo Ascendente
RALF	Reator Anaeróbio de Leito Fluidizado
TC	Tanque de Contato
TD	Tanque de Decantação
TE	Tanque de Equalização
TS	Tanque Sético
UASB	Upflow Anaerobic Sludge Blanket

ANEXO VIII

SISTEMA DE MENSURAÇÃO DE DESEMPENHO DE NÍVEIS DE SERVIÇO

CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº [●]

**PARCERIA PÚBLICO-PRIVADA, NA MODALIDADE DE CONCESSÃO ADMINISTRATIVA,
PARA A PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS PÚBLICOS DE ESGOTAMENTO SANITÁRIO EM
68 (SESSENTA E OITO) MUNICÍPIOS DO ESTADO DO MATO GROSSO DO SUL**

1. SISTEMA DE MENSURAÇÃO DE DESEMPENHO E INDICADORES DE DESEMPENHO

Este Anexo apresenta a metodologia a ser aplicada para aferir o desempenho da SPE na prestação dos Serviços de Esgoto, apresentando os critérios, parâmetros, fórmulas e indicadores para a avaliação dos desses serviços, por meio da utilização do Sistema de Mensuração de Desempenho (“SMD”).

O SMD estabelecido neste Caderno não elimina ou substitui outros mecanismos e ações de fiscalização e monitoramento da SANESUL no âmbito da Concessão Administrativa.

O SMD é composto pelo Fator de Desempenho (“DE”), que tem por objetivo garantir que os serviços prestados pela SPE estejam atendendo os objetivos e regras estabelecidas no Contrato.

O DE mede a adequada prestação dos Serviços de Esgoto pela SPE, por meio de Indicadores de Desempenho relacionados à qualidade do serviço de esgotamento sanitário e à qualidade da própria infraestrutura, permitindo que sejam descontados determinados valores da Contraprestação em virtude de seu não atendimento.

O DE mensurado na forma prevista neste Anexo será aplicado diretamente na Contraprestação, na forma de desconto, conforme demonstrado no Mecanismo de Pagamento.

1.1. MENSURAÇÃO DO FATOR DE DESEMPENHO (DE)

O Fator de Desempenho será calculado com base nos Indicadores de Desempenho referidos na fórmula abaixo e descritos neste Anexo, segundo a fórmula a seguir:

$$DE = (0,25 \times IE) + (0,20 \times IEA) + (0,30 \times ITE) + (0,25 \times IRA):$$

DE = Fator de Desempenho

IE = Indicador de Extravasamento

IEA = Indicador de Eficiência no Atendimento

ITE = Indicador de Tratamento de Esgoto

IRA = Indicador de Regularidade Ambiental

O cálculo do DE deverá ser efetuado mensalmente. Para os Indicadores de Desempenho com aferição trimestral e anual, nos meses em que não houver aferição, deverão ser considerados, mensalmente, os valores da última verificação efetuada, até que nova aferição seja realizada.

O DE poderá variar entre 0% (zero por cento) e 100% (cem por cento) e será medido com até duas casas decimais (exemplo: 80,91%), devendo-se desconsiderar as demais. O arredondamento deverá ser realizado conforme ABNT NBR 5891 ou norma que venha a substituí-la.

1.1.1.INDICADORES DE DESEMPENHO

Todos os Indicadores de Desempenho serão aferidos de acordo com o estipulado neste Anexo e no Contrato.

A seguir, são apresentadas as informações sobre os níveis exigidos para cada um dos Indicadores de Desempenho, mecanismos de cálculo, periodicidade de aferição, bem como as datas de início de medição para efeito dos descontos incidentes sobre a Contraprestação da SPE.

Cada Indicador de Desempenho individualmente poderá variar entre 0% (zero por cento) e 100% (cem por cento) e será medido com até duas casas decimais (exemplo: 80,91%), devendo-se desconsiderar o restante. O arredondamento deverá ser realizado conforme ABNT NBR 5891, ou norma que venha a substituí-la. Início de Medição Teste: indica o período do Contrato no qual se iniciará a medição de cada Indicador de Desempenho que será computado em período de teste, ou seja, o período durante o qual a SPE apresentará as notas de medição dos indicadores no seu Relatório de Resultado, sem ainda utilizá-lo no cálculo do DE. Antes do Início de Medição Efetiva, o valor da nota de cada Indicador de Desempenho, para fins de cálculo do DE, será considerado 100% (cem por cento).

Início de Medição Efetiva: Indica o mês do Contrato no qual se iniciará a medição de cada Indicador de Desempenho que será computado de forma efetiva, impactando no cálculo da Contraprestação

1.1.1.1. Indicador de Extravasamentos (IE)

Indicador de Extravasamentos (IE)			
Categoria:	Operacional	Forma de medição:	Fórmula
Objetivo:	Nível do serviço	Unidade de medida:	Extravasamentos / Ligações de esgoto
<p>A ocorrência de extravasamentos na rede coletora tem origem em obstruções da mesma. A responsabilidade pela redução das ocorrências de obstruções é da SPE, a partir da melhoria dos serviços de operação e manutenção da rede coletora. Este indicador consistirá na relação entre a quantidade de extravasamentos de redes coletoras e o número de ligações.</p> $IE = \left(\frac{NE}{LE} \right) \leq 0,1, \text{ onde:}$ <p>IE - Indicador de extravasamentos NE - Quantidade de eventos de extravasamentos ocorridos nos últimos 3 meses. LE - Total de ligações dos sistemas de esgotamento sanitário</p> <p>OBS: Serão considerados todos os eventos de refluxo e extravasamento, decorrentes ou não de reclamação de Usuário, excetuando-se os extravasamentos ocorridos até 6 horas após chuva acima de 5,0 mm, e aqueles que não sejam imputáveis à SPE, referentes à obstrução devido a má utilização pelo Usuário (objeto lançado), causas devido a força maior, caso fortuito, intervenção no sistema para manutenção ou para garantir a integridade física do patrimônio público, bem como os extravasamentos em áreas ainda não revisadas pela SPE decorrentes de falta/falha de dispositivo da instalação intradomiciliar, obstrução devida a quebra de tubulação, excesso de vazão devido a subdimensionamento de redes ou ramais.</p>			
Periodicidade de Cálculo/Aferição:	Trimestral	Fonte de Coleta de Dados:	Sistema de informações da SPE
Início da medição teste:	Trimestre 1	Órgão Fiscalizador:	SANESUL
Início da medição efetiva:	Trimestre 5	Área/Responsável pelo Indicador:	SPE

1.1.1.2. Indicador de Eficiência no Atendimento (IEA)

Indicador de Eficiência no Atendimento (IEA)			
Categoria:	Operacional	Forma de medição:	Fórmula
Objetivo:	Nível do serviço	Unidade de medida:	Serviços fora do prazo / Serviços solicitados
<p>A eficiência nos prazos de atendimento a SANESUL na prestação do serviço será avaliada através do Indicador de Eficiência de Atendimento - IEA. O atendimento será considerado eficiente quando esse ocorrer em prazo igual ou inferior aquele previsto no Termo de Referência constante do Anexo VII do Edital.</p> <p><i>A partir do início do ano 1 até o final do ano 10: $IEA = \left(\frac{QA}{QT}\right) \geq 0,9$</i></p> <p><i>A partir do início do ano 11: $IEA = \left(\frac{QA}{QT}\right) \geq 0,95$, onde:</i></p> <p>IEA - Indicador de Eficiência no Atendimento QA - Quantidade de eventos solicitados não atendidos no prazo QT - Quantidade total de eventos solicitados</p>			
Periodicidade de Cálculo/Aferição:	Mensal	Fonte de Coleta de Dados:	Sistema de informações da SPE
Início da medição teste:	Mês 1	Órgão Fiscalizador:	SANESUL
Início da medição efetiva:	Mês 13	Área/Responsável pelo Indicador:	SPE

1.1.1.3. Indicador de Tratamento de Esgoto (ITE)

Indicador de Tratamento de Esgoto (ITE)			
Categoria:	Ambiental	Forma de medição:	Fórmula
Objetivo:	Nível de serviço	Unidade de medida:	Ligações com tratamento/ligações de esgoto
<p>Esse indicador procura garantir que o esgoto coletado seja também tratado, reduzindo os impactos ambientais da disposição dos efluentes sem tratamento nas bacias.</p> <p>O indicador é calculado considerando as ligações de esgoto com tratamento sobre o número total de ligações de esgoto, conforme a seguinte fórmula:</p> $ITE = \frac{LET}{LE}, \text{ onde:}$ <p>ITE - Índice de tratamento de esgoto LET - Total de ligações de esgoto cuja coleta seja encaminhada às estações de tratamento de esgoto LE - Total de Ligações do Sistema de Esgotamento Sanitário</p>			
Periodicidade de Cálculo/Aferição:	Mensal	Fonte de Coleta de Dados:	Sistema de informações da SPE
Início da medição teste:	Mês 1	Órgão Fiscalizador:	SANESUL
Início da medição efetiva:	Mês 25	Área/Responsável pelo Indicador:	SPE

1.1.1.4. Indicador de Regularidade Ambiental (IRA)

Indicador de Regularidade Ambiental (IRA)			
Categoria:	Ambiental	Forma de medição:	Fórmula
Objetivo:	Regularidade ambiental	Unidade de medida:	Licenças vigentes/Unidades do SES licenciáveis
<p>O objetivo desse indicador é de monitorar a situação da SPE quanto ao licenciamento ambiental das unidades operacionais do Sistema de Esgotamento Sanitário (SES)</p> $IRA = \frac{LV}{UL}, \text{ onde:}$ <p>IRA - Indicador de Regularidade Ambiental LV - Quantidade de Licenças Vigentes UL - Quantidade de Unidades Operacionais Licenciáveis</p> <p>Serão considerados todos os Sistemas objetos de licenciamento ambiental, desconsiderando os atrasos para emissão das licenças que não são imputáveis à SPE.</p>			
Periodicidade de Cálculo/Aferição:	Trimestral	Fonte de Coleta de Dados:	Sistema de informações da SPE
Início da medição teste:	Trimestre 1	Órgão Fiscalizador:	SANESUL
Início da medição efetiva:	Trimestre 5	Área/Responsável pelo Indicador:	SPE

1.2. AFERIÇÃO DOS VALORES DO FATOR DE DESEMPENHO

Os Indicadores de Desempenho IE, IEA, ITE e IRA, e o respectivo Fator de Desempenho serão indicados mensalmente em Relatório de Desempenho emitido pela SPE.

A SPE deverá, até o 8º (oitavo) dia útil contado a partir do último dia do mês de prestação dos Serviços de Esgoto, fornecer o Relatório de Desempenho com a apuração dos Indicadores de Desempenho para a SANESUL, acompanhado das evidências dos resultados apresentados, seja por meio de relatórios dos sistemas de informações, seja por meio de relatório financeiro.

Após o recebimento do Relatório de Desempenho, a SANESUL deverá, em até 5 (cinco) dias úteis, manifestar-se sobre os pontos da medição realizada dos quais discorda, enviando suas considerações em forma de relatório à SPE.

Se a SANESUL não se manifestar no prazo acima referido, considerar-se-á que ela não possui qualquer discordância em relação à medição realizada pela SPE.

Caso, no prazo de 5 (cinco) dias úteis fixado, a SANESUL apresente à SPE discordância em relação a qualquer ponto da medição realizada e a SPE não concorde com as considerações apresentadas pela SANESUL, as Partes deverão submeter o impasse à Comissão Técnica, que deverá resolvê-lo na forma do Contrato.

O impasse entre as Partes acerca de um ou mais pontos pertinentes da medição realizada pela SPE não impede que esta última emita a nota fiscal para cobrança do montante da Contraprestação que não é afetado pelo DE mais o montante pertinente aos pontos não contestados pela SANESUL.

A nota final dos Indicadores de Desempenho e do respectivo DE será utilizada para o pagamento da Contraprestação.

O Sistema de Mensuração de Desempenho será revisto a cada 5 (cinco) anos durante todo o período de Concessão Administrativa, podendo sofrer alterações mediante aceitação da SANESUL e da SPE, de comum acordo.

1.3. PROCEDIMENTO PARA PAGAMENTO DA CONTRAPRESTAÇÃO

A primeira Contraprestação será devida pela SANESUL à SPE quando do início da prestação dos Serviços de Esgoto, conforme previsto no Contrato.

O valor da primeira Contraprestação mensal será apurado mediante a aplicação do coeficiente obtido entre a quantidade de dias dentro do primeiro mês da prestação dos serviços até o último dia desse mês. As demais Contraprestações serão calculadas considerando o período do primeiro ao último dia do mês de prestação dos Serviços de Esgoto.

O valor da última Contraprestação mensal será obtido mediante a aplicação do coeficiente entre a quantidade de dias dentro do último mês da prestação dos Serviços de Esgoto desde o primeiro dia desse mês até a data de término dos serviços. A Contraprestação será paga pela SANESUL à SPE em moeda corrente nacional.

Até o 8º dia útil do mês seguinte ao da prestação dos Serviços de Esgoto: (i) a SPE deverá enviar à SANESUL o Relatório de Medição, contendo os Indicadores de Desempenho aferidos no respectivo mês, e o Relatório de Economias, contendo o número de economias com Serviços de Esgoto disponíveis; e (ii) a SANESUL deverá enviar à SPE o Relatório de Volume, contendo o volume mensal médio de água faturada pela SANESUL em metros cúbicos (m³) por economia.

Se a SANESUL não enviar o Relatório de Volume no prazo de 8 (oito) dias úteis previsto acima, será considerado, para fins de cálculo da Contraprestação, o volume mínimo de 13,65 m³ por economia, o que não isenta a SANESUL de apresentar tal relatório. Eventual diferença de volume superior a 13,65 m³ por economia será computado no cálculo da Contraprestação seguinte.

Em até 5 (cinco) dias úteis contados do recebimento dos respectivos Relatórios pelas partes, qualquer delas pode contestar o seu conteúdo.

A não manifestação das partes em relação aos Relatórios por ela recebidos no prazo de 5 (cinco) dias úteis acima indicado representará a aceitação do seu conteúdo.

Caso, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, qualquer das partes apresente à outra discordância em relação a qualquer ponto dos Relatórios e a outra parte não concorde com as considerações apresentadas pela primeira, as partes deverão

submeter o impasse à Comissão Técnica, que deverá resolvê-lo na forma do Contrato, sem prejuízo de acionamento do mecanismo de arbitragem.

A divergência eventualmente existente entre as partes não impede que a SPE a emita a Nota Fiscal considerando as informações e elementos incontroversos. Eventual saldo pendente, a maior ou a menor, será ajustado na Contraprestação do mês subsequente à decisão da Comissão Técnica ou do Tribunal Arbitral (no âmbito da arbitragem), incidindo sobre ele correção monetária pela variação do Índice de Preço ao Consumidor Amplo, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IPCA/IBGE, bem como juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, até o efetivo acerto de contas.

Uma vez calculada a Contraprestação de acordo com a fórmula estabelecida, a SPE deverá emitir a Nota Fiscal relativamente à prestação dos Serviços de Esgoto no mês anterior, e enviá-la à SANESUL, com cópia para a instituição financeira contratada para realizar tal operação.

A Nota Fiscal será emitida tão somente em relação aos valores incontroversos que não tenham sido contestados por qualquer das Partes.

A Nota Fiscal terá vencimento no prazo de 30 (trinta) dias contados de sua emissão e será paga pela SANESUL por intermédio da citada instituição financeira que utilizará os recursos financeiros decorrentes dos recebíveis de água e esgotamento sanitário existentes na conta vinculada.

ANEXO IX

DIRETRIZES AMBIENTAIS

CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº [●]

**PARCERIA PÚBLICO-PRIVADA, NA MODALIDADE DE CONCESSÃO ADMINISTRATIVA,
PARA A PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS PÚBLICOS DE ESGOTAMENTO SANITÁRIO EM
68 (SESSENTA E OITO) MUNICÍPIOS DO ESTADO DO MATO GROSSO DO SUL**

1. INTRODUÇÃO

Pelo presente instrumento, a SANESUL apresenta as Diretrizes Ambientais para o licenciamento das instalações dos Sistemas de Esgotamento Sanitário que será objeto do Contrato de Concessão Administrativa a ser executado pela futura SPE.

O presente anexo atende aos preceitos estabelecidos na Lei federal n° 11.079, de 30 de dezembro de 2004, que instituiu normas gerais para licitação e contratação de parceria público-privada no âmbito da administração pública, que prevê:

Art. 10. A contratação de parceria público-privada será precedida de licitação na modalidade de concorrência, estando a abertura do processo licitatório condicionada a:

(...)

VII - licença ambiental prévia ou **expedição das diretrizes para o licenciamento ambiental do empreendimento**, na forma do regulamento, sempre que o objeto do contrato exigir.” (negrito)

Estas diretrizes ambientais deverão ser observadas pela SPE para o licenciamento ambiental necessário à construção e operação das instalações integrantes dos Sistemas de Esgotamento Sanitário dos Municípios atendidos pela SANESUL, sem prejuízo de observar ainda os exatos termos das legislações dos órgãos competentes federais, estaduais e municipais.

De acordo com o Contrato de Concessão Administrativa, a SPE será responsável pela obtenção, em tempo hábil, de todas as licenças e autorizações necessárias à execução dos serviços e obras que integram o objeto da Concessão Administrativa, exigidas pelos órgãos competentes, bem como pela manutenção de todas as licenças necessárias à sua operação.

2. LICENCIAMENTO AMBIENTAL

O Licenciamento Ambiental é uma ferramenta de fundamental importância na preservação do meio ambiente, como procedimento pelo qual o órgão ambiental competente permite a localização, instalação, ampliação e operação de empreendimentos e atividades que utilizem recursos ambientais, e/ou sejam consideradas efetiva ou potencialmente poluidoras ou que causem degradação ambiental.

A partir desta ferramenta, o empreendedor pode identificar os efeitos ambientais e a melhor forma de gestão destes, e os órgãos fiscalizadores podem garantir que as medidas preventivas e de controle adotadas nos empreendimentos sejam compatíveis com o desenvolvimento sustentável. Este procedimento é realizado junto a um dos órgãos que compõem o Sistema Nacional do Meio Ambiente (SISNAMA), sendo na maioria dos casos realizado junto ao órgão estadual.

A Licença Ambiental é o ato administrativo pelo qual o órgão ambiental competente estabelece as condições, restrições e medidas de controle ambiental que deverão ser obedecidas pelo empreendedor, pessoa física ou jurídica, autorizando a localização, instalação, ampliação e operação de empreendimentos ou atividades potencialmente poluidoras ou utilizadoras de recursos naturais. O licenciamento ambiental pode ocorrer em três fases distintas e sucessivas, nas quais o empreendedor recebe, conforme o caso, a Licença Prévia (LP), Licença de Instalação (LI) e Licença de Operação (LO).

O licenciamento ambiental está previsto na Lei nº federal nº 6.938/1981, que dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente. Em seu artigo 9º, a lei estabelece que “o licenciamento e a revisão de atividades efetivas ou potencialmente poluidoras”, como um dos instrumentos da Política Nacional do Meio Ambiente. Em seu artigo 10, o dispositivo estabelece que:

“Art. 10 A construção, instalação, ampliação e funcionamento de estabelecimentos e atividades utilizadoras de recursos ambientais,

consideradas efetiva e potencialmente poluidores, bem como os capazes, sob qualquer forma, de causar degradação ambiental, dependerão de prévio licenciamento de órgão estadual competente, integrante do Sistema Nacional do Meio Ambiente - SISNAMA, e do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis - IBAMA, em caráter supletivo, sem prejuízo de outras licenças exigíveis.”

A partir de 1998, com a entrada em vigor da Lei federal nº 9.605/98, a Lei de Crimes Ambientais, a realização de atividades potencialmente poluidoras ou utilizadoras de recursos naturais sem prévio licenciamento ambiental pode ser considerado crime e/ou infração administrativa, conforme estabelecido a seguir:

“Art. 60. Construir, reformar, ampliar, instalar ou fazer funcionar, em qualquer parte do território nacional, estabelecimentos, obras ou serviços potencialmente poluidores, sem licença ou autorização dos órgãos ambientais competentes, ou contrariando as normas legais e regulamentares pertinentes:

Pena - detenção, de um a seis meses ou multa, ou ambas as penas cumulativamente.”

“Art. 67. Conceder o funcionário público licença, autorização ou permissão em desacordo com as normas ambientais, para as atividades, obras ou serviços cuja realização depende de ato autorizativo do Poder Público:

Pena - detenção, de um a três anos, e multa.

Parágrafo único. Se o crime é culposo, a pena é de três meses a um ano de detenção, sem prejuízo da multa.”

A Resolução CONAMA nº. 05, de 15 de junho de 1988, que dispõe sobre Licenciamento de Obras de Saneamento Básico, estabelece que:

“Art. 1º - Ficam sujeitas a licenciamento as obras de saneamento para as quais seja possível identificar modificações ambientais significativas.

Parágrafo Único - Para os efeitos desta Resolução, são consideradas significativas e, portanto, objeto de licenciamento, as obras que por seu porte, natureza e peculiaridade sejam assim consideradas pelo órgão licenciador e necessariamente as atividades e obras relacionadas no artigo 3º desta Resolução.

Art. 2º - Na elaboração do projeto o empreendedor deverá atender aos critérios e parâmetros estabelecidos previamente pelo órgão ambiental competente.

Art. 3º - Ficam sujeitas a licenciamento as obras de sistemas de abastecimento de água, sistemas de esgotos sanitários, sistemas de drenagem e sistemas de limpeza urbana, a seguir especificadas:

(...)

II - Em Sistemas de Esgotos Sanitários:

- a) obras de coletores troncos;
- b) interceptores;
- c) elevatórias;
- d) estações de tratamento;
- e) disposição final.”

A Lei Complementar nº 140, de 8 de dezembro de 2011, e a Resolução CONAMA 237, de 19 de dezembro de 1997, dispõem sobre os aspectos de licenciamento ambiental estabelecidos na Política Nacional do Meio Ambiente, além de estabelecer as competências no processo de licenciamentos ambientais nos órgãos do Sistema Nacional de Meio Ambiente - SISNAMA.

3. LEGISLAÇÃO

Para a obtenção das licenças, permissões e autorizações relacionadas a Concessão Administrativa, a SPE deverá observar as diretrizes fixadas nos seguintes normativos:

Legislação envolvida:

- Constituição Federal - Artigos 20 a 26 e 225.

Legislação federal relacionada ao meio ambiente:

- Lei federal nº 11.445, de 05 de janeiro de 2007 - Estabelece diretrizes nacionais para o saneamento básico; altera as Leis nº 6.766, de 19 de dezembro de 1979, 8.036, de 11 de maio de 1990, 8.666, de 21 de junho de 1993, 8.987, de 13 de fevereiro de 1995; revoga a Lei nº 6.528, de 11 de maio de 1978; e dá outras providências;

- Decreto-Lei nº 3.365 de 21 de junho de 1941 - Dispõe sobre desapropriação por utilidade pública;

- Lei federal nº 3.924, de 26 de julho de 1961 - Estabelece que o poder público, através do IPHAN, deve proteger os monumentos arqueológicos e pré-históricos, considerados bens da União;

- Lei federal nº 4.132, de 10 de setembro de 1962 - Define os casos de desapropriação por interesse social e dispõe sobre a sua aplicação;

- Lei federal nº 4.771, de 15 de setembro de 1965 - Institui o código florestal;

- Lei federal nº 5.197, de 03 de janeiro de 1967 - Dispõe sobre a proteção à fauna;

- Lei federal nº 6.938, de 31 de agosto de 1981 - Estabelece a Política Nacional de Meio Ambiente;

- Lei federal nº 7.347, de 24 de julho de 1985 - Disciplina a ação civil pública de responsabilidade por danos causados ao meio-ambiente, ao consumidor, a bens e direitos de valor artístico, estético, histórico, turístico e paisagístico;

- Lei federal nº 7.735, de 22 de fevereiro de 1989 - Cria o Ibama - Instituto Brasileiro dos Recursos Naturais Renováveis;

- Lei federal nº 7.803, de 18 de julho de 1989 - Altera a redação da Lei 4.771/1965 e Revoga as Leis 6.535/1978 e 7.511/1986;
- Lei federal nº 7.804, de 18 de julho de 1989 - Altera as Leis nº 6.938/1981, 7.735/1989 e 6.803/1980;
- Decreto federal nº 94.076, de 05 de março de 1987 - Institui o Programa Nacional de Bacias Hidrográficas;
- Decreto federal nº 97.634, de 10 de abril de 1989 - Dispõe sobre o controle da produção e da comercialização de substância que comporta risco para a vida, a qualidade de vida e o meio ambiente;
- Decreto federal nº 78, de 05 de abril de 1991 - Aprova a Estrutura Regimental do Ibama.

ANEXO VI - MINUTA DO CONTRATO

(Item 3.5, Subitem 6, b), do Termo de Referência)

ANEXO I

MINUTA DO CONTRATO

CONTRATO Nº [●]

**PARCERIA PÚBLICO-PRIVADA, NA MODALIDADE DE CONCESSÃO ADMINISTRATIVA,
PARA A PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS PÚBLICOS DE ESGOTAMENTO SANITÁRIO EM
68 (SESSENTA E OITO) MUNICÍPIOS DO ESTADO DO MATO GROSSO DO SUL**

ÍNDICE

PREÂMBULO	113
Cláusula 1 DEFINIÇÕES.....	113
Cláusula 2 ANEXOS	118
Cláusula 3 OBJETO	118
Cláusula 4 REGIME JURÍDICO DO CONTRATO	118
Cláusula 5 INTERPRETAÇÃO APLICÁVEL	119
Cláusula 6 PRAZO DA CONCESSÃO ADMINISTRATIVA.....	119
Cláusula 7 VALOR DO CONTRATO	119
Cláusula 8 OBJETIVOS, METAS E INDICADORES DE DESEMPENHO DA CONCESSÃO ADMINISTRATIVA	120
Cláusula 9 BENS INTEGRANTES DA CONCESSÃO ADMINISTRATIVA	120
Cláusula 10 OBRAS DE RESPONSABILIDADE DA SANESUL	122
Cláusula 11 ASSUNÇÃO DOS SERVIÇOS.....	124
Cláusula 12 DA SPE.....	127
Cláusula 13 DA TRANSFERÊNCIA DO CONTROLE DA SPE OU DA CONCESSÃO ADMINISTRATIVA	128
Cláusula 14 LICENÇAS.....	129
Cláusula 15 PROJETOS.....	130
Cláusula 16 FINANCIAMENTOS	131
Cláusula 17 REMUNERAÇÃO DA SPE	132
Cláusula 18 PAGAMENTO DA CONTRAPRESTAÇÃO	134
Cláusula 19 GARANTIA DE ADIMPLEMENTO DA SANESUL	136
Cláusula 20 ALOCAÇÃO DE RISCOS	138
Cláusula 21 EQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO DO CONTRATO E SUA RECOMPOSIÇÃO.....	143
Cláusula 22 SEGUROS	144
Cláusula 23 GARANTIA DE EXECUÇÃO DO CONTRATO	146
Cláusula 24 DIREITOS E OBRIGAÇÕES DOS USUÁRIOS.....	148
Cláusula 25 DIREITOS E OBRIGAÇÕES DA SPE.....	150
Cláusula 26 DIREITOS E OBRIGAÇÕES DA SANESUL	153
Cláusula 27 PROTEÇÃO AMBIENTAL E RECURSOS HÍDRICOS	156
Cláusula 28 EXCLUDENTES DE RESPONSABILIDADE DA SPE	157
Cláusula 29 CONTRATOS COM TERCEIROS	158
Cláusula 30 FISCALIZAÇÃO	159
Cláusula 31 SANÇÕES ADMINISTRATIVAS	161

Cláusula 32	DESAPROPRIAÇÕES	163
Cláusula 33	INTERVENÇÃO	164
Cláusula 34	EXTINÇÃO DA CONCESSÃO ADMINISTRATIVA	165
Cláusula 35	ADVENTO DO TERMO CONTRATUAL	167
Cláusula 36	ENCAMPAÇÃO.....	168
Cláusula 37	CADUCIDADE.....	169
Cláusula 38	RESCISÃO.....	170
Cláusula 39	FALÊNCIA OU EXTINÇÃO DA SPE	170
Cláusula 40	ANULAÇÃO	171
Cláusula 41	REVERSÃO DE BENS	172
Cláusula 42	PROPRIEDADE DO PROJETO, SISTEMAS OPERACIONAIS, DOCUMENTAÇÃO TÉCNICA E DOS DIREITOS RELATIVOS AO SISTEMA DE ESGOTAMENTO SANITÁRIO	173
Cláusula 43	COMUNICAÇÃO	173
Cláusula 44	CONTAGEM DOS PRAZOS.....	174
Cláusula 45	COMISSÃO TÉCNICA.....	174
Cláusula 46	ARBITRAGEM.....	176
Cláusula 47	DISPOSIÇÕES FINAIS	178

PREÂMBULO

Pelo presente instrumento, os abaixo assinados, de um lado a **Empresa de Saneamento de Mato Grosso do Sul S.A. - SANESUL**, sociedade de economia mista, inscrita no CNPJ sob nº 03.982.931/0001-20, com sede na Rua Dr. Zerbini, 421, Chácara Cachoeira, na Cidade de Campo Grande, Estado de Mato Grosso do Sul, neste ato representada por seu Diretor Presidente, [●], [●qualificação] e [●completar cargos e nomes], doravante denominada **SANESUL**, e [● SPE], com sede na [●], Município de [●], Estado do Mato Grosso do Sul, neste ato representada por seu [●completar cargo e nome], conforme poderes previstos em seu Estatuto Social, doravante denominada **SPE**, resolvem firmar o presente Contrato de Parceria Público-Privada, para realização do objeto a seguir indicado, que se regerá pelos artigos 175 e 241 da Constituição Federal, pelas Leis federais nº 11.079, de 30 de dezembro de 2004, nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, nº 9.074, de 7 de julho de 1995, nº 11.445, de 05 de janeiro de 2007, e nº 11.107, de 06 de abril de 2005, bem como pela Lei estadual nº 4.303, de 20 de dezembro de 2012, e Decretos estaduais nº 12.530, de 28 de março de 2008, e nº 6.689, de 09 de setembro de 1992 e, subsidiariamente, pela Lei federal nº 8.666, de 21 de julho de 1993, e demais normas que regem a matéria, nos termos das cláusulas e condições a seguir estipuladas.

CLÁUSULA 1 DEFINIÇÕES

1.1. Além das definições utilizadas no Edital, os termos ora indicados, sempre que grafados com primeiras letras maiúsculas, terão o significado a seguir transcrito, salvo se do seu contexto resultar sentido claramente diverso:

Agente Depositário: é a [●], instituição financeira com sede na [●], inscrita no CNPJ sob nº [●], ou, na sua impossibilidade, outra instituição financeira pública ou privada indicada e aceita pela SANESUL, que será responsável pela movimentação dos Recebíveis, pela administração e manutenção da Conta Vinculada e da Conta Garantia, bem como de seus respectivos recursos, inclusive para a transferência de valores para pagamento da Contraprestação e da Garantia de Adimplemento da SANESUL.

AGEPAN: é a Agência Estadual de Regulação de Serviços Públicos de Mato Grosso do Sul, autarquia criada nos termos da Lei estadual nº 2.363, de 19 de dezembro de 2001, ou sua sucessora a qualquer título, responsável pela fiscalização e regulação

dos serviços públicos de saneamento básico prestados pela SANESUL, nos termos dos instrumentos de gestão associada celebrados entre o Estado do Mato Grosso do Sul, a AGEPA e os Municípios, com exceção do Município de Ladário.

AGERLA: é a Agência Municipal de Serviços Públicos de Ladário, autarquia criada nos termos da Lei Complementar municipal nº 63, de 05 de julho de 2012, ou sua sucessora a qualquer título, responsável pela fiscalização e regulação dos serviços públicos de saneamento básico prestados no âmbito do Município de Ladário.

Área da Concessão Administrativa: é a área urbana da sede dos Municípios e o distrito de Nova Esperança (pertencente ao Município de Jateí), delimitada, na data de publicação do Edital, no Anexo V (Termo de Referência) do Edital.

Bens Afetos: é o conjunto das instalações, equipamentos, edificações e outros bens necessários e vinculados à adequada prestação dos Serviços de Esgoto, existentes à época da publicação do Edital e relacionados no Anexo VI (Bens Afetos Existentes) do Edital ou que venham a ser adquiridos ou construídos pela SPE durante a vigência do Contrato, incluindo as Obras de Responsabilidade da SANESUL.

Comissão Técnica: é a Comissão Técnica prevista na Cláusula 45, competente para dirimir as divergências entre as Partes em razão do Contrato.

Concessão Administrativa: é a presente parceria público-privada, na modalidade de concessão administrativa, que tem por objeto a prestação, pela SPE à SANESUL, dos Serviços de Esgoto, nos termos do Edital e do Contrato.

Conta Garantia: é a conta corrente de titularidade da SANESUL, a ser aberta junto ao Agente Depositário, com movimentação exclusiva deste último, cuja finalidade é manter os recursos necessários à Garantia de Adimplemento da SANESUL, especialmente o Saldo Mínimo.

Conta Vinculada: é a conta corrente de titularidade da SANESUL, a ser aberta junto ao Agente Depositário, com movimentação exclusiva deste último, para onde serão destinados os Recebíveis, cuja finalidade é pagar a Contraprestação à SPE, e compor e repor o Saldo Mínimo na Conta Garantia, quando necessário.

Contraprestação: é a remuneração paga mensalmente pela SANESUL à SPE em virtude da execução das obras e da prestação dos Serviços de Esgoto objeto do Contrato, resultante do valor ofertado na Proposta Comercial.

Contrato: é o presente contrato da Concessão Administrativa, celebrado entre a SANESUL e a SPE.

Contrato de Vinculação de Recebíveis Futuros: é o contrato a ser celebrado entre a SANESUL, a SPE e o Agente Depositário, que estabelecerá os termos e condições necessários para operacionalizar o pagamento da Contraprestação à SPE e a utilização da Garantia de Adimplemento da SANESUL, incluindo a operação e o funcionamento da Conta Garantia e da Conta Vinculada, conforme as regras do Contrato.

Data Base: é o mês de [●data base dos estudos], utilizado como base para fixação dos valores propostos pelas licitantes na Licitação e que será considerada como marco inicial para contagem dos prazos a serem aplicados para fins de cálculo dos reajustes da Contraprestação, nos termos do Contrato.

Edital: é o instrumento convocatório e seus anexos, que regulam os termos e condições da Licitação.

Garantia de Adimplemento da SANESUL: é a garantia de pagamento da Contraprestação e demais obrigações pecuniárias devidas pela SANESUL à SPE em razão do Contrato, que consiste na vinculação de Recebíveis, no montante equivalente ao Saldo Mínimo, que será mantido na Conta Garantia, a serem utilizados nos casos de inadimplemento pela SANESUL, de acordo com as condições previstas no Contrato.

Garantia de Execução do Contrato: é a garantia do fiel cumprimento das obrigações deste Contrato, a ser prestada pela SPE, e que poderá ser executada pela SANESUL em caso de descumprimento de obrigações contratuais.

Indicadores de Desempenho: são os indicadores de desempenho previstos no Anexo VIII (Sistema de Mensuração de Desempenho de Níveis de Serviço) do Edital, a serem atingidos pela SPE e que serão computados no cálculo mensal da Contraprestação.

Licitação: é o procedimento administrativo da Concorrência nº [●], pela qual foi selecionada a licitante vencedora que constituiu a SPE, para a celebração do Contrato.

Metas: são as metas previstas no Anexo V (Termo de Referência) do Edital.

Municípios: são os Municípios de Água Clara, Alcinópolis, Amambai, Anastácio, Anaurilândia, Angélica, Antônio João, Aparecida do Taboado, Aquidauana, Aral

Moreira, Bataguassu, Batayporã, Bodoquena, Bonito, Brasilândia, Caarapó, Camapuã, Caracol, Chapadão do Sul, Coronel Sapucaia, Corumbá, Coxim, Deodápolis, Dois Irmãos do Buriti, Douradina, Dourados, Eldorado, Fátima do Sul, Figueirão, Guia Lopes da Laguna, Iguatemi, Inocência, Itaporã, Itaquiraí, Ivinhema, Japorã, Jardim, Jateí, Juti, Ladário, Laguna Carapã, Maracaju, Miranda, Mundo Novo, Naviraí, Nioaque, Nova Alvorada do Sul, Nova Andradina, Novo Horizonte do Sul, Paranaíba, Paranhos, Pedro Gomes, Ponta Porã, Porto Murtinho, Ribas do Rio Pardo, Rio Brillhante, Rio Negro, Rio Verde de Mato Grosso, Santa Rita do Pardo, Selvíria, Sete Quedas, Sidrolândia, Sonora, Tacuru, Taquarussu, Terenos, Três Lagoas e Vicentina.

Notificação de Inadimplemento: é a notificação escrita encaminhada pela SPE ao Agente Depositário, pela qual será informado o evento de inadimplemento da SANESUL que ensejará a utilização da Garantia de Adimplemento da SANESUL.

Obras de Responsabilidade da SANESUL: são as obras de responsabilidade da SANESUL listadas no Anexo VII (Obras de Responsabilidade da SANESUL) do Edital, a serem concluídas e entregues pela SANESUL à SPE, na forma e nos prazos previstos no referido anexo e no Contrato.

Ordem de Serviço: é a ordem emitida pela SANESUL nos termos da Cláusula 11 do Contrato, que dará início à exploração da Concessão Administrativa pela SPE, por meio da execução das obras e da prestação dos Serviços de Esgoto objeto do Contrato.

Parte: é a SANESUL ou a SPE.

Partes: são a SANESUL e a SPE.

Plano de Negócios: é o Plano de Negócios apresentado pela licitante vencedora da Licitação, juntamente com a sua Proposta Comercial, o qual será utilizado como base para a aferição e readequação do equilíbrio econômico-financeiro do Contrato.

Planos Municipais de Esgotamento Sanitário: são os Planos Municipais de Esgotamento Sanitário dos Municípios constantes do Anexo XI (Planos de Esgotamento Sanitário dos Municípios) do Edital, elaborados conforme a Lei federal nº 11.445, de 05 de janeiro de 2007, ou outros que vierem a substituí-los.

Proposta Comercial: é a proposta comercial apresentada pela licitante vencedora da Licitação.

Recebíveis: é a totalidade das receitas futuras da SANESUL, decorrentes da prestação dos serviços de abastecimento de água e de esgotamento sanitário nos Municípios, que deve ser destinada à Conta Vinculada, para fins de pagamento da Contraprestação e constituição e manutenção da Garantia de Pagamento, de acordo com as condições previstas no Contrato, durante todo o prazo de vigência do Contrato.

Receitas Extraordinárias: são as receitas alternativas, acessórias ou oriundas de projetos associados, referidas no artigo 11 da Lei federal nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, que a SPE poderá auferir, direta ou indiretamente, nos termos do Contrato.

Regulamento dos Serviços: é o Decreto estadual nº 6.689, de 09 de setembro de 1992, e suas alterações posteriores, que aprova o Regulamento dos Serviços de Abastecimento de Água e de Esgotamento Sanitário prestados pela SANESUL, ou qualquer outra norma que venha a substituí-lo.

Saldo Mínimo: é o montante mínimo mensal a ser mantido na Conta Garantia, correspondente a 3 (três) vezes a média das últimas três Contraprestações devidas pela SANESUL, conforme previsto na Cláusula 19.

SANESUL: é a Empresa de Saneamento de Mato Grosso do Sul S.A., sociedade de economia mista criada pelo Decreto municipal nº 71, de 05 de janeiro de 1979, contratante da Concessão Administrativa, ou seu(s) sucessor(es) a qualquer título.

Serviços de Esgoto: são as atividades, infraestruturas e instalações operacionais de coleta, transporte, tratamento e disposição final adequados dos esgotos sanitários, desde as ligações prediais até o seu lançamento final no meio ambiente, incluindo as ações de ampliação, operação e manutenção dos Sistemas de Esgotamento Sanitário dos Municípios.

Sistema de Esgotamento Sanitário: é cada um dos sistemas de coleta e de tratamento, instalações, equipamentos, redes, estações elevatórias, estações de tratamento de esgoto, emissários e demais bens necessários à prestação dos Serviços de Esgoto, existente em cada um dos Municípios.

SPE: é a sociedade de propósito específico constituída pela licitante vencedora da Licitação, com o fim exclusivo de exploração da Concessão Administrativa, signatária do Contrato.

Termo de Entrega de Bens Reversíveis: é cada um dos instrumentos jurídicos pelos quais a SANESUL formaliza a entrega dos Bens Afetos disponibilizados pela SANESUL

à SPE, que serão firmados pelas Partes (i) no caso dos bens listados no Anexo VI (Bens Afetos Existentes) do Edital, ao término do período de transição para a transferência dos Sistemas de Esgotamento Sanitário e (ii) no caso das Obras de Responsabilidade da SANESUL, após a sua aceitação definitiva pela SPE.

Usuários: todas as pessoas físicas e jurídicas que sejam tomadoras diretas ou indiretas dos Serviços de Esgoto prestados pela SPE à SANESUL, localizados na Área da Concessão Administrativa.

CLÁUSULA 2 ANEXOS

2.1. Integram o Contrato, para todos os efeitos legais e contratuais, os seguintes documentos:

Anexo I - Edital, seus anexos e eventuais esclarecimentos prestados

Anexo II - Proposta Comercial, incluindo o Plano de Negócios

Anexo III - Contrato de Vinculação de Recebíveis

CLÁUSULA 3 OBJETO

3.1. O objeto do presente Contrato é a Concessão Administrativa para a prestação dos Serviços de Esgoto pela SPE nos Municípios.

3.2. Caberá à SPE, ainda, a exploração das Receitas Extraordinárias, nos limites previstos no Contrato.

3.3. Os investimentos a serem realizados pela SPE nos Sistemas de Esgotamento Sanitário dos Municípios, bem como o detalhamento do objeto da Concessão Administrativa, constam deste Contrato e dos anexos do Edital, especialmente, do Anexo V (Termo de Referência) do Edital.

CLÁUSULA 4 REGIME JURÍDICO DO CONTRATO

4.1. Este Contrato regula-se pelas suas disposições e por preceitos de Direito Público, aplicando-se, supletivamente, os princípios da Teoria Geral dos Contratos e disposições de Direito Privado, que lhe sejam pertinentes.

4.2. Constitui condição fundamental do regime jurídico da Concessão Administrativa a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro do Contrato.

4.2.1. É pressuposto básico da equação econômico-financeira que regula as relações entre a SANESUL e a SPE o permanente equilíbrio entre os encargos da SPE e as receitas da Concessão Administrativa, conforme inicialmente previstos no Edital e no Contrato, devendo ser preservado no curso de toda a vigência contratual.

CLÁUSULA 5 INTERPRETAÇÃO APLICÁVEL

5.1. Em caso de divergência entre as disposições do Edital e do Contrato, prevalecerá o seguinte:

5.1.1. em primeiro lugar, as normas do Contrato, incluindo seus anexos;

5.1.2. em segundo lugar, as normas do Edital, incluindo seus anexos; e

5.1.3. em terceiro lugar, o conteúdo da Proposta Comercial, incluindo o Plano de Negócios.

CLÁUSULA 6 PRAZO DA CONCESSÃO ADMINISTRATIVA

6.1. A vigência do Contrato será de 30 (trinta) anos, contados da emissão da Ordem de Serviço.

6.2. O Contrato poderá ter seu prazo de vigência prorrogado apenas como forma de recomposição de seu equilíbrio econômico-financeiro, observado o disposto na Cláusula 21, **Erro! Fonte de referência não encontrada.** devendo o período máximo de prorrogação obedecer ao limite legal do prazo de vigência de contratos de parceria público-privada.

CLÁUSULA 7 VALOR DO CONTRATO

7.1. O valor estimado do Contrato é de R\$ [●] ([●] reais), correspondente ao somatório estimado dos investimentos a serem efetuados pela SPE ao longo de vigência do Contrato, conforme Proposta Comercial.

CLÁUSULA 8 OBJETIVOS, METAS E INDICADORES DE DESEMPENHO DA CONCESSÃO ADMINISTRATIVA

8.1. Por força da Concessão Administrativa, a SPE se obriga, nos termos e condições estipulados no Contrato, a cumprir os objetivos previstos no Contrato, as Metas e os Indicadores de Desempenho.

8.2. O Anexo V (Termo de Referência) do Edital contém as Metas a serem atendidas pela SPE na prestação dos Serviços de Esgoto, sendo que sua inobservância acarretará a aplicação das penalidades previstas no Contrato.

8.3. O Anexo VIII (Sistema de Mensuração de Desempenho de Níveis de Serviços) do Edital contém o sistema de mensuração do desempenho da SPE, apontando os critérios e parâmetros a serem observados para a aferição da qualidade dos Serviços de Esgoto, cujo resultado será aplicado no cálculo da Contraprestação, nos termos da Cláusula 18.

8.4. A SPE arcará com todos os custos necessários ao atendimento das Metas e dos Indicadores de Desempenho.

8.5. Os objetivos do Contrato, as Metas e os Indicadores de Desempenho para a prestação dos Serviços de Esgoto previstos para a Concessão Administrativa poderão ser revistos em razão de alterações e/ou revisões nos Planos Municipais de Esgotamento Sanitário e de alterações nas normas legais e infralegais pertinentes, bem como em outros casos previstos no Contrato, desde que preservado o equilíbrio econômico-financeiro do Contrato.

CLÁUSULA 9 BENS INTEGRANTES DA CONCESSÃO ADMINISTRATIVA

9.1. Os Bens Afetos são aqueles diretamente vinculados à execução do objeto do Contrato e que, ao final da Concessão Administrativa, reverterão à SANESUL, nos termos ora pactuados.

9.2. Integram a Concessão Administrativa os Bens Afetos necessários à prestação dos Serviços de Esgotos, que incluem:

9.2.1. os bens entregues pela SANESUL na data de emissão da Ordem de Serviço, listados no Anexo VI (Bens Afetos Existentes) do Edital e objeto do Termo de Entrega de Bens Reversíveis;

9.2.2. as Obras de Responsabilidade da SANESUL que venham a ser transferidas à SPE pela SANESUL durante a execução da Concessão Administrativa, objeto do respectivo Termo de Entrega de Bens Reversíveis;

9.2.3. os bens que, após a emissão da Ordem de Serviço, venham a ser construídos ou adquiridos pela SPE.

9.3. A SANESUL obriga-se a entregar os Bens Afetos integrantes dos Sistemas de Esgotamento Sanitário inteiramente livres e desembaraçados de quaisquer ônus ou encargos.

9.3.1. A SANESUL desde já declara inexistirem quaisquer ônus, encargos ou passivos referentes aos Bens Afetos que possam comprometer ou inviabilizar, de qualquer forma, a prestação dos Serviços de Esgoto pela SPE.

9.3.2. É de responsabilidade da SANESUL garantir que os contratos celebrados entre ela e terceiros relativos à prestação dos Serviços de Esgoto na Área da Concessão Administrativa ou que guardem relação com os Bens Afetos, especialmente de operação ou manutenção desses bens, sejam rescindidos anteriormente à emissão da Ordem de Serviço, não sendo assumida pela SPE qualquer responsabilidade quanto as obrigações ou pagamento de valores decorrentes desses contratos e de sua extinção.

9.4. A SPE obriga-se a manter, em bom estado de funcionamento, conservação e segurança, às suas expensas, os Bens Afetos durante toda a vigência do Contrato.

9.5. Os bens da SPE que não estejam afetos à Concessão Administrativa e, portanto, não sejam considerados como essenciais à execução dos Serviços de Esgoto, poderão ser por ela onerados ou alienados, desde que tal onerosidade ou alienação não afete a qualidade dos Serviços de Esgoto prestados e não cause a diminuição das condições econômicas, técnicas ou operacionais da SPE.

9.6. Todos os Bens Afetos ou investimentos neles realizados deverão ser integralmente amortizados pela SPE no prazo da Concessão Administrativa, nos termos do artigo 2º, inciso III, da Lei federal nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995.

9.7. Os Bens Afetos reverterão à SANESUL ao fim do Contrato, conforme as hipóteses e nas condições especificadas neste instrumento.

CLÁUSULA 10 OBRAS DE RESPONSABILIDADE DA SANESUL

10.1. As Obras de Responsabilidade da SANESUL implantadas até a data de emissão da Ordem de Serviço serão entregues pela SANESUL à SPE nessa data, juntamente com os demais Bens Afetos listados no Anexo VI (Bens Afetos Existentes) do Edital, nas condições necessárias para sua plena e adequada operação.

10.2. As Obras de Responsabilidade da SANESUL não implantadas até a emissão da Ordem de Serviço serão transferidas à SPE nos prazos previstos no cronograma constante do Anexo VII (Obras de Responsabilidade da SANESUL) do Edital, nas condições necessárias para sua plena e adequada operação.

10.3. No tocante às obras previstas nas Subcláusulas 10.1 e 10.2, as Partes realizarão uma vistoria conjunta no equipamento entregue a fim de verificar as condições operacionais necessárias à prestação dos Serviços de Esgoto e ao atendimento das Metas e dos Indicadores de Desempenho, devendo ser formalizada a entrega do bem pela SANESUL mediante a celebração pelas Partes do respectivo Termo de Entrega Provisória, nos seguintes prazos:

10.3.1. Em relação às Obras de Responsabilidade da SANESUL implantadas até a emissão da Ordem de Serviço: durante o período de transferência das operações previsto na Cláusula 11;

10.3.2. Em relação às Obras de Responsabilidade da SANESUL implantadas após a emissão da Ordem de Serviço: após a conclusão de cada uma dessas obras.

10.4. Celebrado o Termo de Entrega Provisória previsto na Subcláusula 10.3, a SPE poderá se manifestar acerca de eventuais incorreções na construção e/ou em equipamentos que impossibilitem a adequada operação desses bens para atender as finalidades do Contrato, tendo a SPE direito:

10.4.1. à revisão das Metas e dos Indicadores de Desempenho cujo cumprimento dependa das Obras de Responsabilidade da SANESUL que se encontrem em desconformidade;

10.4.2. ao reequilíbrio econômico-financeiro do Contrato, caso esse seja rompido, conforme previsto na Cláusula 20 e na Cláusula 21; e

10.4.3. a não aplicação de penalidades ou incidência de desconto na Contraprestação pelo eventual descumprimento das obrigações contratuais dependentes das respectivas Obras de Responsabilidade da SANESUL em desconformidade.

10.5. Relativamente às Obras de Responsabilidade da SANESUL transferidas na emissão da Ordem de Serviço, a SPE terá o prazo de 2 (dois) anos a contar dessa data para se manifestar acerca das incorreções de que trata a Subcláusula 10.4, independentemente de quando as respectivas obras tiverem sido concluídas.

10.6. Para as Obras de Responsabilidade da SANESUL transferidas à SPE após a emissão da Ordem de Serviço, a SPE terá o prazo de 2 (dois) anos contados da celebração do Termo de Entrega Provisória de que trata a Subcláusula 10.3 para se manifestar sobre as incorreções eventualmente encontradas nos termos da Subcláusula 10.4.

10.7. Na hipótese de identificação de incorreções, a SPE encaminhará notificação à SANESUL com a indicação das Obras de Responsabilidade da SANESUL em desconformidade, mencionando detalhadamente as incorreções constatadas, acompanhada de laudo de engenharia confirmando a existência de tais incorreções.

10.8. A SANESUL terá o prazo de 30 (trinta) dias contados do recebimento da notificação de que trata a Subcláusula 10.7 para se manifestar a respeito.

10.9. No caso de a SANESUL concordar com a existência das incorreções ou não se manifestar no prazo previsto na Subcláusula acima, e se as Obras de Responsabilidade da SANESUL em desconformidade se encontrarem dentro do prazo de responsabilidade do construtor, de acordo com contrato por ele firmado e/ou de acordo com o previsto em lei, a SPE manterá contato e adotará as providências necessárias diretamente com a empresa contratada para realização das obras desconformes, visando à reparação e/ou refazimento das incorreções identificadas.

10.10. Se esgotado o prazo de responsabilidade do construtor ou, caso ainda dentro de referido prazo, a SPE não logre êxito na sua reparação perante a empresa de que

trata Subcláusula 10.9, após esgotadas as providências que lhe eram cabíveis, a SPE, sem prejuízo das demais disposições desta Cláusula, poderá, mediante anuência da SANESUL, assumir a responsabilidade pela adequação das Obras de Responsabilidade da SANESUL desconformes, fato este que ensejará direito à recomposição do equilíbrio econômico-financeiro do Contrato.

10.11. Na hipótese de discordância expressa da SANESUL quanto às desconformidades nas Obras de Responsabilidade da SANESUL, discordância essa que deverá ser devidamente justificada, qualquer das Partes poderá acionar a Comissão Técnica citada na Cláusula 45 para que esta última verifique as medidas a serem adotadas.

10.12. Encerrado o prazo previsto nas Subcláusulas 10.5 e 10.6, conforme o caso, sem que tenham sido identificadas desconformidades, ou após a reparação das Obras de Responsabilidade da SANESUL pela empresa construtora, pela SANESUL ou pela SPE (quando esta última assumir a responsabilidade de adequação, conforme Subcláusula anterior), será firmado pelas Partes o Termo de Entrega de Bens Reversíveis.

10.13. Até o Termo de Entrega dos Bens Reversíveis, quaisquer interferências na prestação dos Serviços de Esgoto ou danos gerados direta ou indiretamente pelas obras ou atividades operacionais relativas às Obras de Responsabilidade da SANESUL, serão de exclusiva responsabilidade da SANESUL, devendo a SANESUL manter a SPE indene, inclusive com relação às Metas e aos Indicadores de Desempenho.

CLÁUSULA 11 ASSUNÇÃO DOS SERVIÇOS

11.1. Após a assinatura do Contrato terá início o período de transição para a transferência dos Sistemas de Esgotamento Sanitário pela SANESUL à SPE, que terá duração de até 90 (noventa) dias, durante o qual a SPE deverá acompanhar as atividades realizadas pela SANESUL relativamente aos Serviços de Esgoto e aos Sistemas de Esgotamento Sanitário, para que possa conhecer seu funcionamento, de forma a mitigar eventuais transtornos e solução de continuidade na sua transição à SPE.

11.1.1. Durante o período de transição previsto na Subcláusula 11.1, a SPE não terá direito a auferir quaisquer receitas referidas no Contrato.

11.1.2. Durante o período de transição para a transferência dos Sistemas de Esgotamento Sanitário deverão ser adotadas as seguintes providências:

11.1.2.1. Pelas Partes:

- a) Celebração do Contrato de Vinculação dos Recebíveis, que deverá atender as diretrizes previstas neste Contrato;
- b) Vistoria conjunta dos Bens Afetos, com a elaboração do respectivo inventário, para a posterior assinatura do Termo de Entrega de Bens Reversíveis (quando da emissão da Ordem de Serviço).

11.1.2.2. Pela SANESUL:

- a) Constituição da Garantia de Adimplemento da SANESUL, que se efetivará com a constituição do Saldo Mínimo na Conta Garantia;
- b) Aditamento dos instrumentos firmados pela SANESUL com os agentes arrecadadores dos Recebíveis para incluir a obrigação de transferência desses valores à Conta Vinculada;
- c) Providência da instituição do controle social nos Municípios realizado por órgão colegiado, nos termos da legislação vigente;
- d) Edição de lei(s) estadual(is) autorizando/ratificando a gestão associada com os Municípios para a regulação, fiscalização e prestação dos serviços de saneamento básico;
- e) Edição de leis dos Municípios para autorizar/ratificar a gestão associada da regulação, fiscalização e prestação dos serviços de saneamento básico nas localidades onde essa lei ainda não tenha sido editada;
- f) Alteração de leis dos Municípios que já autorizam a gestão associada da regulação, fiscalização e prestação dos serviços de saneamento básico, para autorizar a prorrogação do prazo de vigência da gestão associada, para fins de compatibilização com o prazo de vigência deste Contrato;
- g) Celebração de convênios de cooperação e contratos de programa entre o Estado do Mato Grosso do Sul e os Municípios que ainda não celebraram tais instrumentos;

h) Aditamento dos convênios de cooperação e contratos de programa já celebrados entre o Estado do Mato Grosso do Sul e os Municípios para prorrogar os prazos de vigência, para fins de compatibilização com o prazo de vigência deste Contrato, e para deixar expresso o direito da SPE de realizar as desapropriações, instituir servidões administrativas e impor limitações administrativas e ocupações provisórias dos imóveis que se façam necessárias;

i) Aditamento dos convênios de cooperação e contratos de programa já celebrados entre o Estado do Mato Grosso do Sul e os Municípios de Maracaju, Pedro Gomes e Rio Brilhante para inclusão de obrigações previstas nas leis municipais.

11.2. As Partes se comprometem a envidar todos os esforços necessários para atender todas as providências mencionadas nesta Subcláusula 11.1.2.

11.3. Cumpridas todas as providências previstas na Subcláusula 11.1.2, a SANESUL deverá emitir a Ordem de Serviço em até 05 (cinco) dias contados de tal cumprimento, com a respectiva celebração do Termo de Entrega de Bens Reversíveis, ressalvado o disposto nas Subcláusulas 11.4 e 11.5.

11.4. Uma vez ultrapassado o prazo de até 90 (noventa) dias previsto na Subcláusula 11.1 ainda que não tenham sido cumpridas as providências previstas na Subcláusula 11.1.2.1, “a” e “b” e 11.1.2.2, “a” e “b”, a SPE poderá solicitar a emissão da Ordem de Serviço.

11.5. A não concretização das providências previstas na Subcláusula 11.1.2.2, “c” a “h” no referido prazo de até 90 (noventa) dias não impedirá a emissão da Ordem de Serviço pela SANESUL e a correspondente assunção dos Sistemas de Esgotamento Sanitário pela SPE, por meio da assinatura do Termo de Entrega de Bens Reversíveis.

11.5.1. Na hipótese desta Subcláusula 11.5, a SPE não estará obrigada a realizar as obras e investimentos previstos neste Contrato nos Sistemas de Esgotamento Sanitário dos Municípios onde as providências referidas na Subcláusula 11.1.2.2, “c” a “h” não tiverem sido integralmente adotadas.

11.5.2. Por força do disposto na Subcláusula 11.5.1, os Municípios onde as providências referidas na Subcláusula 11.1.2.2, “c” a “h” não tiverem sido integralmente adotadas não serão considerados nos cálculos das Metas e Indicadores de Desempenho.

11.5.3. A partir da emissão da Ordem de Serviço, à medida que forem concluídas as providências referidas na Subcláusula 11.1.2.2, “c” a “h” em relação

a cada um dos Municípios, as Partes deverão proceder à revisão do Contrato para fins de readequar o equilíbrio econômico-financeiro e, se necessário, alteração das Metas e Indicadores de Desempenho, em favor de uma ou outra Parte, conforme o caso e, após concluída tal revisão, a SPE deverá dar início aos respectivos investimentos previstos neste Contrato.

CLÁUSULA 12 DA SPE

12.1. A SPE é uma sociedade anônima, de propósito específico, devendo sempre manter como único objeto a execução dos Serviços de Esgoto, bem como a exploração de fontes de Receitas Extraordinárias, no âmbito da Concessão Administrativa, conforme previsto no Contrato.

12.2. A SPE terá sua sede em um dos municípios do Estado do Mato Grosso do Sul.

12.3. O prazo de duração da SPE deverá ser suficiente para o cumprimento de todas as obrigações decorrentes do Contrato.

12.4. A constituição acionária da SPE deverá refletir, no momento da assinatura do Contrato, os mesmos percentuais de participação das empresas integrantes do consórcio na data de apresentação de sua Proposta Comercial ou, no caso de licitante isolada, a SPE deverá ser sua subsidiária integral.

12.5. O estatuto social da SPE é o documento apresentado na data de assinatura do Contrato.

12.6. O capital social subscrito e integralizado da SPE deverá ser igual a, no mínimo, 10% (dez) por cento do valor dos investimentos a serem realizados nos 10 (dez) primeiros anos do Contrato, conforme montante previsto na Proposta Comercial, sendo que:

12.6.1. o capital inicial subscrito e integralizado da SPE, na data da celebração do Contrato, deverá ser de 10% (dez por cento) do valor dos investimentos que a SPE irá realizar no primeiro ano de execução do Contrato, conforme montante previsto na Proposta Comercial;

12.6.2. nos anos subsequentes a parcela subscrita e integralizada do capital social deverá ser de 10% (dez por cento) do investimento a ser realizado no respectivo ano, conforme montante previsto na Proposta Comercial.

12.7. A integralização do capital social da SPE poderá realizar-se em dinheiro e em bens e/ou créditos, sendo que, nesta última hipótese, a avaliação observará a Lei Federal nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976.

CLÁUSULA 13 DA TRANSFERÊNCIA DO CONTROLE DA SPE OU DA CONCESSÃO ADMINISTRATIVA

13.1. A partir da assinatura do Contrato, excetuados os casos expressamente previstos no Contrato, a SPE se compromete a não efetuar em seus livros sociais, sem a prévia anuência da SANESUL, qualquer registro que importe em cessão ou transferência das ações que representam o controle societário efetivo da SPE ou a transferência da Concessão Administrativa.

13.1.1. O controle societário efetivo da SPE é exercido pela empresa ou grupo de empresas vinculadas por acordo de votos que detiverem a titularidade de direitos de sócio que lhe assegurem, de modo permanente, a maioria dos votos nas deliberações da assembleia-geral e o poder de eleger a maioria dos administradores da companhia e use efetivamente seu poder para dirigir as atividades sociais e orientar o funcionamento dos órgãos da companhia, nos termos do disposto no artigo 116 da Lei federal nº 6.404/76.

13.1.2. As alterações societárias que não configurem transferência de controle podem ser efetuadas independentemente de anuência da SANESUL, devendo a SPE comunicá-la em seguida a esse respeito.

13.2. Para fins de obtenção da anuência para transferência do controle acionário da SPE ou transferência da Concessão Administrativa, o interessado deverá:

13.2.1. atender as exigências de capacidade técnica, idoneidade financeira e regularidade jurídica, fiscal e trabalhista necessárias à assunção do objeto da Concessão Administrativa;

13.2.2. prestar e/ou manter as garantias pertinentes, conforme o caso; e

13.2.3. comprometer-se a cumprir todas as cláusulas do Contrato.

13.3. A SANESUL deverá analisar o pedido e, por meio de ato devidamente motivado, autorizar ou não o pedido da SPE, observados os requisitos da Subcláusula 13.2.

13.4. A transferência do controle acionário da SPE aos seus financiadores obedecerá o disposto na Cláusula 16.

CLÁUSULA 14 LICENÇAS

14.1. Será de responsabilidade da SPE o atendimento, em tempo hábil, de todas as providências exigidas pelos órgãos competentes, para a concessão das licenças, permissões ou autorizações necessárias ao pleno exercício de suas atividades, correndo por sua conta as despesas correspondentes.

14.1.1. A SPE não será penalizada pelo descumprimento e/ou pelo atraso no cumprimento das Metas, dos Indicadores de Desempenho e de outras obrigações do Contrato sob sua responsabilidade contratual em razão da demora dos órgãos públicos que resulte na não obtenção tempestiva das licenças, permissões ou autorizações necessárias ao pleno exercício de suas atividades, desde que a SPE comprove que adotou todas as providências necessárias para a obtenção, conforme procedimento previsto nas regras dos órgãos e autoridades competentes.

14.1.2. A SANESUL na hipótese prevista na Subcláusula 14.1.1, deferirá prorrogação de prazos para a realização das Metas e dos Indicadores de Desempenho previstos no Contrato.

14.2. A SANESUL deverá auxiliar a SPE na obtenção das licenças, permissões ou autorizações necessárias ao pleno exercício das atividades compreendidas na Concessão Administrativa.

14.3. Para as instalações já existentes e a serem transferidas pela SANESUL à SPE por meio do Termo de Entrega de Bens Reversíveis, inclusive no tocante às Obras de Responsabilidade da SANESUL, é de responsabilidade da SANESUL a entrega dos pedidos de licenciamento já realizados e das licenças, permissões ou autorizações já exigidas até a fase/situação em que se encontram os Bens Afetos quando da sua entrega à SPE, cabendo à SPE solicitar as demais licenças, permissões ou autorizações necessárias.

14.3.1. Para as instalações previstas na Subcláusula 14.3, a SPE só estará obrigada a aceitar a sua transferência se a operação estiver com o pedido de licenciamento protocolado.

CLÁUSULA 15 PROJETOS

15.1. A SPE é responsável por elaborar e manter atualizados os projetos necessários à prestação dos Serviços de Esgoto, com observância das condições e especificações constantes do Contrato e seus anexos.

15.2. A SANESUL poderá, a seu exclusivo critério, acompanhar a elaboração dos projetos e estudos, sendo que, para todos os investimentos a serem executados, a SPE deverá apresentar o respectivo projeto à SANESUL, o qual deverá ser elaborado de acordo com as exigências do Contrato.

15.2.1. Os projetos deverão conter os elementos necessários e suficientes, com grau de precisão adequado, para caracterizar as obras e serviços a serem realizados, permitindo a avaliação do método aplicado e do prazo de realização do investimento.

15.3.1. Após o envio do projeto previsto na Subcláusula 15.2, a SANESUL poderá vetar pontos do projeto que estejam em desacordo com o disposto no Contrato e em seus anexos, em até 30 (trinta) dias do seu envio pela SPE, sendo que, transcorrido tal prazo sem qualquer manifestação da SANESUL, entender-se-á que não há veto em relação ao projeto.

15.3.2. Caso haja algum ponto do projeto vetado pela SANESUL, a SPE deverá reapresentá-lo em prazo razoável, com as adequações necessárias.

15.3. A SANESUL poderá impor à SPE a realização de modificações nos projetos e estudos apresentados, mesmo se já aprovados, quando o interesse público o exigir, mediante comunicação dirigida à SPE, garantida a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro do Contrato.

15.3.1. Em situações de emergência, estado de sítio ou calamidade pública, a SANESUL poderá decretar a suspensão ou interrupção da execução de quaisquer trabalhos ou obras e adotar as demais medidas que se mostrarem adequadas, mediante comunicação dirigida à SPE e imediatamente aplicável.

15.4. No prazo de 30 (trinta) dias após a data de conclusão de uma determinada obra, a SPE deverá entregar o respectivo Projeto “As built” à SANESUL.

15.5. A fiscalização pela SANESUL dos projetos ou estudos apresentados pela SPE não exclui a responsabilidade da SPE pela adequação e qualidade dos investimentos realizados, assim como pelo cumprimento das obrigações contratuais.

CLÁUSULA 16 FINANCIAMENTOS

16.1. A SPE é a única responsável pela obtenção dos recursos financeiros necessários à prestação dos Serviços de Esgoto.

16.2. A SPE poderá oferecer em garantia, nos contratos de financiamento, os direitos emergentes da Concessão Administrativa, até o limite que não comprometa a operacionalização e continuidade da prestação dos Serviços de Esgoto.

16.3. Para garantir contratos de mútuo de longo prazo, em qualquer de suas modalidades, destinados a investimentos relacionados ao Contrato, a SPE poderá ceder ao mutuante, mediante notificação formal à SANESUL, em caráter fiduciário, parcela de seus créditos operacionais futuros, observadas as condições do artigo 28-A da Lei Federal nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995.

16.4. Os acionistas da SPE poderão ceder aos mutuantes as ações da SPE de sua titularidade em garantia dos respectivos contratos de mútuo, independentemente de prévia anuência da SANESUL.

16.5. É admitida, ainda, a emissão de empenho em nome dos financiadores da SPE em relação às obrigações pecuniárias da SANESUL, em especial a obrigação de pagamento da Contraprestação.

16.6. Os financiadores da Concessão Administrativa terão legitimidade para receber as indenizações eventualmente devidas à SPE em razão de extinção antecipada do Contrato.

16.7. A SPE poderá, ainda, emitir obrigações, debêntures ou títulos financeiros similares que representem obrigações de sua responsabilidade, em favor de terceiros, para o financiamento das atividades decorrentes da Concessão Administrativa.

16.8. Observado o quanto disposto nos artigos 5º e 5º-A da Lei federal nº 11.079, de 30 de dezembro de 2004, a SANESUL autorizará a transferência do controle ou a

administração temporária da SPE aos seus financiadores, com vistas à reestruturação financeira e a assegurar a continuidade da prestação dos Serviços de Esgoto.

16.9. A assunção do controle societário ou a administração temporária da SPE pelos financiadores fica condicionada a:

16.9.1 comprovação de que o financiador atende às exigências de regularidade jurídica e fiscal necessárias à assunção do objeto da Concessão Administrativa;

16.9.2 prestação pelo financiador e/ou comprovação de manutenção das garantias pertinentes, conforme o caso; e

16.9.3 compromisso do financiador de que cumprirá todas as cláusulas do Contrato.

16.10. Os financiadores não serão responsáveis pelas obrigações que sejam de responsabilidade direta dos antigos acionistas da SPE.

16.11. Eventual transferência posterior do controle da SPE, pelos financiadores a terceiros, submeter-se-á às mesmas condições e procedimento previstos na Subcláusula 13.2.

16.12. Eventuais ganhos econômicos decorrentes da redução do risco de crédito dos financiamentos eventualmente tomados pela SPE, especialmente em virtude da renegociação das condições dos financiamentos, serão compartilhados entre as Partes, conforme critérios a serem posteriormente definidos de comum acordo das Partes.

CLÁUSULA 17 REMUNERAÇÃO DA SPE

17.1. Em virtude da prestação dos Serviços de Esgoto, a SPE fará jus, durante todo o período de vigência da Concessão Administrativa, ao recebimento da Contraprestação a ser paga pela SANESUL.

17.2. A Contraprestação será preservada pelas regras de reajuste e revisão previstas na Lei federal nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, e na Lei federal nº 11.079, de 30 de dezembro de 2004, bem como no Contrato, com a finalidade de assegurar às Partes, durante todo o prazo da Concessão Administrativa, a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro do Contrato.

17.3. A Contraprestação será calculada mensalmente de acordo com a seguinte fórmula:

$$CP = 0,7 \times (Pu \times VMEaf \times EED) + 0,3 \times (Pu \times VMEaf \times EED) \times DE, \text{ onde}$$

Pu - Preço Unitário: é o valor por metro cúbico (m³) de esgoto previsto na Proposta Comercial, a ser cobrado pela SPE para a remuneração de todos os investimentos, custos e despesas com a ampliação, manutenção e operação dos Sistemas de Esgotamento Sanitário, de acordo com o Contrato.

VMEaf - Volume Médio Por Economia de Água Faturada: Volume mensal médio de água faturada pela SANESUL em metros cúbicos (m³) por economia, conforme Relatório de Volume apresentado mensalmente pela SANESUL à SPE. Se o VMEaf for inferior a 13,65 m³ no mês, será considerado, para fins de cálculo da Contraprestação, o valor mínimo de 13,65 m³ no mês.

EED - Economias com Serviços de Esgoto Disponíveis: São as economias que estão com rede coletora de esgoto disponibilizada, conectadas ou não aos Sistemas de Esgotamento Sanitário, conforme Relatório de Economias da SPE. Para cálculo das economias, serão consideradas: (i) as economias existentes previstas no Termo de Referência do Edital; (ii) as economias com Serviços de Esgoto disponíveis em decorrência das obras executadas pela SPE; (iii) as economias com Serviços de Esgoto disponíveis em decorrência das obras executadas pela SANESUL relacionadas no Anexo VII (Obras de Responsabilidade da Sanesul e Cronograma de Entrega) do Edital.

DE - Fator de Desempenho: fator resultante da apuração dos Indicadores de Desempenho, conforme Sistema de Mensuração de Desempenho.

Para fins de apuração do número de economias com Serviços de Esgoto disponíveis em decorrência das obras executadas pela SANESUL, a SPE se baseará exclusivamente no cronograma previsto no Anexo VII (Obras de Responsabilidade da Sanesul e Cronograma de Entrega) do Edital, cabendo à SANESUL confirmar o número de economias conforme procedimento no Anexo VIII (Sistema de Mensuração de Desempenho de Níveis de Serviço) .

17.3.1. O valor do preço unitário indicado na Proposta Comercial e que será aplicado na fórmula prevista nesta Subcláusula 17.3 será corrigido a cada 12 (doze) meses, considerando a data do primeiro reajuste prevista na Subcláusula 17.3.2, a partir da aplicação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo calculado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IPCA/IBGE) ou outro índice que venha substituí-lo, conforme a legislação vigente.

17.3.2. O primeiro reajuste do valor do preço unitário indicado na Proposta Comercial e que será aplicado na fórmula prevista na Subcláusula 17.3 deverá ser realizado no mês de julho subsequente à emissão da Ordem de Serviço, a partir da aplicação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo calculado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IPCA/IBGE), considerando a variação desde a Data Base até a data do reajuste.

17.4. A SPE poderá, também a partir da emissão da Ordem de Serviço, mediante prévia aprovação da SANESUL, auferir Receitas Extraordinárias, desde que a execução das atividades correlatas (i) não ultrapasse o prazo da Concessão Administrativa ou de sua eventual prorrogação e (ii) não acarrete prejuízo à normal prestação dos Serviços de Esgoto, observado o disposto no artigo 11 da Lei federal nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995.

17.4.1. A exploração de Receitas Extraordinárias poderá ser feita diretamente pela SPE ou por terceiros por ela livremente contratados, sempre com vistas a favorecer a modicidade da Contraprestação.

CLÁUSULA 18 PAGAMENTO DA CONTRAPRESTAÇÃO

18.1. A Contraprestação a que a SPE fará jus será paga mensalmente, a partir da data de emissão da Ordem de Serviço, e será calculada de acordo com a fórmula prevista na Subcláusula 17.3.

18.1.1. O valor da primeira Contraprestação será apurado mediante a aplicação do coeficiente obtido entre a quantidade de dias dentro do primeiro mês da prestação dos Serviços de Esgoto até o último dia desse mês.

18.1.2. As demais Contraprestações corresponderão ao período do primeiro ao último dia do mês de prestação dos Serviços de Esgoto.

18.1.3. O valor da última Contraprestação será obtido mediante a aplicação do coeficiente entre a quantidade de dias dentro do último mês da prestação dos Serviços de Esgoto desde o primeiro dia desse mês até a data de término da prestação.

18.2. Uma vez calculada a Contraprestação, conforme Cláusula 17, a SPE deverá emitir a Nota Fiscal relativamente à prestação dos Serviços de Esgoto no mês anterior, e enviá-la à SANESUL, com cópia para o Agente Depositário.

18.3. A Nota Fiscal será emitida tão somente em relação aos valores incontroversos que não tenham sido contestados por qualquer das Partes nos termos previstos na Cláusula 17 e no Anexo VIII (Sistema de Mensuração de Desempenho de Níveis de Serviço) do Edital.

18.4. A Nota Fiscal terá vencimento no prazo de 30 (trinta) dias contados de sua emissão e será paga pela SANESUL por intermédio do Agente Depositário, que utilizará os recursos financeiros decorrentes dos Recebíveis existentes na Conta Vinculada, observado o procedimento abaixo, nesta ordem:

18.4.1. a partir da emissão da primeira nota fiscal por parte da SPE, os Recebíveis que forem arrecadados diariamente em nome da SANESUL serão destinados automaticamente à Conta Vinculada;

18.4.2. até a data de vencimento da nota fiscal, o Agente Depositário transferirá automaticamente os Recebíveis existentes na Conta Vinculada para a conta corrente indicada pela SPE, até o montante correspondente ao valor da Contraprestação indicado na respectiva nota fiscal;

18.4.3. uma vez efetuado o pagamento integral da Contraprestação, na hipótese de a Conta Garantia não conter o Saldo Mínimo, o Agente Depositário deverá transferir, automaticamente, da Conta Vinculada para a Conta Garantia, o montante necessário a recompor integralmente o seu Saldo Mínimo;

18.4.4. após o pagamento da Contraprestação e eventual recomposição do Saldo Mínimo da Conta Garantia, o Agente Depositário deverá transferir, automaticamente, da Conta Vinculada para a conta a ser indicada pela SANESUL, o valor remanescente existente na Conta Vinculada, até a emissão de nota fiscal no mês seguinte pela SPE.

18.4.5. se até o vencimento da nota fiscal a Contraprestação não tiver sido integralmente paga, será adotado o procedimento de acionamento da Garantia de Pagamento, conforme Cláusula 19.

18.5. Ocorrendo atraso de pagamento por culpa exclusiva da SANESUL, o pagamento será realizado acrescido de atualização financeira, entre as datas do vencimento e do efetivo pagamento, de acordo com a variação “pro-rata tempore” do IPCA-IBGE, ou outro índice que venha substituí-lo, conforme a legislação vigente, bem como a multa de 2% (dois por cento) do valor do débito e juros, segundo a taxa em vigor para a mora do pagamento de impostos devidos à Fazenda Estadual.

18.6. O inadimplemento da SANESUL no pagamento de qualquer parcela da Contraprestação superior a 90 (noventa) dias conferirá à SPE a faculdade de suspender os investimentos em curso, bem como as atividades que não sejam estritamente necessárias à continuidade dos Serviços de Esgoto, sem prejuízo da rescisão do Contrato.

CLÁUSULA 19 GARANTIA DE ADIMPLEMENTO DA SANESUL

19.1. A SANESUL, de forma irrevogável e irretratável, se obriga a constituir e manter a Garantia de Adimplemento da SANESUL, devendo (i) vincular os Recebíveis a serem mantidos na Conta Vinculada por meio da celebração do Contrato de Vinculação de Recebíveis; (ii) constituir e manter a Conta Vinculada e a Conta Garantia; (iii) manter o Saldo Mínimo; e (iv) transferir, em favor da SPE, os recursos depositados na Conta Garantia em caso de inadimplemento das obrigações pecuniárias assumidas pela SANESUL no Contrato.

19.2. A Garantia de Adimplemento da SANESUL será implementada durante o período de transição para a transferência dos Sistemas de Esgotamento Sanitário, devendo ser mantida até a final liquidação de todas as obrigações pecuniárias assumidas pela SANESUL em razão do Contrato.

19.2.1. Por força do disposto no “caput” desta Subcláusula, a Conta Garantia e a Conta Vinculada não poderão ser encerradas até a final liquidação das obrigações pecuniárias assumidas pela SANESUL por força do Contrato.

19.3. O Saldo Mínimo que deverá existir na Conta Garantia na data de emissão da Ordem de Serviço será o equivalente a 3 (três) vezes o valor médio das Contraprestações estimadas para os 3 (três) primeiros meses seguintes a contar da assunção dos Serviços de Esgoto.

19.3.1. Após os 3 (três) primeiros meses contados a partir da emissão da Ordem de Serviço, o valor do Saldo Mínimo, será recalculado ao final de cada trimestre, devendo equivaler a 3 (três) vezes o valor médio das Contraprestações efetivamente cobradas pela SPE nos 3 (três) meses anteriores.

19.3.2. O novo montante de Saldo Mínimo recalculado será informado trimestralmente pela SPE à SANESUL e ao Agente Depositário até o término de vigência do Contrato.

19.4. Caso, por qualquer motivo, inclusive, em razão da insuficiência de recursos na Conta Vinculada, o Agente Depositário não efetue, total ou parcialmente, o pagamento da Contraprestação devida à SPE nos prazos estabelecidos no Contrato, a SPE deverá encaminhar ao Agente Depositário a Notificação de Inadimplemento, na qual constará, necessariamente, o evento do inadimplemento e a indicação do valor devido, anexando o correspondente documento de cobrança.

19.5. Recebida a Notificação de Inadimplemento, o Agente Depositário comunicará a SANESUL a respeito, facultando-lhe a purgação da mora no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis.

19.6. A SANESUL, dentro do prazo indicado na Subcláusula 19.5, deverá comunicar ao Agente Depositário o pagamento eventualmente realizado nos termos da citada Subcláusula.

19.7. Caso não seja comunicado pela SANESUL ao Agente Depositário o pagamento do valor devido à SPE dentro do prazo estabelecido na Subcláusula 19.5, o Agente Depositário fica, desde já, autorizado a:

19.7.1. transferir da Conta Garantia para a conta corrente indicada pela SPE, em até 1 (um) dia útil após o prazo previsto na Subcláusula 19.5, as importâncias necessárias ao pagamento integral das obrigações vencidas e não pagas pela SANESUL, notificando a SANESUL dos valores transferidos;

19.7.2. transferir, automática e imediatamente, da Conta Vinculada para a Conta Garantia, o montante necessário para recompor o Saldo Mínimo, observado o procedimento da Cláusula 18.

19.8. A critério da SANESUL, os recursos a qualquer tempo depositados na Conta Garantia deverão ser investidos pelo Agente Depositário em instrumentos de investimento emitidos pelo próprio Agente Depositário ou por outra instituição financeira de primeira linha, em reais, que apresentem, cumulativamente, (i) prazo de vencimento compatível com o prazo, termos e condições do Contrato, (ii) possibilidade de resgate a qualquer tempo, com a finalidade de possibilitar a utilização dos recursos depositados na Conta Garantia nos termos do Contrato, (iii) remuneração compatível com padrões de mercado para instrumentos de investimento semelhantes, (iv) baixo risco, conforme atestado por agências de rating em conformidade com a regulamentação vigente, conforme esta possa ser aplicável e (v) permanência em custódia junto a instituição de custódia devidamente

autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil e negociabilidade em bolsa de valores ou mercado de balcão organizado

19.9. Os recursos depositados na Conta Garantia são destinados exclusivamente a garantir as obrigações pecuniárias da SANESUL perante a SPE em razão do Contrato, devendo ficar indisponíveis e vinculadas ao Contrato, em caráter irrevogável e irretratável, desde a sua assinatura até final liquidação de tais obrigações, não podendo, portanto, ser movimentados ou utilizados para nenhuma outra finalidade, tampouco dados em garantia de quaisquer outros projetos ou contratos da SANESUL, independentemente de sua natureza.

19.10. Todos os custos decorrentes da estruturação da Garantia de Adimplemento da SANESUL ficarão sob a responsabilidade única e exclusiva da SPE.

CLÁUSULA 20 ALOCAÇÃO DE RISCOS

20.1. Os riscos decorrentes da execução da Concessão Administrativa serão compartilhados pela SANESUL e pela SPE, consoante as disposições da presente Cláusula.

20.2. Desde que não incidentes as situações previstas na Subcláusula 20.3, a SPE é responsável pelos seguintes riscos, além daqueles previstos nas demais disposições do Contrato:

20.2.1. variação na demanda decorrente do crescimento ou não da população, bem como do adensamento populacional distinto do previsto, garantido o volume mínimo de esgoto por economia previsto na Cláusula 17 para o cálculo da Contraprestação;

20.2.2. passivos ambientais, cíveis, trabalhistas e fiscais decorrentes de atos ou fatos ocorridos depois da emissão da Ordem de Serviço;

20.2.3. prejuízos decorrentes de falha na segurança no local de realização das obras de responsabilidade da SPE;

20.2.4. prejuízos a terceiros causados direta ou indiretamente pela SPE ou por qualquer outra pessoa física ou jurídica a ela vinculada, em decorrência de obras de sua responsabilidade ou da prestação dos Serviços de Esgoto;

- 20.2.5. atraso na conclusão das obras de responsabilidade da SPE por motivos imputáveis a esta última;
- 20.2.6. custos e despesas decorrentes das desapropriações, instituição de servidões administrativas, imposição de limitações administrativas ou ocupação provisória de bens imóveis, até o limite de R\$ 34.982.326,65 (trinta e quatro milhões, novecentos e oitenta e dois mil, trezentos e vinte e seis reais e sessenta e cinco centavos);
- 20.2.7. variação nos custos das obras de responsabilidade da SPE por motivos imputáveis a esta última;
- 20.2.8. erros ou omissões nos projetos e na execução das obras e no objeto dos Serviços de Esgoto;
- 20.2.9. não obtenção de financiamento ou obtenção em condições diferentes das previstas;
- 20.2.10. perecimento, destruição, roubo, furto, perda ou quaisquer outros tipos de danos causados aos Bens Afetos;
- 20.2.11. ocorrência de dissídio, acordo ou convenção coletiva de trabalho, bem como de greve do seu pessoal;
- 20.2.12. falha ou falta de qualidade no fornecimento de materiais ou serviços pelos contratados da SPE
- 20.2.13. melhorias tecnológicas implantadas por decisão da SPE que não tenham sido previstas no Contrato ou que não tenham sido solicitadas pela SANESUL;
- 20.2.14. responsabilidade civil, administrativa e criminal por danos ambientais decorrentes da operação e manutenção dos Bens Afetos fora dos padrões e regras previstos no Contrato, exceção feita às hipóteses previstas na Cláusula 27;
- 20.2.15. aumento do custo de capital, inclusive os resultantes de aumento das taxas de juros;
- 20.2.16. variação das taxas de câmbio;
- 20.2.17. custos com atendimento das condicionantes ambientais prévias ou posteriores à emissão da Ordem de Serviço, até o limite de 2% (dois por cento) do valor do Contrato;

20.2.18. atraso na imissão de posse dos imóveis, após declaração de utilidade pública.

20.3. Os riscos a seguir listados serão suportados pela SANESUL, sendo que a ocorrência de qualquer dos fatos previstos nesta cláusula ensejará o reequilíbrio econômico-financeiro do Contrato, bem como isentarão a SPE da aplicação de penalidades e da incidência de descontos na Contraprestação nas situações em que houver relação entre tal ocorrência e o desequilíbrio econômico-financeiro e/ou o eventual não atingimento das Metas e dos Indicadores de Desempenho:

20.3.1. problemas na prestação dos serviços e perdas de receita decorrentes de atraso na conclusão de Obras de Responsabilidade da SANESUL ou entrega dessas obras em desconformidade;

20.3.2. modificação unilateral do Contrato pela SANESUL;

20.3.3. inobservância das condições de validade dos contratos de programa e deste Contrato, bem como dos requisitos legais necessários à gestão associada para a regulação, fiscalização e prestação dos serviços de abastecimento de água e de esgotamento sanitário entre o Estado do Mato Grosso do Sul, o Município, a SANESUL e/ou a AGEPAN;

20.3.4. erros ou omissões nos projetos e obras de responsabilidade da SANESUL;

20.3.5. remoção ou desvio de interferências realizadas/causadas pelos demais prestadores/concessionários de serviços públicos;

20.3.6. custos ou passivos decorrentes da entrega dos Bens Afetos sem as licenças, permissões ou autorizações devidas, inclusive, licenças de operação;

20.3.7. custos adicionais e/ou passivos decorrentes de exigências de órgãos, entidades ou autoridades públicas, inclusive ambientais, não previstas no Edital e no Contrato;

20.3.8. edição ou alteração de normas aplicáveis à Concessão Administrativa ou outras determinações da SANESUL que alterem as Metas previstas no Anexo V (Termo de Referência) do Edital e/ou os Indicadores de Desempenho previstos no Anexo VIII (Sistema de Mensuração de Indicadores de Desempenho de Níveis de Serviços) do Edital, bem como outras condições para a prestação dos Serviços de Esgoto;

20.3.9. fato do príncipe, ato da Administração, interferências imprevistas ou fatos imprevisíveis, ou previsíveis porém de conseqüências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do Contrato;

20.3.10. excetuados os tributos sobre a renda, sempre que forem criados, alterados ou extintos tributos ou encargos legais ou sobrevierem novas disposições, em conformidade com o disposto no § 3º, do artigo 9º, da Lei federal nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995;

20.3.11. custos e despesas decorrentes das desapropriações, instituição de servidões administrativas, imposição de limitações administrativas ou ocupação provisória de bens imóveis, acima de R\$ 34.982.326,65 (trinta e quatro milhões, novecentos e oitenta e dois mil, trezentos e vinte e seis reais e sessenta e cinco centavos);

20.3.12. custos com atendimento das condicionantes ambientais prévias ou posteriores à emissão da Ordem de Serviço, acima de 2% (dois por cento) do valor do Contrato;

20.3.13. passivos ambientais, cíveis, trabalhistas e fiscais decorrentes de atos ou fatos ocorridos antes da emissão da Ordem de Serviço;

20.3.14. vícios ou defeitos ocultos dos Bens Afetos entregues pela SANESUL, incluindo as Obras de Responsabilidade da SANESUL;

20.3.15. inadimplência das tarifas de esgoto pelos usuários dos serviços;

20.3.16. prejuízos a terceiros causados direta ou indiretamente pela SANESUL ou por qualquer outra pessoa física ou jurídica a ela vinculada, em decorrência de obras ou atividades operacionais de sua responsabilidade;

20.3.17. mudança no padrão da qualidade dos serviços de responsabilidade da SPE fixada pela SANESUL no Edital e no Contrato que comprovadamente impliquem em aumento de custos para a SPE, incluindo a exigência por autoridades ambientais;

20.3.18. cobrança de outorga de direito de uso de recursos hídricos por lançamento em corpos d'água;

20.3.19. custos decorrentes do atraso na entrega dos Bens Afetos pela SANESUL para a SPE ou entrega em desacordo com as condições estabelecidas no Contrato;

20.3.20. mudanças nas especificações dos Serviços de Esgoto previstas no Edital e no Contrato, mediante solicitação da SANESUL ou decorrentes de nova regulamentação, inclusive emanada de órgãos ambientais;

20.3.21. atrasos ou não obtenção das declarações de utilidade pública dos imóveis;

20.3.22. custos e atrasos decorrentes de eventual descoberta de sítio arqueológico ou bens arqueológicos na Área da Concessão Administrativa.

20.4. Resguardado o disposto nas Subcláusulas 20.2 e 20.3, a ocorrência de situações de força maior e caso fortuito é considerada como de risco compartilhado, da seguinte forma:

20.4.1. A SPE assume o risco pela ocorrência de eventos de força maior ou caso fortuito, quando a sua cobertura for aceita por instituições seguradoras no mercado brasileiro há pelo menos 2 (dois) anos anteriores à época da ocorrência do evento, até o limite de apólices comercialmente aceitáveis e oferecidas por pelo menos duas empresas do ramo;

20.4.2. Nenhuma das Partes será considerada inadimplente se o cumprimento de obrigações tiver sido impedido por qualquer caso de força maior ou caso fortuito não seguráveis, nos termos deste Contrato e do item anterior, devendo comunicar no prazo máximo de 48 (quarenta e oito horas) à outra Parte a ocorrência de qualquer evento dessa natureza.

20.4.3. Salvo se a SANESUL fornecer outras instruções por escrito, a SPE continuará cumprindo suas obrigações decorrentes do Contrato, na medida do razoavelmente possível, e procurará, por todos os meios disponíveis, cumprir aquelas obrigações não impedidas pelo evento de força maior ou caso fortuito, cabendo à SANESUL, da mesma forma, cumprir as suas obrigações não impedidas pelo evento de força maior ou caso fortuito.

20.4.4. Na hipótese dessa Cláusula, desde que de comum acordo pelas Partes, poderá haver a recomposição do equilíbrio econômico-financeiro do Contrato ou extinção da Concessão Administrativa.

20.4.5. Verificando-se a extinção da Concessão Administrativa, aplicar-se-ão, no que couber, as regras e os procedimentos válidos para a extinção do Contrato por encampação.

CLÁUSULA 21 EQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO DO CONTRATO E SUA RECOMPOSIÇÃO

21.1. Sempre que atendidas as condições do Contrato, considera-se mantido seu equilíbrio econômico-financeiro.

21.2. A afetação do equilíbrio econômico-financeiro do Contrato inicialmente estabelecido na fase da licitação gera a necessidade de sua recomposição.

21.3. A recomposição do equilíbrio econômico-financeiro poderá ser iniciada por requerimento da SPE ou por determinação da SANESUL.

21.4. Em qualquer das hipóteses em que o processo de recomposição do equilíbrio econômico-financeiro venha a ser iniciado, deverá ser obedecido o seguinte procedimento:

21.4.1. A Parte interessada na recomposição do equilíbrio econômico-financeiro do Contrato deverá apresentar à outra Parte relatório técnico ou laudo pericial que demonstre o impacto financeiro, verificado ou projetado, bem como todos os documentos necessários à demonstração do cabimento do pleito, assim como laudos econômicos específicos, elaborados por entidades independentes contratadas.

21.4.2. Uma vez recebidos os documentos acima, a outra Parte terá o prazo de até 30 (trinta) para apresentar a sua manifestação, caso entenda pertinente.

21.4.3. O procedimento de recomposição do equilíbrio econômico-financeiro da Concessão Administrativa deverá ser concluído em prazo não superior a 90 (noventa) dias, ressalvada a hipótese, devidamente justificada, em que seja necessária a prorrogação do prazo.

21.5. A recomposição do equilíbrio econômico-financeiro do Contrato utilizará como base o Plano de Negócios da Proposta Comercial e terá como objetivo manter a Taxa Interna de Retorno - TIR apresentada na Proposta Comercial.

21.6. Todos os custos com diligências e estudos necessários à plena instrução do pedido correrão por conta da Parte requerente.

21.7. As Partes acordarão acerca da forma pela qual será implementada a recomposição do equilíbrio econômico-financeiro, buscando-se sempre assegurar a

continuidade da prestação dos Serviços de Esgoto e a preservação da capacidade de pagamento do financiamento para realização dos investimentos da SPE.

21.8. Poderão ser adotadas pelas Partes as medidas abaixo elencadas, individual ou conjuntamente, para a recomposição do equilíbrio econômico-financeiro do Contrato:

21.8.1. Alteração do valor da Contraprestação;

21.8.2. Alteração do prazo da Concessão Administrativa, observado o limite da Subcláusula 6.2;

21.8.3. Modificação das obrigações contratuais da SPE, incluindo as Metas e/ou os Indicadores de Desempenho; e/ou

21.8.4. Outra forma definida de comum acordo entre SPE e SANESUL.

21.9. Sempre que houver divergência acerca da existência ou não de desequilíbrio econômico-financeiro do Contrato, bem como a respeito dos termos e da forma da sua recomposição, as Partes poderão acionar a Comissão Técnica, sem prejuízo de recorrer à arbitragem.

CLÁUSULA 22 SEGUROS

22.1. Anteriormente à assunção dos Sistemas de Esgotamento Sanitário, a SPE deverá contratar as seguintes apólices de seguro:

22.1.1. seguro de riscos operacionais, para cobertura dos riscos de danos patrimoniais aos Sistemas de Esgotamento Sanitário na fase de operação, com importância segurada equivalente ao valor de R\$ [●] ([●] de Reais), com vigência de 12 (doze) meses, renovável, sucessivamente, por igual período, por todo o prazo da Concessão Administrativa;

22.1.2. seguro de responsabilidade civil geral por danos pessoais e patrimoniais causados a terceiros na fase de operação, com vigência de 12 (doze) meses, renovável, sucessivamente, por igual período, por todo o prazo da Concessão Administrativa, com valor de cobertura de R\$ [●] ([●] de Reais).

22.2. Anteriormente ao início de cada uma das obras nos Sistemas de Esgotamento Sanitário, a SPE deverá contratar as seguintes apólices de seguro:

22.2.1. seguro de riscos de engenharia, para cobertura de todos os riscos de danos patrimoniais na fase de construção, instalação e montagem, com importância segurada equivalente a 100% (cem por cento) do valor total da obra que será iniciada, compreendendo mão-de-obra, materiais e equipamentos, o qual terá vigência correspondente a todo o período de duração dos investimentos;

22.2.2. seguro de responsabilidade civil por danos pessoais e patrimoniais causados a terceiros, decorrentes de obras civis e serviços de montagem e instalação e/ou montagem de máquinas e equipamentos, o qual terá vigência correspondente a todo o período de duração das obras e valor de cobertura correspondente [●]% ([●] por cento) do somatório dos investimentos feitos até o ano anterior, sendo no mínimo de R\$ [●] ([●] de Reais).

22.3. A SPE assume a responsabilidade pela abrangência ou omissões decorrentes da realização dos seguros, sendo também responsável pelo pagamento integral da franquia na hipótese de ocorrência do sinistro.

22.4. Todos os seguros deverão ter como beneficiários a SPE e a SANESUL, de acordo com sua característica, finalidade e a titularidade dos bens envolvidos, devendo seu cancelamento, suspensão ou substituição ser previamente aprovado pela SANESUL, conforme previsto nesta Cláusula.

22.4.1. As apólices de seguros poderão estabelecer, adicionalmente, como beneficiária da indenização, a instituição financeira credora da SPE.

22.5. Nenhuma obra ou serviço poderá ter início sem que a SPE apresente à SANESUL comprovação de que as apólices dos seguros exigidos na presente cláusula encontram-se em vigor.

22.6. Com exceção dos seguros de riscos de engenharia e de responsabilidade civil decorrente das obras que deverão ser mantidos durante o prazo da execução das obras, todos os seguros deverão ser mantidos durante todo o prazo da Concessão Administrativa, seja por meio de renovações periódicas ou por substituição por novas apólices.

22.7. A SPE deverá encaminhar à SANESUL, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias de seu vencimento, a comprovação de que as apólices dos seguros foram renovadas ou da possibilidade de emissão de novas apólices.

22.8. Caso a SPE não comprove a renovação das apólices no prazo acima, a SANESUL poderá, sem prejuízo da aplicação das penalidades cabíveis, contratar os

seguros em seu lugar e cobrar da SPE o valor total do prêmio, podendo deduzir o custo desta contratação da Contraprestação.

22.8.1. A SANESUL não terá qualquer responsabilidade caso opte por não contratar o seguro.

CLÁUSULA 23 GARANTIA DE EXECUÇÃO DO CONTRATO

23.1. Em garantia do bom cumprimento das obrigações assumidas no Contrato, a SPE, previamente à assinatura do Contrato, conforme estabelecido no Edital, prestou a garantia no montante a 2% (dois por cento) do valor total dos investimentos previstos no Plano de Negócios, na forma prevista no artigo 56 da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

23.2. O valor da Garantia de Execução do Contrato referido na Subcláusula 23.1 deverá ser mantido até o 10º ano da emissão da Ordem de Serviço, sendo que, após essa data e até a extinção do Contrato, a Garantia de Execução do Contrato deverá corresponder, a cada ano, ao montante de 1% (um por cento) do valor residual dos investimentos previstos no Plano de Negócios.

23.3. O valor da Garantia de Execução do Contrato será reajustado anualmente pela mesma fórmula e nas mesmas datas aplicáveis ao reajuste da Contraprestação.

23.4. Se houver prorrogação do prazo de vigência do Contrato, a SPE obriga-se a providenciar a renovação da Garantia de Execução do Contrato, no mesmo valor previsto para o último ano de vigência da Concessão Administrativa.

23.5. A Garantia de Execução do Contrato prestada não poderá conter qualquer tipo de ressalva ou condição que possa dificultar ou impedir sua execução ou que possa deixar dúvidas quanto à sua firmeza, podendo ser executada pela SANESUL, observadas as condições previstas no Contrato.

23.6. Durante a vigência do Contrato, a SPE poderá substituir a Garantia de Execução do Contrato por qualquer das modalidades admitidas, mediante prévia aprovação da SANESUL.

23.7. A Garantia de Execução do Contrato, a critério da SPE, poderá ser prestada em uma das seguintes modalidades:

23.7.1. caução, em dinheiro ou títulos da dívida pública federal;

23.7.2. seguro-garantia cuja apólice deve ser aprovada pela SANESUL;

23.7.3. fiança bancária.

23.8. As cartas de fiança e as apólices de seguro-garantia deverão ter vigência mínima de 01 (um) ano, sendo de inteira responsabilidade da SPE mantê-las em plena vigência e de forma ininterrupta durante toda a vigência da Concessão Administrativa, devendo para tanto promover as renovações e atualizações que forem necessárias.

23.8.1. Qualquer modificação nos conteúdos da carta de fiança ou do seguro-garantia deve ser previamente submetida à aprovação da SANESUL.

23.8.2. A SPE deverá encaminhar à SANESUL, na forma da regulamentação vigente, documento comprobatório de que as cartas de fiança bancária ou apólices do seguro-garantia foram renovadas e tiveram seus valores reajustados.

23.9. Na hipótese de a Garantia da Execução do Contrato ser prestada em títulos da dívida pública federal, aceitar-se-á, apenas, Tesouro Prefixado (LTN), Tesouro Selic (LFT), Tesouro IPCA+ (NTN-B Principal), Tesouro IPCA+ com Juros Semestrais (NTN-B), ou Tesouro Prefixado com Juros Semestrais (NTN-F), devendo estes ser emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Fazenda.

23.10. A Garantia de Execução do Contrato se destina a assegurar o pagamento de qualquer valor devido pela SPE em decorrência do Contrato e seus anexos, sem prejuízo das demais hipóteses previstas no Contrato e na regulamentação vigente.

23.11. A Garantia de Execução do Contrato também poderá ser utilizada no caso de devolução de Bens Afetos em desconformidade com as exigências estabelecidas no Contrato.

23.12. A execução da Garantia de Execução do Contrato será efetuada mediante comunicação escrita dirigida pela SANESUL, conforme o caso, à SPE.

23.12.1. Excetuada a hipótese prevista na Subcláusula 23.11, sempre que for executada a Garantia de Execução do Contrato, a SPE deverá proceder à reposição equivalente ao montante utilizado, no prazo de 15 (quinze) dias úteis a contar da respectiva execução.

23.12.2. Se a Garantia de Execução do Contrato não for suficiente para cobrir o valor de todas as obrigações de pagamento por ela abrangidas, a SPE continuará responsável pela diferença, que poderá ser cobrada por todos os meios em direito admitidos.

23.13. A SPE deverá manter a Garantia de Execução do Contrato durante toda a vigência do Contrato, estando obrigada a renovar o seu prazo de validade antes da ocorrência do respectivo vencimento, e ainda repor os valores porventura utilizados para cobertura de quaisquer obrigações de pagamento abrangidas pela Garantia de Execução do Contrato no prazo de 30 (trinta) dias contados a partir da efetiva utilização, tudo independentemente de prévia notificação para constituição em mora.

23.13.1. A SPE deverá comprovar a renovação da Garantia de Execução do Contrato com 30 (trinta) dias de antecedência do seu término.

23.13.2. Se, após transcurso dos prazos previstos na Subcláusula 23.13, a SPE ainda não tiver sanado todas as irregularidades relacionadas à Garantia de Execução do Contrato, a SANESUL poderá, sem prejuízo da aplicação das penalidades cabíveis, contratar a Garantia de Execução do Contrato em lugar e às expensas da SPE, podendo deduzir o custo desta contratação da Contraprestação.

23.14. A Garantia de Execução do Contrato prestada será restituída ou liberada após a integral execução de todas as obrigações contratuais e comprovação do integral cumprimento de todas as obrigações trabalhistas e previdenciárias da SPE, e, quando em dinheiro, será atualizada monetariamente conforme dispõe o artigo 56, § 4º, da Lei federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

23.15. A SPE permanecerá responsável pelo cumprimento das obrigações contratuais, assim como pelo pagamento de multas e indenizações, independentemente da utilização das Garantias de Execução do Contrato.

CLÁUSULA 24 DIREITOS E OBRIGAÇÕES DOS USUÁRIOS

24.1. Sem prejuízo das demais disposições do Contrato e da legislação aplicável, são direitos dos Usuários:

24.1.1. receber os Serviços de Esgoto em condições adequadas;

- 24.1.2. receber da SPE e da SANESUL as informações necessárias para a defesa dos interesses individuais ou coletivos;
- 24.1.3. comunicar a SANESUL a ocorrência de atos ilícitos ou irregularidades porventura praticados pela SPE ou seus prepostos na execução do Contrato;
- 24.1.4. receber da SPE as informações necessárias à utilização dos Serviços de Esgoto;
- 24.1.5. receber resposta da SANESUL sobre requerimentos formulados perante esta última;
- 24.1.6. ser informados com antecedência razoável a respeito de interrupções programadas dos Serviços de Esgoto;
- 24.1.7. tomar conhecimento com antecedência razoável acerca de alterações no valor das tarifas praticadas pela SANESUL;
- 24.1.8. receber as faturas da SANESUL com antecedência razoável em relação ao respectivo vencimento.
- 24.2. Sem prejuízo das demais disposições do Contrato e da legislação aplicável, são deveres dos Usuários:
- 24.2.1. utilizar os Serviços de Esgoto de forma racional e parcimoniosa, evitando os desperdícios e colaborando com a preservação dos recursos naturais;
- 24.2.2. quando solicitado, prestar as informações necessárias para que os Serviços de Esgoto possam ser oferecidos de forma adequada e racional, responsabilizando-se por qualquer incorreção ou omissão;
- 24.2.3. contribuir para a permanência das boas condições dos sistemas de abastecimento de água e de esgotamento sanitário da Área da Concessão Administrativa e dos demais bens públicos de alguma forma afetados pela prestação dos Serviços de Esgoto;
- 24.2.4. levar ao conhecimento da SPE e da SANESUL as irregularidades de que venham a ter conhecimento, referentes à Concessão Administrativa;
- 24.2.5. executar as atividades que lhe competem e permitir que a SPE realize as ações necessárias nos imóveis por eles ocupados para viabilizar a conexão às redes públicas de esgotamento sanitário, e adotar as providências para que tal conexão

ocorra em prazo não superior a 30 (trinta) dias de sua disponibilização pelo prestador, nos termos do artigo 45 da Lei federal n° 11.445, de 05 de janeiro de 2007;

24.2.6. pagar pontualmente as tarifas de esgoto e demais preços pelos serviços prestados, bem como eventuais multas cobradas pela SANESUL;

24.2.7. permitir a instalação e o acesso aos medidores de água e de esgoto pela SANESUL;

24.2.8. não manipular indevidamente qualquer tubulação, medidor ou outra instalação relativa aos serviços de água e aos Serviços de Esgoto;

24.2.9. cumprir o Regulamento dos Serviços e demais normas aplicáveis, inclusive quanto a despejos industriais;

24.2.10. franquear aos empregados e prepostos da SPE e da SANESUL, desde que devidamente identificados, o acesso aos medidores de consumo de água e outros equipamentos destinados ao mesmo fim, conservando-os limpos, em locais acessíveis, seguros e asseados;

24.2.11. observar e cumprir as normas emitidas pelas autoridades competentes;

24.2.12. consultar a SANESUL, anteriormente à instalação de tubulações internas, quanto ao local do ponto de distribuição de água e de coleta de esgoto;

24.2.13. atender às exigências da SANESUL quanto à realização de pré-tratamento de efluentes de esgoto, quando esses forem incompatíveis com o sistema de esgotamento sanitário, em atendimento ao Regulamento dos Serviços;

24.3. Mediante prévia comunicação ao Usuário e respeitada a antecedência mínima de aviso previsto na legislação pertinente a ser realizado pela SANESUL, a prestação dos Serviços de Esgoto poderá ser suspensa pela SPE, nas hipóteses previstas na Subcláusula 28.1.

CLÁUSULA 25 DIREITOS E OBRIGAÇÕES DA SPE

25.1. Sem prejuízo das demais disposições do Edital e do Contrato, são direitos da SPE:

25.1.1. requerer à SANESUL que adote as providências necessárias junto aos Municípios para a declaração de utilidade pública de imóveis que serão necessários para a execução do objeto do Contrato;

25.1.2. assumir os ativos referentes aos Sistemas de Esgotamento Sanitário implantados pelos empreendedores em parcelamentos de solo, loteamentos e empreendimentos imobiliários de qualquer natureza, situados na Área da Concessão Administrativa que passam a integrar o sistema público de esgotamento sanitário;

25.1.3. deixar de prestar os Serviços de Esgoto ou interromper sua prestação sempre que considerar irregulares, inseguras ou inadequadas as instalações prediais, ou parte delas, que forem feitas ou alteradas pelos Usuários ou terceiros que não a SPE, sem prejuízo de outras hipóteses de interrupção previstas nas normas aplicáveis.

25.1.4. exigir da SANESUL que os Usuários que entreguem seus efluentes de esgoto sem poluentes incompatíveis com o sistema público de esgotamento sanitário, segundo as normas pertinentes.

25.2. Sem prejuízo das demais disposições do Edital e do Contrato, são obrigações da SPE:

25.2.1. manter, durante a execução do Contrato, todas as condições de capacidade técnica, econômica e financeira necessárias à execução do objeto do Contrato, mediante a apresentação de certidões e documentos quando solicitados pela SANESUL;

25.2.2. cumprir e fazer cumprir integralmente o Contrato e, ainda, as determinações da SANESUL editadas a qualquer tempo, garantido o equilíbrio econômico-financeiro do Contrato;

25.2.3. responder, perante a SANESUL e terceiros, por todos os atos e eventos de sua competência, especialmente por eventuais desídias e faltas quanto a obrigações decorrentes da Concessão Administrativa;

25.2.4. cumprir determinações legais quanto à legislação trabalhista, previdenciária, de segurança e medicina do trabalho referentes aos seus empregados;

- 25.2.5. aderir às campanhas educativas, informativas, operacionais e outras, limitadas às áreas vinculadas à Concessão Administrativa, em consonância e de acordo com as diretrizes da SANESUL;
- 25.2.6. manter, para todas as atividades relacionadas à execução de serviços de engenharia, a regularidade perante o Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia - CREA;
- 25.2.7. manter em dia o inventário e o registro dos Bens Afetos;
- 25.2.8. informar a SANESUL e os Usuários a respeito das interrupções programadas dos Serviços de Esgoto e seu restabelecimento, obedecendo as condições e prazos que forem fixados pela SANESUL;
- 25.2.9. publicar, na forma da lei, as demonstrações financeiras e manter os registros contábeis de todas as operações em conformidade com as normas aplicáveis;
- 25.2.10. prestar contas a respeito dos Serviços de Esgoto mediante o envio à SANESUL dos relatórios previstos no Contrato, devendo encaminhar, especialmente, com cópia ao Conselho Gestor do Programa de Parcerias Público-Privadas do Estado do Mato Grosso do Sul, um relatório semestral contendo o detalhamento das atividades desenvolvidas, a análise dos indicadores de resultado, o fluxo de caixa realizado, a taxa interna de retorno, a qualidade do serviço e as receitas obtidas contrapostas às despesas realizadas, conforme os critérios objetivos previamente estabelecidos, explicitando o cumprimento dos Indicadores de Desempenho;
- 25.2.11. manter a SANESUL informada sobre toda e qualquer ocorrência em desconformidade com a operação adequada dos Sistemas de Esgotamento Sanitário, assim considerado o não atendimento das Metas e/ou dos Indicadores de Desempenho;
- 25.2.12. empenhar-se para evitar transtornos à população em geral decorrentes da execução do objeto da Concessão Administrativa, devendo imediatamente após o seu término ou, se possível, ainda quando da sua execução, criar condições para a pronta abertura total ou parcial do trânsito aos veículos e pedestres nas áreas atingidas, de forma que tais locais estejam em perfeitas e adequadas condições de circulação;
- 25.2.13. assegurar a adequada prestação dos Serviços de Esgoto, conforme definido no artigo 6º da Lei federal n.º 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, valendo-

se de todos os meios e recursos à sua disposição, incluindo, e não se limitando a, todos os investimentos necessários para a manutenção dos níveis de serviço;

25.2.14. quando citada ou intimada em qualquer ação judicial ou procedimento administrativo, que possa resultar em responsabilidade da SANESUL, deverá imediatamente informar a SANESUL, inclusive sobre termos e prazos processuais, bem como envidar os melhores esforços na defesa dos interesses comuns, praticando todos os atos processuais cabíveis com esse objetivo;

25.2.15. promover as desapropriações, servidões e direitos de passagem necessários para a prestação dos Serviços de Esgoto, assumindo integralmente o ônus das indenizações até o limite de R\$ 34.982.326,65 (trinta e quatro milhões, novecentos e oitenta e dois mil, trezentos e vinte e seis reais e sessenta e cinco centavos), ressalvada a obrigação da SANESUL de obter a declaração de utilidade pública dos imóveis;

25.2.16. permitir que os encarregados da SANESUL tenham livre acesso às obras, aos equipamentos e às instalações vinculadas à Concessão Administrativa, mediante prévia comunicação;

25.2.17. comunicar à SANESUL e aos órgãos ambientais competentes a respeito de ação ou omissão que venha a ser de seu conhecimento, que provoque contaminação dos recursos hídricos ou que prejudique a prestação dos Serviços de Esgoto, ou ações a ele vinculadas, para que tais autoridades diligenciem as providências cabíveis, sem prejuízo do reequilíbrio econômico-financeiro do Contrato que for cabível;

25.2.18. comunicar à SANESUL as irregularidades cometidas pelos Usuários que vierem a ser de seu conhecimento;

25.2.19. colaborar com as autoridades públicas, nos casos de emergência ou calamidade, que envolvem os Serviços de Esgoto, preservado o equilíbrio econômico-financeiro do Contrato;

25.2.20. obter e manter junto às autoridades competentes as licenças, inclusive as ambientais, necessárias à execução das obras e prestação dos Serviços de Esgoto, sendo ainda responsável pelos respectivos custos, nos termos da Cláusula 14 e da Cláusula 27.

CLÁUSULA 26

DIREITOS E OBRIGAÇÕES DA SANESUL

26.1. Sem prejuízo das demais disposições do Edital e do Contrato, são direitos da SANESUL:

26.1.1 a seu critério, executar vistorias periódicas para verificar as condições das instalações, dos equipamentos, da segurança e do funcionamento do Sistema de Esgotamento Sanitário;

26.1.2 receber, em reversão, os Bens Afetos transferidos à SPE, inclusive as Obras de Responsabilidade da SANESUL, bem como aqueles que vierem a ser adquiridos e/ou construídos pela SPE;

26.1.3 ser indenizada por eventuais prejuízos causados pela SPE em face do descumprimento do Contrato;

26.1.4 alterar unilateralmente o Contrato, mantido o equilíbrio econômico-financeiro;

26.1.5 intervir na Concessão Administrativa nos casos e nas condições previstas na legislação e no Contrato;

26.1.6 extinguir a Concessão Administrativa nos casos e na forma previstos na legislação e no Contrato.

26.2. Sem prejuízo das demais disposições do Edital e do Contrato, são obrigações da SANESUL:

26.2.1. constituir e manter durante todo o prazo de vigência do Contrato, nos termos e condições ora estabelecidos, a Garantia de Adimplemento da SANESUL;

26.2.2. assegurar o cumprimento das obrigações contratuais, preservando os direitos da SPE e dos Usuários;

26.2.3. fiscalizar a boa qualidade dos Serviços de Esgoto, bem como receber e encaminhar queixas e reclamações dos Usuários para a SPE;

26.2.4. acompanhar e apoiar com os melhores esforços a SPE nas ações institucionais junto a órgãos competentes;

26.2.5. fiscalizar e acompanhar o cumprimento de obrigações de natureza contábil, econômica e financeira da SPE;

- 26.2.6. apresentar à SPE os projetos, cronogramas e “as built” das Obras de Responsabilidade da SANESUL, bem como todas as licenças, autorizações pertinentes;
- 26.2.7. estimular o aumento da qualidade e da produtividade dos serviços públicos de abastecimento de água e de esgotamento sanitário, bem como da preservação do meio ambiente, no âmbito da Concessão Administrativa;
- 26.2.8. encaminhar à SPE, para análise e apreciação, no prazo de 10 (dez) dias a contar de seu recebimento, os projetos relativos à implantação de sistemas de abastecimento de água e de esgotamento sanitário em novos loteamentos que se localizem na Área da Concessão Administrativa;
- 26.2.9. informar ao empreendedor do loteamento, quando da solicitação de aprovação de projetos de abastecimento de água e de esgotamento sanitário para novos loteamentos, que todos os custos de implantação dos sistemas de abastecimento de água e de esgotamento sanitário correrão às expensas deste;
- 26.2.10. assegurar à SPE a plena utilização dos Bens Afetos;
- 26.2.11. responsabilizar-se pelas questões relativas a atos ou fatos pertinentes aos Bens Afetos e aos Serviços de Esgoto anteriores à emissão da Ordem de Serviço, ainda que verificados após tal data, sobre os quais não será imputada responsabilidade à SPE;
- 26.2.12. estimular o aumento da qualidade e da produtividade dos Serviços de Esgoto e dos serviços de abastecimento de água, bem como da preservação do meio ambiente, no âmbito da Concessão Administrativa;
- 26.2.13. receber, apurar e resolver queixas e reclamações dos Usuários do Sistema de Esgotamento Sanitário dos Municípios, informando à SPE sobre as ocorrências;
- 26.2.14. manter estrutura suficiente e adequada para atendimento aos Usuários, observadas as disposições do Código de Defesa do Consumidor e outras normas aplicáveis;
- 26.2.15. zelar pela preservação do equilíbrio econômico-financeiro do Contrato;
- 26.2.16. promover as revisões extraordinárias do Contrato, conforme legislação aplicável e o disposto no Contrato;

26.2.17. aplicar as penalidades administrativas cabíveis, no âmbito de sua competência, aos proprietários ou possuidores dos imóveis que se neguem à realização da conexão às redes públicas de abastecimento de água e de esgotamento sanitário, e que estejam utilizando poços e fontes alternativas de água em locais onde houver disponibilidade de sistema público de abastecimento de água e/ou que estejam em desacordo com a legislação aplicável;

26.2.18. quando citada ou intimada em qualquer ação judicial ou processo administrativo, que possa resultar em responsabilidade da SPE, imediatamente comunicar-lhe, inclusive sobre os termos e prazos processuais, bem como comprometer-se a envidar os melhores esforços na defesa dos interesses comuns, praticando todos os atos processuais cabíveis com esse objetivo;

26.2.19. recompor o equilíbrio econômico-financeiro do Contrato para compensar a SPE de todos os desembolsos decorrentes de determinações judiciais, para satisfação de obrigações imputáveis não imputáveis à SPE, inclusive reclamações trabalhistas propostas por empregados ou terceiros vinculados à SANESUL.

CLÁUSULA 27 PROTEÇÃO AMBIENTAL E RECURSOS HÍDRICOS

27.1. Na prestação dos Serviços de Esgoto deverão ser observadas as regras previstas no Edital e no Contrato no tocante à proteção ambiental e de recursos hídricos.

27.2. A SPE é responsável pela obtenção das licenças ambientais necessárias à execução das obras destinadas ao cumprimento das Metas e dos Indicadores de Desempenho, bem como dos Serviços de Esgoto, observado o seguinte:

27.2.1. desde que comprovado que foram cumpridas suas obrigações, nos termos do Contrato, a SPE não será penalizada pelo descumprimento e/ou pelo atraso no cumprimento das Metas e/ou dos Indicadores de Desempenho e outras obrigações do Contrato sob sua responsabilidade contratual em razão da demora dos órgãos públicos que resulte na não obtenção tempestiva das licenças ambientais e das outorgas de uso dos recursos hídricos de que trata esta Cláusula;

27.2.2. a SANESUL, na hipótese prevista na Subcláusula 27.2.1, deferirá prorrogação de prazos para o cumprimento das Metas e dos Indicadores de Desempenho previstos no Contrato.

27.3. O ônus decorrente do atendimento das condicionantes ambientais das licenças ambientais existentes na data de emissão da Ordem de Serviço e daquelas a serem expedidas pelos órgãos ambientais, correrá à custa da SPE até o limite de 2% (dois por cento) do valor estimado do Contrato previsto na Subcláusula 7.1.

27.4. A SPE deverá se submeter às medidas adotadas pelas autoridades com poder de fiscalização referente a meio ambiente e recursos hídricos, no âmbito das respectivas competências, respeitado o equilíbrio econômico-financeiro do Contrato, especialmente quando as medidas não estiverem previstas no Edital e no Contrato.

27.5. A SPE estará isenta de responsabilidade pelo passivo ambiental, inclusive em relação a recursos hídricos, quando tal passivo, ainda que verificado após a assunção dos Sistemas de Esgotamento Sanitário:

27.5.1. seja originado de atos ou fatos ocorridos anteriormente à essa data, independentemente de quando o passivo for verificado;

27.5.2. seja originado de atos ou fatos ocorridos em razão do cumprimento, pela SPE, de determinações emanadas, por escrito, da SANESUL ou de qualquer outra autoridade;

27.5.3. decorra de determinação de autoridade para adaptação à legislação pertinente, em prazos ou condições diferentes dos prazos e metas fixados para a Concessão Administrativa.

27.6. Nas hipóteses previstas nas Subcláusulas 27.5.2 e 27.5.3, o Contrato será revisto, caso seu equilíbrio econômico-financeiro venha a ser afetado.

27.7. No caso de a SPE vir a responder judicialmente por eventos previstos nesta Cláusula, deverá a SPE denunciar à lide a SANESUL ou terceiros responsáveis pelo dano causado.

27.8. O disposto na Subcláusula 27.5 não se aplicará nas hipóteses de danos ambientais aparentes ou, ainda que ocultos, quando a SPE tenha sido devidamente cientificada a respeito previamente à data de entrega da Proposta Comercial, bem como nas hipóteses em que houver concorrência de culpa na ocorrência dos danos causados ou negligência por parte da SPE em saná-los.

CLÁUSULA 28 EXCLUDENTES DE RESPONSABILIDADE DA SPE

28.1. Sem prejuízo das demais situações excludentes de responsabilidade da SPE previstas na Cláusula 20 e demais disposições deste Contrato, que ensejam a readequação do equilíbrio econômico-financeiro do Contrato e não aplicação de sanções e Indicadores de Desempenho, não se caracteriza como descumprimento do Contrato a interrupção dos Serviços de Esgoto pela SPE em situação de emergência que atinja a segurança de pessoas e bens ou, ainda, nas seguintes hipóteses:

28.1.1. necessidade de efetuar reparos, modificações ou melhoria de qualquer natureza em algum dos Sistemas de Esgotamento Sanitário;

28.1.2. negativa do Usuário em permitir a instalação do dispositivo de medição, após ter sido previamente notificado a respeito;

28.1.3. manipulação indevida de qualquer tubulação, medidor ou outra instalação da SPE e/ou integrante dos Sistemas de Esgotamento Sanitário por parte do Usuário;

28.1.4. outras hipóteses de interrupção dos serviços autorizadas no Regulamento dos Serviços e na legislação aplicável.

28.2. Ressalvadas as hipóteses de interrupção emergencial, as interrupções programadas deverão ser divulgadas com antecedência mínima determinada pela SANESUL ou pela legislação aplicável.

28.2.1. A ocorrência de quaisquer dos eventos previstos nesta Cláusula deverá ser imediatamente comunicada pela SPE à SANESUL, informando as medidas que estiverem sendo adotadas para reduzir ou superar os impactos deles decorrentes, sendo que, no caso de interrupção motivada por razões de ordem técnica, deverá ser a SANESUL previamente comunicada.

CLÁUSULA 29 CONTRATOS COM TERCEIROS

29.1. Sem prejuízo de suas responsabilidades, a SPE poderá prestar serviços relevantes para o desenvolvimento de atividades inerentes, acessórias ou complementares aos Serviços de Esgoto, bem como a implantação de projetos associados, desde que não ultrapassem o prazo da Concessão Administrativa e que não afetem a qualidade da prestação dos Serviços de Esgoto.

29.2. O fato da contratação de terceiros ser de conhecimento da SANESUL não poderá ser alegado pela SPE para eximir-se do cumprimento, total ou parcial, de suas obrigações decorrentes deste Contrato e seus anexos, ou justificar qualquer atraso ou inadimplemento.

29.3. Os contratos firmados entre a SPE e terceiros se regerão pelas normas de direito privado, não estabelecendo nenhuma relação de qualquer natureza entre os terceiros e a SANESUL.

29.4. A SPE deverá exigir dos terceiros contratados a comprovação de regularidade dos recolhimentos fiscais e previdenciários, bem como do cumprimento das obrigações trabalhistas, mantendo tais documentos sob sua guarda e responsabilidade.

29.5. Fica vedada a contratação de pessoas jurídicas ou físicas que estejam cumprindo pena de suspensão temporária de participação em licitação e/ou impedimento de contratar com a SANESUL, bem como aquelas declaradas inidôneas para licitar ou contratar com a Administração Pública.

CLÁUSULA 30 FISCALIZAÇÃO

30.1. Sem prejuízo da fiscalização dos serviços realizada pelos órgãos reguladores e fiscalizadores diretamente perante a SANESUL, esta última exercerá fiscalização sobre as atividades realizadas na execução do Contrato, determinando a execução de atos ou a suspensão daqueles que, comprovadamente, estejam sendo realizados em desconformidade com as Metas e os Indicadores de Desempenho, com o previsto no Contrato.

30.2. A SANESUL comunicará previamente à SPE sobre a composição da equipe indicada para exercer a fiscalização da Concessão Administrativa.

30.3. Para efeito de fiscalização a SPE fica obrigada a:

30.3.1. prestar informações e esclarecimentos requisitados pela SANESUL, garantindo-lhe o acesso, a qualquer tempo, a todas as dependências dos Sistemas de Esgotamento Sanitário;

30.3.2. atender às reclamações, exigências ou observações feitas pela SANESUL, conforme os prazos fixados em cada caso;

30.3.3. reportar por escrito à SANESUL, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidentes que se verifiquem nos Sistemas de Esgotamento Sanitário, independentemente de comunicação verbal, que deve ser imediata;

30.3.4. fornecer à SANESUL todos e quaisquer documentos e informações pertinentes à Concessão Administrativa, facultando a fiscalização e a realização de auditorias;

30.3.5. disponibilizar as informações por meio eletrônico acessível remotamente pela SANESUL, quando a SANESUL disponibilizar sistema automatizado de gerenciamento das informações;

30.3.6. manter cadastro atualizado, conferindo livre acesso, por parte da SANESUL, aos dados, livros, registros e documentos relacionados à Concessão Administrativa.

30.4. Para exercer completa fiscalização sobre a SPE, a SANESUL terá amplos poderes, inclusive para:

30.4.1. exigir da SPE a estrita obediência às especificações e normas contratuais;

30.4.2. rejeitar ou sustar qualquer serviço em execução que ponha em risco a segurança, a ordem pública, e bens de terceiros.

30.5. A SPE é obrigada, nos termos do Contrato, a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, as obras e os serviços pertinentes à Concessão Administrativa em que a fiscalização verifique, de forma justificada, a falta de segurança em sua execução, vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou de materiais empregados, nos prazos fixados pela SANESUL, de acordo com as atividades exercidas por força do Contrato, na estrita medida de sua ingerência, utilização e atuação, nos termos do Contrato.

30.6. Previamente à reparação, correção, remoção, reconstrução ou substituição das obras e serviços, a SPE poderá apresentar manifestação à SANESUL apontando contrarrazões contra a determinação desta última, no prazo de até 15 (quinze) dias de tal decisão.

30.6.1. Se a SANESUL não rever a sua determinação, essa deverá ser cumprida, sob pena de aplicação das sanções previstas no Contrato, conforme procedimento previsto na Cláusula 31.

CLÁUSULA 31 SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

31.1. A falta de cumprimento, por parte da SPE, de qualquer cláusula ou condição do Contrato ensejará a aplicação, pela SANESUL, das seguintes penalidades, isolada ou cumulativamente, nos termos da legislação aplicável, observado o princípio da proporcionalidade:

31.1.1 advertência;

31.1.2 multa;

31.1.3 caducidade.

31.2. As multas, respeitados os limites estabelecidos na Subcláusula 31.14, serão aplicadas pela SANESUL, segundo a gravidade da infração cometida.

31.3. O processo da aplicação de penalidades tem início com a lavratura do Auto de Inexecução respectivo pela fiscalização, que tipificará com precisão a infração cometida e a norma violada, para fins de aplicação da respectiva penalidade.

31.4. Lavrado o Auto de Inexecução, a SPE será intimada para apresentar defesa no prazo de 15 (quinze) dias.

31.5. Recebida a defesa, os autos serão encaminhados pela fiscalização à SANESUL, devidamente instruídos, para decisão.

31.6. A decisão proferida pela SANESUL a respeito da defesa apresentada pela SPE deverá ser motivada e fundamentada, apontando-se os elementos contemplados ou não em tal defesa.

31.7. Da decisão que confirmar a penalidade caberá recurso voluntário, no prazo de 15 (quinze) dias, contados da intimação, para a autoridade competente.

31.8. Mantido o Auto de Inexecução após o recurso, a SPE será notificada a respeito, devendo a penalidade ser imposta em observância ao seguinte:

31.8.1. no caso de advertência, ela será anotada nos registros da SPE perante a SANESUL;

31.8.2. em caso de multa, as importâncias respectivas deverão ser pagas pela SPE em 30 (trinta) dias a partir da decisão final no âmbito da SANESUL;

31.8.3. a caducidade ocorrerá na forma da Cláusula 37.

31.9. A aplicação das penalidades previstas no Contrato e o seu cumprimento não prejudicam, de nenhum modo, a aplicação de outras sanções previstas na legislação.

31.10. As importâncias pecuniárias resultantes da aplicação das multas serão revertidas à SANESUL.

31.11. Sem prejuízo das demais situações de não cumprimento do Contrato que poderão ser verificadas ao longo do período da Concessão Administrativa, serão penalizadas, observando as demais disposições deste Contrato, nos valores a seguir explicitados, as seguintes irregularidades:

31.11.1. não contratação de seguros exigidos no Contrato: multa de R\$ 4.000,00 (quatro mil reais);

31.11.2. não atendimento da meta prevista no Termo de Referência: multa de 2% (dois por cento) sobre a média do faturamento mensal dos 6 (seis) meses anteriores à data da infração;

31.11.3. não constituição, recomposição ou manutenção da Garantia de Execução do Contrato exigida no Contrato: multa de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais).

31.12. As demais multas a serem aplicadas pela SANESUL, observada a escala explicitada na Subcláusula 31.15 do Contrato, deverão ser avaliadas tendo como valor mínimo possível R\$ 4.000,00 (quatro mil reais) e valor máximo permitido R\$ 70.000,00 (setenta mil reais).

31.13. O não pagamento de qualquer multa prevista nesta Cláusula implicará a incidência de correção monetária, de acordo com a variação do índice aplicado no reajuste da Contraprestação, e juros de 1% (um por cento) ao mês *pro rata die*, até o limite máximo admitido em lei.

31.14. A somatória das multas aplicadas pela SANESUL a cada mês não poderá exceder a 20% (vinte por cento) do montante total da arrecadação da SPE no último mês anterior à ocorrência da infração.

31.15. Com vistas ao princípio da proporcionalidade, a gradação das sanções observará a seguinte escala das infrações:

31.15.1. Leve, quando decorrer de condutas involuntárias, perfeitamente remediáveis ou escusáveis da SPE e das quais ela não se beneficie, hipótese em que será aplicável a advertência;

31.15.2. Média, quando decorrer de conduta voluntária, mas remediável, ou ainda efetuada pela primeira vez pela SPE, sem a ela trazer qualquer benefício ou proveito;

31.15.3. Grave, quando a SANESUL constatar a ocorrência de um dos seguintes fatores:

- a) ter a SPE agido com má-fé;
- b) decorrer da infração benefício direto ou indireto para a SPE;
- c) for a SPE mais de uma vez reincidente em infração de gravidade média;
- d) ter a SPE prejudicado a execução do Contrato, sem possibilidade de remediação; ou
- e) ter a SPE causado prejuízo econômico significativo para a SANESUL.

31.15.4. Gravíssima, quando a SANESUL constatar que o comportamento da SPE reveste-se de grande lesividade ao interesse público, por prejudicar, efetiva ou potencialmente, a vida ou a incolumidade física dos Usuários, a saúde pública, o meio ambiente, o erário público ou a própria execução do Contrato.

CLÁUSULA 32 DESAPROPRIAÇÕES

32.1. Caberá à SPE promover as respectivas desapropriações, instituir servidões administrativas, propor limitações administrativas e realizar ocupações provisórias dos bens imóveis necessários à realização das obras, serviços e atividades relativos à execução do objeto da Concessão Administrativa.

32.2. Os ônus decorrentes das desapropriações ou da imposição de servidões administrativas, seja por acordo, seja pela propositura de ações judiciais, bem como os custos referentes a ocupações provisórias ou estabelecimento de limitações

administrativas de caráter geral, correrão às custas da SPE até o limite de R\$ 34.982.326,65 (trinta e quatro milhões, novecentos e oitenta e dois mil, trezentos e vinte e seis reais e sessenta e cinco centavos), cabendo recomposição do equilíbrio econômico-financeiro do Contrato se for ultrapassado esse limite.

32.3. Mediante solicitação da SPE, caberá à SANESUL adotar todas as providências junto ao Município competente para que este último emita as declarações de utilidade pública e as autorizações referentes aos bens imóveis, bem como assegurar que o Município competente autorize a SPE a realizar as desapropriações, instituir servidões administrativas, propor limitações administrativas ou realizar ocupações provisórias.

32.3.1. Se houver necessidade de desapropriação ou instituição de servidão administrativa, competirá à SPE indicar para a SANESUL, de forma justificada e com antecedência mínima de 70 (setenta) dias, as áreas necessárias à execução do objeto da Concessão Administrativa, devendo a SANESUL garantir que o Município competente as declare de utilidade pública, nos termos da Subcláusula 32.3.

32.4. Caso a SANESUL e/ou o Município competente não promova as medidas que lhes competem em relação às desapropriações ou servidões administrativas necessárias à execução dos Serviços de Esgoto, nos termos desta Cláusula, os prazos referentes às obrigações, as Metas e aos Indicadores de Desempenho da SPE diretamente impactados serão revistos, desde que se demonstre que a inércia daqueles primeiros interferiu no cumprimento de obrigações, Metas e/ou Indicadores de Desempenho pela SPE, sem prejuízo do direito à revisão contratual caso rompido o equilíbrio econômico-financeiro, além de não lhe serem imputadas penalidades diretamente decorrentes dessa inércia.

CLÁUSULA 33 INTERVENÇÃO

33.1. A SANESUL poderá, sem prejuízo das penalidades cabíveis e das responsabilidades incidentes, em caráter excepcional, intervir na Concessão Administrativa, a qualquer tempo, para assegurar a adequação na prestação dos serviços, bem como o fiel cumprimento pela SPE das normas contratuais, regulamentares e legais pertinentes, somente nos casos em que considerar que tais descumprimentos afetem substancialmente a capacidade da SPE na execução dos serviços previstos no Contrato.

33.2. A intervenção será decretada pela SANESUL, que designará o interventor, o prazo de duração, os objetivos e os limites da medida, inclusive territoriais.

33.3. No prazo de até 30 (trinta) dias contados da declaração de intervenção, a SANESUL deverá instaurar o competente procedimento administrativo para comprovar as causas determinantes da medida e apurar responsabilidades, assegurando à SPE o direito ao contraditório e à ampla defesa.

33.4. O procedimento administrativo deverá ser concluído no prazo de até 180 (cento e oitenta dias), sob pena de considerar-se inválida a intervenção.

33.5. Será declarada nula a intervenção se ficar comprovado que não foram observados os pressupostos legais e regulamentares para sua decretação, devendo o serviço e os bens vinculados à Concessão Administrativa retornar imediatamente à SPE, sem prejuízo da prestação de contas por parte do interventor e da recomposição do equilíbrio econômico-financeiro do Contrato para indenização porventura cabível.

33.6. O interventor deverá observar o pagamento dos financiamentos contraídos para cumprir obrigações de investimento previstas no Contrato.

33.7. Caberá ao interventor decidir pela manutenção ou não dos pagamentos decorrentes de outras obrigações contraídas pela SPE anteriormente à intervenção, quando considerá-las indispensáveis à continuidade da prestação do serviço concedido.

33.8. Se as receitas da Concessão Administrativa não forem suficientes para cobrir as despesas necessárias à continuidade do serviço concedido, a SANESUL poderá executar a Garantia de Execução do Contrato para obter os recursos faltantes.

33.9. Como resultado da intervenção poderá ser considerada extinta a Concessão Administrativa, obedecendo-se ao disposto nas cláusulas anteriores.

CLÁUSULA 34 EXTINÇÃO DA CONCESSÃO ADMINISTRATIVA

34.1. Extingue-se a Concessão Administrativa, e consequentemente o Contrato, por:

34.1.1. advento do término do prazo contratual;

34.1.2. encampação;

34.1.3. caducidade;

34.1.4. rescisão;

34.1.5. falência ou extinção da SPE;

34.1.6. anulação decorrente de vício ou irregularidade constatados no procedimento ou no ato de sua outorga.

34.2. A exclusão ou retirada de um ou mais Municípios da Área da Concessão Administrativa, em virtude da extinção da gestão associada para a prestação e/ou regulação e fiscalização dos serviços de esgotamento sanitário firmada entre o Estado do Mato Grosso do Sul, o Município, a SANESUL e/ou a AGEPA, por qualquer motivo, inclusive eventual anulação, implicará a revisão do equilíbrio econômico-financeiro do Contrato ou sua extinção, conforme acordado de comum acordo pelas Partes.

34.3. Caso as Partes não acordarem no prazo de até 180 (cento e oitenta) dias a contar da exclusão ou retirada de que trata a Subcláusula 34.2, qualquer das Partes poderá submeter a controvérsia à arbitragem, na forma do Contrato.

34.4. Extinta a Concessão Administrativa por qualquer motivo, retornam à SANESUL todos os Bens Afetos, livres e desembaraçados de quaisquer ônus ou encargos, inclusive sociais e trabalhistas, direitos e privilégios transferidos à SPE, conforme estabelecido neste Contrato.

34.5. No caso de extinção da Concessão Administrativa, a SANESUL poderá:

34.5.1. assumir a prestação dos Serviços de Esgoto, no local e no estado em que se encontrar;

34.5.2. tomar posse e utilizar os locais, instalações, equipamentos, materiais e recursos humanos empregados na execução dos Serviços de Esgoto, necessários à sua continuidade;

34.5.3. reter e executar as garantias contratuais, para recebimento de multas administrativas e ressarcimento de prejuízos causados pela SPE;

34.5.4. aplicar as penalidades cabíveis.

34.6. Em qualquer dos casos de extinção da Concessão Administrativa em que seja necessário apurar o valor da indenização, deverá ser contratada empresa de

consultoria especializada, a ser escolhida pela SANESUL em até 10 (dez) dias contados da notificação da SPE acompanhada de lista indicando 3 (três) empresas, com a qualificação completa, credenciais e responsáveis técnicos.

34.6.1. Os custos decorrentes da contratação da empresa de consultoria serão arcados pela SPE.

34.6.2. No caso de inércia da SANESUL na escolha da empresa de consultoria no prazo indicado acima, caberá à SPE realizar tal escolha.

CLÁUSULA 35 ADVENTO DO TERMO CONTRATUAL

35.1. A Concessão Administrativa extingue-se quando se verificar o término do prazo de sua duração, terminando, por consequência, as relações contratuais entre as Partes, com exceção daquelas expressamente previstas no Contrato.

35.2. Verificando-se o advento do término do prazo contratual, a SPE será inteira e exclusivamente responsável pelo encerramento de quaisquer contratos de que seja parte, não assumindo a SANESUL qualquer responsabilidade quanto aos mesmos.

35.3. Em caso de término da Concessão Administrativa por advento do prazo contratual, todos os Bens Afetos retornarão à posse da SANESUL, assim como o exercício integral de direitos e privilégios que voltarão a ser privativos da SANESUL.

35.4. Até 12 (doze) meses antes da data do término de vigência contratual, a SANESUL estabelecerá, em conjunto com a SPE, programa de desmobilização operacional, a fim de definir as regras e procedimentos para a assunção da operação pela SANESUL, ou por terceiro autorizado.

35.5. A reversão, no advento do término do prazo contratual, far-se-á sem direito à indenização das parcelas dos investimentos vinculados aos bens ainda não amortizados.

35.5.1. Em caso de prorrogação do prazo da Concessão Administrativa, com a realização de novos investimentos, esses deverão ser, igualmente, amortizados durante o novo prazo, aplicando-se o disposto acima.

35.5.2. Excetuam-se do disposto nesta Subcláusula 35.5 os bens ou investimentos que tenham sido realizados adicionalmente por solicitação expressa da SANESUL.

CLÁUSULA 36 ENCAMPAÇÃO

36.1. A SANESUL poderá, durante a vigência da Concessão Administrativa, promover a retomada dos Serviços de Esgoto, por motivo de interesse público ou conveniência administrativa devidamente justificada em processo administrativo, garantindo-se o devido processo legal, após prévio pagamento, à SPE, da indenização estabelecida no Contrato.

36.2. Em caso de encampação, a SPE terá direito à indenização paga previamente, nos termos dos artigos 36 e 37 da Lei federal 8.987, de 13 de fevereiro de 1995.

36.3. Na ocorrência de extinção da Concessão Administrativa por encampação, a SANESUL poderá, se aplicável, (i) subrogar-se no(s) contrato(s) de financiamento responsabilizando-se pelos saldos remanescentes assumidos pela SPE com instituições financeiras ou (ii) computar o valor dos débitos remanescentes na indenização a ser paga pela SANESUL nos termos da Subcláusula 36.1 acima.

36.4. A indenização devida à SPE no caso de encampação poderá ser paga pela SANESUL diretamente aos financiadores da SPE, se aplicável, e tal valor deverá ser descontado do montante total da indenização devida à SPE.

36.5. As multas, indenizações e quaisquer outros valores devidos pela SPE à SANESUL serão descontados da indenização prevista para o caso de encampação.

36.6. A SANESUL, previamente à encampação da Concessão Administrativa, procederá aos levantamentos e avaliações necessários à determinação do montante da indenização eventualmente devida à SPE, que incluirá:

36.6.1. os investimentos realizados pela SPE que ainda não estiverem depreciados ou amortizados, devidamente corrigidos monetariamente nos mesmos moldes aplicáveis ao reajuste da Contraprestação, desde a sua realização até o pagamento de indenização;

36.6.2. os custos oriundos da rescisão antecipada de contratos mantidos entre a SPE e terceiros diretamente relacionados às obras ou aos serviços objeto do Contrato, corrigidos monetariamente nos mesmos moldes aplicáveis ao reajuste da Contraprestação, desde a data de sua realização até a data do pagamento da indenização;

36.6.3. caso não incida a hipótese de subrogação prevista na Subcláusula 36.3, os custos incorridos pela SPE com a rescisão antecipada de contratos de financiamento, corrigidos monetariamente nos mesmos moldes aplicáveis ao reajuste da Contraprestação, desde a data de sua realização até a data do pagamento da indenização;

36.6.4. lucros cessantes.

36.7. Eventuais discordâncias entre as Partes em relação ao cálculo da indenização realizado pela empresa de consultoria especializada serão submetidas à Comissão Técnica, sendo que, na falta de consenso entre os seus membros, qualquer das Partes poderá recorrer à arbitragem.

CLÁUSULA 37 CADUCIDADE

37.1. Nas situações enumeradas pela Lei federal nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, a SANESUL poderá declarar a caducidade da Concessão Administrativa, em processo administrativo, garantindo-se o devido processo legal, depois de esgotadas as possibilidades de solução previstas no Contrato, sem prejuízo das aplicações das sanções contratuais, respeitadas as disposições desta Cláusula e as normas convencionadas entre as Partes.

37.2. A declaração de caducidade da Concessão Administrativa deverá ser precedida da verificação da efetiva inadimplência da SPE em processo administrativo conduzido pela SANESUL, assegurando-se à SPE o direito de ampla defesa e contraditório, nos termos do procedimento previsto na Cláusula 31 do Contrato.

37.2.1. Não será instaurado processo administrativo de inadimplência para a declaração de caducidade antes de a SPE ter sido prévia e detalhadamente comunicada a respeito das infrações contratuais praticadas, devendo ser-lhe concedido prazo razoável, não inferior a 30 (trinta) dias, para corrigir as falhas e transgressões apontadas, observadas as condições previstas no Contrato.

37.3. Instaurado o processo administrativo e comprovada a inadimplência, a caducidade será declarada pela SANESUL, independentemente de indenização prévia, calculada no decurso do processo.

37.4. A decretação da caducidade implicará a imissão imediata, pela SANESUL, da posse de todos os bens, e não acarretará, para a SANESUL, qualquer espécie de

responsabilidade em relação a ônus, encargos, obrigações ou compromissos com terceiros assumidos pela SPE, notadamente em relação a obrigações de natureza trabalhista, tributária e previdenciária.

37.5. Na ocorrência de extinção da Concessão Administrativa por caducidade, a indenização à SPE obedecerá ao disposto no parágrafo 5º do artigo 38 da Lei federal nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, isto é, a reversão far-se-á com a indenização das parcelas dos investimentos vinculados a bens reversíveis, ainda não amortizados ou depreciados, que tenham sido realizados com o objetivo de garantir a continuidade e atualidade do serviço concedido corrigidos monetariamente nos mesmos moldes aplicáveis ao reajuste da Contraprestação, desde a sua realização até o pagamento de indenização, a ser calculada pela empresa de consultoria de que trata a Subcláusula 34.6.

37.6. Eventuais discordâncias entre as Partes em relação ao cálculo da indenização realizado pela empresa de consultoria especializada serão submetidas à Comissão Técnica, sendo que, na falta de consenso entre os seus membros, qualquer das Partes poderá recorrer à arbitragem.

CLÁUSULA 38 RESCISÃO

38.1. A SPE somente poderá se desvincular das obrigações assumidas no Contrato, no caso de inadimplência da SANESUL, após decretada judicialmente a sua rescisão.

38.2. A indenização devida à SPE, no caso de rescisão judicial do Contrato por culpa da SANESUL, será equivalente àquela devida na hipótese de encampação, e será calculada da mesma forma, podendo, se for o caso, ser paga diretamente aos financiadores da SPE.

CLÁUSULA 39 FALÊNCIA OU EXTINÇÃO DA SPE

39.1. A Concessão Administrativa será extinta caso a SPE tenha sua falência decretada, por sentença transitada em julgado, ou extinção da SPE.

39.2. A indenização devida pela SANESUL, no caso previsto nesta cláusula, será calculada pela SANESUL tomando como base os investimentos realizados pela SPE, que ainda não tenham sido depreciados ou amortizados, no curso do Contrato,

corrigidos monetariamente nos mesmos termos do reajuste, desde a data do investimento até a data do pagamento da indenização.

39.3. Decretada a falência, a SANESUL imitar-se-á na posse de todos os Bens Afetos e assumirá imediatamente a execução do objeto do Contrato.

39.4. É facultado à SANESUL atuar preventivamente, por meio da adoção de mecanismos de acompanhamento periódico da situação econômico-financeira da SPE, para assegurar a manutenção das condições de habilitação e qualificação exigidas durante o procedimento licitatório.

39.5. Não será realizada partilha do eventual acervo líquido da SPE extinta entre seus acionistas, antes do pagamento de todas as obrigações perante a SANESUL, e sem a emissão de auto de vistoria pela SANESUL que ateste o estado em que se encontram os Bens Afetos.

CLÁUSULA 40 ANULAÇÃO

40.1. A anulação do Contrato ocorrerá caso se verifique ilegalidade no processo licitatório, em sua formalização ou em cláusula considerada essencial que comprometa a execução do objeto, instaurado o devido processo administrativo, iniciado a partir da respectiva notificação emitida pela SANESUL à SPE, garantidos o contraditório e a ampla defesa.

40.2. A anulação será declarada mediante justificativa escrita e fundamentada da autoridade da SANESUL.

40.3. Na hipótese de anulação do Contrato cujo motivo não seja imputável à SPE, a SANESUL responsabilizar-se-á por eventuais indenizações, a serem devidas nos moldes da rescisão por encampação, sendo-lhes ressarcidos os prejuízos que comprovadamente houver sofrido, tendo ainda direito a:

40.3.1. devolução da Garantia de Execução do Contrato;

40.3.2. pagamentos devidos pela execução do Contrato até a data da anulação, incluindo principal, juros, multas e outros acessórios;

40.3.3. sub-rogação, pela SANESUL, dos saldos remanescentes assumidos pela SPE com os financiadores, ou, a critério da SANESUL, indenização à SPE;

40.3.4. custo de desmobilização, incluindo o valor de todos os encargos e ônus decorrentes de multas, rescisões e indenizações devidas a empregados, fornecedores e outros terceiros credores da SPE a qualquer título.

40.4. Declarada a anulação da Concessão Administrativa, retornam à SANESUL os Bens Afetos, direitos e privilégios vinculados aos ativos autorizados ao uso/acesso à SPE, ou por ela implantados, no âmbito da Concessão Administrativa.

40.5. A reversão será automática, com os bens em condições normais de operação, utilização e manutenção e livres de quaisquer ônus ou encargos.

40.6. Eventuais discordâncias entre as Partes em relação ao cálculo da indenização realizado pela empresa de consultoria especializada serão submetidas à Comissão Técnica, sendo que, na falta de consenso entre os seus membros, qualquer das Partes poderá recorrer à arbitragem.

CLÁUSULA 41 REVERSÃO DE BENS

41.1. Extinta a Concessão Administrativa, retornam automaticamente à SANESUL os Bens Afetos, nas condições estabelecidas no Contrato.

41.2. Para os fins previstos nesta Subcláusula 41.1, obriga-se a SPE a reverter à SANESUL os Bens Afetos, livres e desembaraçados de quaisquer ônus ou encargos, devendo estar em condições normais de operacionalidade, utilização e manutenção, ressalvado o normal desgaste resultante do seu uso e operação.

41.3. Em qualquer caso de extinção da Concessão Administrativa, a SPE deverá elaborar um inventário completo de todos os bens vinculados à Concessão Administrativa, observadas as normas contábeis vigentes, e entregá-lo à SANESUL no prazo a ser acordado entre as Partes, realizando a reversão dos bens conforme a regulamentação da SANESUL.

41.4. Até 6 (seis) meses antes da extinção da Concessão Administrativa por advento do termo, a SPE deverá promover, em conjunto com equipes técnicas da SANESUL, do cumprimento da Subcláusula 41.3.

41.5. Nas demais hipóteses de extinção da Concessão Administrativa, em até 15 (quinze) dias contados da notificação enviada pela SPE à SANESUL, será promovida uma vistoria prévia dos Bens Afetos pela SPE e pela SANESUL e elaborado o Termo

de Reversão dos Bens Afetos, com a indicação do seu estado de conservação, o qual deverá ser assinado pela SPE e SANESUL.

41.6. Na hipótese de omissão da SANESUL em relação à realização da vistoria e/ou à emissão do Termo de Reversão dos Bens Afetos acima citado, ter-se-ão como revertidos os Bens Afetos no 16º (décimo sexto) dia seguinte à notificação encaminhada pela SPE à SANESUL indicando tal reversão.

41.7. Caso os Bens Afetos não se encontrem em condições adequadas quando de sua devolução conforme previsto nesta Cláusula, a SPE deverá indenizar a SANESUL, no montante a ser calculado pelas Partes, conferindo-se a ampla defesa e participação da SPE.

41.8. Para fins de recebimento da indenização, a SANESUL poderá, ainda, reter os pagamentos ainda devidos à SPE ou executar a Garantia de Execução do Contrato.

41.9. Caso o montante da Garantia de Execução do Contrato seja insuficiente para atender o cumprimento da obrigação prevista na Subcláusula 41.8, a SANESUL poderá descontar seus créditos do valor da indenização devida à SPE, por força da extinção da Concessão Administrativa.

CLÁUSULA 42 PROPRIEDADE DO PROJETO, SISTEMAS OPERACIONAIS, DOCUMENTAÇÃO TÉCNICA E DOS DIREITOS RELATIVOS AO SISTEMA DE ESGOTAMENTO SANITÁRIO

42.1. Todos os projetos e documentação técnica, relacionados com as especificações técnicas previstas no Contrato e seus anexos, serão entregues à SANESUL, respeitados os direitos de propriedade industrial.

42.2. A documentação técnica apresentada à SPE é de propriedade da SANESUL, sendo vedada sua utilização pela SPE para outros fins que não os previstos no Contrato. A SPE deverá manter rigoroso sigilo a respeito da documentação assim recebida.

CLÁUSULA 43 COMUNICAÇÃO

43.1. Todas as comunicações recíprocas, relativas ao Contrato, serão consideradas como efetuadas, se entregues por correspondência endereçada como segue:

43.1.1. SANESUL: [completar]

43.1.2. SPE: [completar]

43.2. A entrega de qualquer correspondência, inclusive a que encaminha documentos, será feita por portador, com protocolo de recebimento, ou por correspondência com Aviso de Recebimento - AR.

43.2.1. Em qualquer dos casos, deverá sempre constar o número do Contrato, o assunto, a data de recebimento e o nome do remetente.

43.3. Todas as comunicações relativas ao Contrato deverão ser respondidas no prazo máximo de 30 (trinta) dias.

CLÁUSULA 44 CONTAGEM DOS PRAZOS

44.1. Os prazos estabelecidos em dias, neste Contrato, contar-se-ão em dias corridos, salvo se estiver expressamente feita referência a dias úteis, excluindo-se o primeiro dia e contando-se o último.

CLÁUSULA 45 COMISSÃO TÉCNICA

45.1. Para a solução de eventuais divergências de natureza técnica, econômica ou relativa às Metas e aos Indicadores de Desempenho, incluindo aquelas relativas ao cálculo de tais indicadores, será constituída, pelas Partes, nos 15 (quinze) dias seguintes à formalização da divergência, uma Comissão Técnica, composta por 3 (três) membros, todos com conhecimento na matéria e indicados da seguinte forma:

45.1.1. Um membro pela SANESUL;

45.1.2. Um membro pela SPE;

45.1.3. Um membro especialista comprovado na matéria objeto da divergência, que será escolhido de comum acordo entre as Partes, na época da divergência, no prazo máximo de 15 (quinze) dias previsto no “caput”.

45.2. O procedimento para solução de divergências iniciar-se-á mediante a comunicação, pela Parte que solicitar o pronunciamento da Comissão Técnica, à outra Parte, de sua solicitação, fornecendo cópia de todos os documentos ligados ao objeto da divergência levantada.

45.3. No prazo de 15 (quinze) dias a contar do recebimento da comunicação referida no item anterior, a Parte reclamada apresentará as suas alegações relativamente à questão formulada, encaminhando à Comissão Técnica cópia de todos os documentos apresentados por ambas as Partes.

45.4. A Comissão Técnica terá o prazo de 60 (sessenta) dias a contar da data da sua constituição, se outro prazo não for estabelecido pelas Partes, de comum acordo, e aceito pela Comissão Técnica, para discutir a divergência e, se for o caso, emitir o parecer com as respectivas deliberações.

45.5. Os pareceres da Comissão Técnica somente serão emitidos se houver consenso de todos os seus membros, caso em que a solução amigável proposta pela Comissão Técnica deverá ser incorporada ao Contrato mediante assinatura de termo aditivo.

45.6. Caso não haja consenso entre os membros da Comissão Técnica, nenhum parecer será emitido, sendo produzida nota relatando os posicionamentos dos membros da comissão, e a matéria objeto de discussão poderá ser submetida à arbitragem.

45.7. Cada Parte arcará com os custos e despesas próprios necessários ao funcionamento da Comissão Técnica.

45.8. O membro especialista da Comissão Técnica deverá ser contratado pela SPE, após a aprovação da SANESUL de seu nome e do orçamento dos serviços.

45.9. Após a emissão do parecer pela Comissão, a SPE solicitará à SANESUL o reembolso de 50% (cinquenta por cento) do montante gasto com o especialista, o qual deverá ser realizado no prazo máximo de 30 (trinta) dias.

45.10. A submissão de qualquer questão à Comissão Técnica não exonera a SPE de dar integral cumprimento às suas obrigações contratuais, incluindo as emitidas após a apresentação da questão, nem permite qualquer interrupção no desenvolvimento dos Serviços.

CLÁUSULA 46 ARBITRAGEM

46.1. Os eventuais conflitos que possam surgir entre as Partes em matéria de aplicação, interpretação ou integração das regras que regem a Concessão Administrativa serão resolvidos por arbitragem.

46.2. Não serão submetidas à arbitragem as questões regulatórias, as relativas ao poder de polícia e aquelas que tratam de direitos indisponíveis do Poder Público.

46.2.1. Fica certo que toda e qualquer controvérsia referente às consequências econômicas e financeiras decorrentes das questões regulatórias e as relativas ao poder de polícia envolve direito disponível e, portanto, será submetida à arbitragem.

46.3. A submissão de qualquer questão à arbitragem não exonera as Partes do pontual e tempestivo cumprimento das disposições do Contrato e das determinações da SANESUL que lhe sejam comunicadas no seu âmbito, nem permite qualquer interrupção do desenvolvimento das atividades objeto da Concessão Administrativa que deverão continuar a processar-se, nos termos em vigor à data de submissão da questão até que uma decisão final seja obtida relativamente à matéria em causa.

46.4. O disposto na Subcláusula anterior, relativamente ao cumprimento de determinações da SANESUL pela SPE, aplicar-se-á também a determinações consequentes sobre a mesma matéria, mesmo que emitidas após a data de submissão de uma questão à arbitragem, desde que a primeira dessas determinações consequentes tenha sido comunicada à SPE anteriormente àquela data.

46.5. As controvérsias que vierem a surgir entre a SPE e a SANESUL durante a execução do Contrato serão submetidas à arbitragem perante o Centro de Arbitragem e Mediação da Câmara de Comércio Brasil Canadá ("CCBC"), de acordo com as regras e procedimentos por ela definidos, no que não conflitar com o disposto nesta Cláusula.

46.6. O interessado em instaurar a arbitragem deverá notificar a CCBC da intenção de instituir a arbitragem, indicando, desde logo, a matéria que será objeto da arbitragem, o seu valor, o nome e qualificação completa da(s) outra(s) partes, anexando cópia do Contrato e demais documentos pertinentes ao litígio.

46.7. A arbitragem será conduzida no âmbito da CCBC, por três ou mais árbitros, a depender do número de entidades envolvidas na disputa, da seguinte forma:

- 46.7.1. na notificação de que trata a Subcláusula 46.6, a Parte interessada indicará um dos árbitros que conduzirá a arbitragem;
- 46.7.2. o Presidente da CCBC convocará a(s) Parte (s) demandada(s) para que indique(s), cada uma, um árbitro, em até 15 (quinze) dias contados da convocação;
- 46.7.3. caso qualquer das Partes não indique um árbitro no prazo mencionando nesta Subcláusula 46.7.2 caberá tal indicação ao Presidente da CCBC, com a qual, desde já, as Partes envolvidas na arbitragem concordam em aceitar.
- 46.7.4. o Presidente da CCBC, por sua vez, indicará um ou dois árbitros, a depender das entidades envolvidas, para que se obtenha número ímpar de árbitros responsáveis pela condução do processo de arbitragem.
- 46.8. Uma vez indicados os árbitros, esses convocarão as Partes envolvidas para que, no prazo máximo de 15 (quinze) dias, acordem acerca do objeto da arbitragem.
- 46.9. Caso, ao término do prazo acima estabelecido, as Partes envolvidas não tenham acordado sobre o objeto da arbitragem, ou caso qualquer das entidades não tenha comparecido para a definição do referido Termo de Arbitragem, caberá aos árbitros, por maioria, definir o objeto da disputa dentro dos 10 (dez) dias subsequentes, concordando as partes envolvidas na arbitragem, desde já, com tal procedimento.
- 46.10. Os árbitros deverão proferir a sentença no prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias contados de sua nomeação, não sendo permitido que o julgamento das controvérsias seja feito com base na equidade.
- 46.11. O procedimento arbitral terá lugar no Município do Campo Grande, Estado do Mato Grosso do Sul, com observância das disposições da Lei federal nº 9.307, de 23 de setembro de 1996, e do Regulamento da CCBC.
- 46.12. O idioma oficial para todos os atos da arbitragem ora convencionada será o português, sendo aplicáveis as leis da República Federativa do Brasil.
- 46.13. O interessado que der início ao procedimento arbitral deverá adiantar os honorários e custos da arbitragem. A sentença arbitral, no entanto, determinará o ressarcimento pela parte vencida, se for esse o caso, de todos os custos, despesas e honorários incorridos pela outra entidade.
- 46.14. A sentença arbitral será definitiva e obrigatória para as Partes.

46.15. As Partes elegem o foro da comarca do Município de Campo Grande, Estado do Mato Grosso do Sul, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para, se necessário, e apenas e tão somente com essa finalidade, propor medidas cautelares ou de urgência ou, conhecer de ações cujo objeto, nos termos da Subcláusula 46.2, não possa ser discutido por meio de arbitragem, além de ações que garantam a instituição do procedimento arbitral e a execução da sentença arbitral, nos termos do disposto na Lei federal nº 9.307, de 23 de setembro de 1996.

CLÁUSULA 47 DISPOSIÇÕES FINAIS

47.1. A regulação da Concessão Administrativa pela AGEPA e pela AGERLA será indireta, de forma que as normas impostas à SANESUL em relação aos Serviços de Esgoto serão repassadas por esta última à SPE.

47.2. A SPE deverá destinar à Unidade Central de Parcerias Público-Privadas, durante todo o período da Concessão Administrativa, a partir da emissão da Ordem de Serviço, 0,5% (zero vírgula cinco por cento) do valor efetivamente recebido da SANESUL no mês anterior, a título de Contraprestação, com vistas a auxiliar no custeio de administração e de manutenção do referido órgão.

47.2.1. O pagamento à Unidade Central de Parcerias Público-Privadas deverá ser realizado pela SPE até o último dia útil de cada mês após o envio de recibo ou nota de débito por esse órgão, mediante transferência ou depósito na conta a ser indicada pela Unidade Central de Parcerias Público-Privadas.

47.2.2. O montante previsto na Subcláusula 47.1 será corrigido com o mesmo índice de reajuste da Contraprestação.

47.3. A SPE e a SANESUL se comprometem, na execução do Contrato, a observar os princípios da boa fé e da conservação dos negócios jurídicos, podendo, para tanto e desde que seja legalmente possível, ouvir a opinião de terceiros.

47.4. A inexecução de uma das Partes no que tange ao cumprimento, pelos demais envolvidos, de qualquer das disposições ora pactuadas, será considerada mera liberalidade, não constituindo renúncia a esse direito, nem impedimento ao seu exercício posterior, nem constituirá novação contratual.

47.5. Se qualquer disposição ou Cláusula do Contrato for declarada ilegal ou inválida por um juízo de jurisdição competente, o Contrato deverá continuar em pleno vigor e efeito sem a citada disposição.

47.6. No caso de a declaração de que trata a Subcláusula 47.5 alterar substancialmente os benefícios econômicos do Contrato para a SPE ou para a SANESUL, as Partes negociarão, de boa fé, um ajuste equitativo para tal disposição.

47.7. Dentro de 20 (vinte) dias que se seguirem à assinatura do Contrato, a SANESUL providenciará a publicação do extrato do Contrato na imprensa oficial, em observância ao artigo 61, parágrafo único, da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, que será registrado e arquivado em sua sede.

47.8. E, por estarem de acordo, as Partes assinam o presente Contrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma, na presença das 2 (duas) testemunhas abaixo identificadas.

[•], [•] de [•] de 2017

EMPRESA DE SANEAMENTO DE MATO GROSSO DO SUL - SANESUL

[• completar nome da SPE]

TESTEMUNHAS:



Av. Brig. Faria Lima, 1744 - Cj.71
01451-910 - Jd. Paulistano
São Paulo - SP



Março 2017